

DESTINOS MIGRATÓRIOS

DESEJOS INDIVIDUAIS

PROJETOS COMUNITÁRIOS

cadernos do estrangeiro

DESTINOS MIGRATÓRIOS

DESEJOS INDIVIDUAIS

PROJETOS COMUNITÁRIOS

Organização

Mohammed ElHajji e Luana Balthazar

Volume 1

Rio de Janeiro . 2013

Autores:

Andressa Guerra
Camila Werneck
Fernanda Fonseca
Gabriela Pantaleão
Gabriela Xavier
Guilherme Ramalho
Iamê Barata
Larissa Rangel
Luana Balthazar
Raphaella Arrais
Ruana Corrêa

Revisão:

Ricardo Cabral

Arte:

Dandara Dantas

Edição e diagramação:

Luana Balthazar

Consultoria Editorial:

Paulo César Castro

Coordenação:

Mohammed ElHajji

oestrangeiro.org



oestrangeiro.org
BRASIL PAÍS DE IMIGRAÇÃO

Sumário

APRESENTAÇÃO **7**

INTRODUÇÃO **9**

DESEJOS INDIVIDUAIS

DANÇA HÚNGARA | Estrangeira para sempre **15**

MITOS CHINESES | Os sentidos da diferença **31**

AMNÉSIA MARROQUINA | Passaporte falso, desejo verdadeiro **45**

TRILHAS PERUANAS | Identidades em sintonia **65**

TEMPERO ESPANHOL | O tempo que passa **81**

DESILUSÕES HAITIANAS | Quando tudo é promessa **95**

SOTAQUE PARAGUAIO | O próximo distante **111**

SONHOS LIBANESES | Sonhos e fantasias **123**

PROJETOS COMUNITÁRIOS

FINLANDESES | Sauna nos trópicos **21**

ITALIANOS | Simbioses napolitanas **35**

JAPONESES | Dádivas do oriente **49**

MUÇULMANOS | Calçando os sapatos **71**

LIBANESES | Raízes fenícias **85**

JUDEUS | Choque de calor **101**

CHILENOS | Fuga do terror **115**

ANGOLANOS | Destino surpresa **127**

REFERÊNCIAS **140**

O destino do imigrante é a sua condição migratória

O destino do imigrante não é seu ponto de chegada, nem o país ou a terra que o acolhe. O destino do imigrante é a sua própria condição migratória, sua situação social e existencial de desenraizamento, perda de referenciais culturais e busca por novos parâmetros de ancoragem no presente. Um eterno in-between; o desconforto de se sentir entre dois assentos e dois acentos; mal-estar na voz e no corpo, na expressão e na postura.

A volta nunca é possível. Mesmo que se possa viajar no espaço, não há como voltar para o verdadeiro lar de origem. O lar de origem não para de mudar e se transformar, ficando cada vez mais distante no tempo e diferente no espaço. Mais distante e diferente ainda do lar projetado, fantasiado, desejado e continuamente reinventado pela mente errante do migrante.

Por isso, ao mesmo tempo que o migrante precisa reinventar a terra de origem para ela continuar viva no seu imaginário, ele ainda precisa inventar o mundo de destino para poder enquadrá-lo simbolicamente nos seus desejos e expectativas. São mapas mentais e cartografias fantasmagóricas. A imigração nasce do desejo e da frustração, e acaba na frustração e no desejo.

Mas, se a dimensão individual é de (des)ordem psicológica e subjetiva, que só enxerga o imediato, o coletivo é da (necessidade de) ordem cultural, sociológica e política. A comunidade é uma realidade histórica que se reconhece no social e no cultural e se projeta no político. As suas estratégias são comparáveis às dinâmicas evolutivas dos organismos vivos; seu objetivo final é sempre a longo prazo.

A comunidade se inscreve na lógica de luta pelo poder simbólico. Suas identificações passadas e seus discursos identitários atuais são estratégicos. Objeti-

vam a projeção de uma imagem que lhe outorga legitimidade e autoridade e possibilitam a sua sobrevivência e ascensão na sociedade de acolhimento, de destino.

Legitimidade e autoridade tanto para com a sociedade de inserção, quanto sobre seus membros e descendentes. Portanto, seus projetos são, antes de tudo, narrativas, cuja função é a negociação dos termos dessa legitimidade e dessa autoridade. Sua finalidade é, por um lado, contrapor-se às representações a ela impostas pela sociedade de acolhimento e, por outro lado, prover a seus membros discursos argumentativos que lhes permitam ter orgulho de seu pertencimento e conquistar posições sociais e políticas vantajosas na arena de luta pelo poder simbólico.

A presente publicação é uma tentativa de contemplar esses dois polos da realidade migratória: o individual e o coletivo, o pessoal e o comunitário, o desejo e o projeto. A partir de entrevistas e reportagens realizadas pelos bolsistas do PET-ECO, pretende-se aqui documentar parte da pesquisa desenvolvida pelo grupo, sobre a questão migratória, diásporas e relações interculturais.

Em termos metodológicos, os textos aqui reunidos se assemelham a certa sociologia de proximidade, fundada nas técnicas de um jornalismo vivo e dinâmico, que não pretende traduzir a realidade na sua totalidade e objetividade, mas, antes, compor mosaicos que refletem panos dessa realidade - na sua eterna impermanência e versatilidade.

Moha Hajji

INTRODUÇÃO

Brasil país de imigração

As migrações pelo mundo já ultrapassaram, há muito tempo, a marca dos 200 milhões. Mais do que toda a população do Brasil e Portugal, juntos, vivendo fora de seu país ou região de origem. Mas, se dependesse da vontade de um número ainda maior de pessoas, os migrantes pelo mundo seriam, hoje, quase 900 milhões. Além daqueles que já se encontram em situação de migração, outros 630 milhões desejam seguir o mesmo caminho. 48 milhões deles planejam fazê-lo no próximo ano e, destes, 19 milhões já estariam preparando a viagem, segundo uma pesquisa do instituto de pesquisas Gallup, realizada em 150 países. Os números impressionam, mas, na verdade, o fenômeno em si é tão antigo quanto a nossa própria existência como humanos.

Condição fundadora de nossa espécie - a única a ter colonizado todos os cantos do planeta -, a migração não pode ser vista como anomalia ou exceção, mas sim enquanto regra absoluta que sustentou o inicial processo de hominização, propiciou as bases materiais de nossa capacidade de abstração e continua reformulando o sentido ontológico de/do ser humano e o significado social e histórico do sujeito. Tanto a paleontologia e a biologia, quanto a arqueologia e a historiografia deixam evidente o papel fundamental das migrações na configuração de que veio a ser a Humanidade, na formação e extinção de agrupamentos civilizacionais e na prosperidade e decadência de impérios, reinos e nações.

No contexto contemporâneo, todavia, o fenômeno tem sofrido profundas transformações, devido a fatores de ordem política, econômica, organizacional, social e psicológica. Dentre os quais, a industrialização e urbanização de grandes regiões do mundo e aumento da pobreza em outras, a recrudescência das guerras e lutas armadas, o declínio da natalidade nos países avançados, o surgimento das migrações planejadas (tanto na

Europa, quanto nas Américas), a aceleração e barateamento dos meios de transporte, o avanço do processo de globalização, a revolução tecnológica midiática, a tomada de consciência da possibilidade de mudança da trajetória pessoal e a naturalização de novas formas de desejo, subjetivação e realização pessoal.

Porém, a principal novidade testemunhada nos últimos anos diz respeito ao redirecionamento dos fluxos migratórios internacionais. Segundo dados fornecidos pela OIM (Organização Internacional para Migração), haveria, atualmente, uma tendência contínua e progressiva de reorientação dos movimentos populacionais do sentido Sul-Norte para o Sul-Sul ou até Norte-Sul. No caso, mais específico de nossa região, os deslocamentos intrarregionais aumentaram substancialmente nos últimos anos e tenderiam a manter esse ritmo de crescimento; beneficiando especialmente Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

Os fluxos oriundos dessa região rumo aos Estados Unidos e Europa estariam diminuindo. Dinâmica inédita, que se deve, tanto ao momento econômico favorável na América do Sul e as facilidades burocráticas introduzidas recentemente, quanto, inversamente, à atual crise da mesma ordem sofrida pelo velho continente e a América do Norte e o aumento de xenofobia e empecilhos administrativos. Há de salientar, inclusive, a existência de um número significativo de “retornados” que preferem fugir da crise vivida pelos países do Norte e voltar ao seu país ou região de origem.

Assim, pela primeira vez em 20 anos, o número de imigrantes estabelecidos no Brasil superou o de emigrantes brasileiros. Entre aqueles regularizados e os indocumentados, o país contaria, hoje, mais de 2 milhões de estrangeiros (em torno de 1% da população brasileira). A maioria oriunda de Portugal, Bolívia, China, Paraguai, Peru e Coreia do Sul. Número proporcionalmente modesto se comparado aos 4,5% de imigrantes que compõem a população total de Argentina ou, ainda, os planos de Uruguai de atrair, nos próximos anos, 1 milhão e meio de imigrantes para um país que conta apenas 3,6 milhões de habitantes.

Para revelar sua verdadeira relevância, a realidade migratória brasileira deve, por outro lado, ser conjugada à nossa baixíssima densidade demográfica (ape-

nas 22,43 hab./km² contra, no outro extremo, 342 hab./km² na Bélgica), a participação dos imigrantes no total populacional de países do novo mundo, como os Estados Unidos e Canadá, ou a quantidade de imigrantes recebidos a cada ano nesses mesmos países: respectivamente 1 milhão e 250 mil. Pois apesar dos discursos populistas e nacionalistas, veiculados pelos movimentos mais reacionários do mundo, o fato é que existe uma disputa acirrada pelos imigrantes.

Alemanha, Austrália e Canadá são alguns dos países que adotaram eficientes (e, muitas vezes, moralmente condenáveis) políticas seletivas de imigração. Os Estados Unidos, por sua parte, apostam tanto na manutenção de grandes fluxos, como na atração e aliciamiento de profissionais capacitados e os indivíduos mais criativos de todas as origens. Ao mesmo tempo que os imigrantes constituem a base da pirâmide social do país e ocupam empregos geralmente rejeitados pelos nativos, a sua participação também é notável nos centros de excelência da economia, finanças, pesquisa científica e tecnológica (o Vale do Silício é o melhor exemplo dessa realidade, mas não o único), artes e cultura, grandes multinacionais, etc.. Afinal, eles representam 20% da população geral e são responsáveis por uma boa parte do dinamismo econômico e demográfico dessa nação.

Em alguns casos, se pode falar até em predação das competências e riquezas humanas dos países em desenvolvimento. Já que a formação social e profissional (saúde e educação principalmente, mas não apenas) dos futuros imigrantes drena uma parte considerável dos investimentos dos países de origem. E, uma vez socialmente constituído e profissionalmente qualificado, o material humano finalizado a altos custos sociais é graciosamente oferecido às economias avançadas. O que só agrava as desigualdades entre Norte e Sul e aprofunda o círculo vicioso do subdesenvolvimento – “fuga de cérebros”.

Mas, de modo geral, mesmo quando não se trata de gente altamente qualificada, a imigração continua social, cultural e economicamente benéfica para os países receptores. Além de renovar os contingentes populacionais num mundo sofrendo cada vez mais de envelhecimento e melhorar as contas da seguridade social, os imigrantes são, geralmente,

movidos por um desejo de sucesso, um forte espírito empreendedor e disposição a aceitar todo tipo de emprego.

Aliás, a nosso ver, um dos grandes erros teóricos e empíricos dos estudos migratórios é reduzir o fenômeno a seu aspecto sofrido e vitimizado. A emigração, com certeza, não é uma experiência fácil, pacífica ou sem choques e traumas. Mas, tampouco pode desconsiderar alguns de seus aspectos subjetivos, positivos e gratificantes; a começar pela força de caráter dos migrantes, seu instinto de sobrevivência, criatividade, senso de iniciativa, etc.. Basta conversar com eles para perceber que, em muitos casos, o imigrante não se considera uma vítima ou alguém injustiçado, mas sim um ganhador, homem ou mulher de sucesso e alguém que conseguiu se realizar na vida. Não se trata de um detalhe narrativo, mas sim de um elemento subjetivo importante a ser levado em conta, para melhor entender o valor positivo da imigração para as sociedades receptoras.

Assim, precisamos trazer para o debate (através estas páginas ou espaço virtual), dados que revelam a natureza empreendedora das migrações, no afã de mudar a imagem que se tem do imigrante como peso social e lhe devolver seu potencial de enriquecimento. Tanto na Europa, como nos Estados Unidos e, principalmente, no Canadá, e apesar de todo o alarde dos segmentos xenófobos e reacionários, abundam os estudos que apontam a participação concreta, em termos de PIB, dos imigrantes no enriquecimento dessas nações.

Perspectiva inexistente, ao nosso conhecimento, no Brasil, ainda que possamos constatar empiricamente o sucesso do episódio das grandes migrações para o Brasil (XIX - XX) e a rica contribuição dos povos aqui estabelecidos em todos os aspectos da nação - do político ao econômico, passando pelo social, cultural, artístico e científico. Não há dúvida quanto à inédita e vertiginosa ascensão social experimentada pelos descendentes dessas comunidades, que conseguiram passar, em apenas três ou quatro gerações, da condição de imigrantes pobres e indesejados (por não ter filiação colonial latifundiária) a ícones do sucesso social e profissional do país.

Porém, conforme atesta toda a historiografia da época, houve uma verdadeira mobilização social, midiática (a imprensa) e política (o parlamento) contra a entrada da maior parte desses grupos; enquanto outros foram simplesmente barrados por motivos biológicos e raciais. Não se trata aqui, portanto, de apenas um episódio de política local arcaica e alienada, mas sim de um traço do caráter atípico do Brasil enquanto país de imigração. Atípico porque, apesar de sua baixa densidade populacional e sua rica e positiva experiência de imigração em massa no século passado, continua marcado por uma total ausência de política migratória coerente, além de certa ideologia xenófoba biologizante e um claro e histórico espírito de “panelinha” protecionista-corporativista, que via e continua vendo no imigrante uma ameaça aos privilégios dos “donos” da terra.

De fato, conforme o explica muito bem Jeffrey Lesser, além de toda a ideologia fascista e racalista que orientou as políticas migratórias do Brasil, sempre houve também (e, às vezes, principalmente) esta vontade monopolista que se reflete igualmente no latifúndio, na expulsão dos mais pobres para a periferia e no fechamento às migrações internacionais. Não se pode esquecer que o próprio gentílico do Brasil se constrói na forma profissional (“brasileiro”, assim como “carpinteiro” ou “marceneiro”) e não de pertencimento (“brasiliano”, como “americano”); reduzindo o laço com a *terrae Brasilis* a uma relação de exploração e predação.

Bom, é verdade que no curto período de 1875 a 1930, o Brasil recebeu quase 4 milhões e meio de imigrantes de várias partes do mundo. Mas, podia ter recebido mais e de modo contínuo, se não fosse a oposição ideológica arcaica, reacionária e racista que orientava o debate político e social no parlamento e na imprensa daquela época. Como também podíamos ter “lucrado” centenas de cientistas soviéticos depois do fim da URSS, se não fosse a inexistência de órgãos da administração pública e leis específicas que tratassem da questão migratória.

São dois contextos diferentes: um de intolerância e outro de ineficiência. Mas as duas situações remetem ao mesmo problema de fundo: a necessidade de elaborar políti-

cas de imigração racionais, condizentes com as necessidades sociais e econômicas do país, proativas, livres de preconceitos sociais, culturais ou raciais e voltadas para o futuro. Quando lembramos os discursos racistas generalizados contra os nipônicos e judeus, por exemplo, naquela época, e vimos o sucesso dessas duas comunidades hoje, fica evidente que o senso comum ou majoritário não pode ser usado como critério de políticas públicas, principalmente num setor onde o subjetivo sempre acaba se impondo.

Portanto, uma política migratória eficiente deve ser norteadada por uma visão de mundo racional e objetiva. Não se esquecendo dos princípios democráticos, igualitários, humanitários, laicos, tolerantes e respeitosos das diferenças que são os ideais que sustentam e guiam a nossa nação. O progresso de um país ou nação não se mede apenas em PIB, mas também (e sobretudo) pela grandeza de seus princípios e nobreza de seus ideais.

Assim, o atual ciclo imigratório (que esperamos ser duradouro) constitui um teste para as pretensões de grandeza e afirmação internacional do Brasil. Ter competência e brilho suficientes para atrair imigrantes qualificados, mas também agir em acordo com os princípios humanistas que ele sempre pregou e sempre cobrou dos países mais avançados para com sua população emigrada. A regra da reciprocidade, antes de significar reações sensacionalistas à truculência pela truculência (o que é, de certo modo, injusto, já que acaba castigando indivíduos que não compartilham necessariamente as atitudes desumanas de seus países de origem), deve se manifestar pela aplicação, aos estrangeiros daqui - principalmente os mais vulneráveis -, o tratamento que desejamos que seja dispensado a nossos 3 milhões de compatriotas emigrados.

A escolha é nossa: queremos ser grandes, nobres e amados ou pequenos, mesquinhos e temidos?

Moha Hajji

DANÇA HÚNGARA

Estrangeira para **sempre**

por Luana Balthazar

“Ao emigrar, a pessoa perde as **raízes**. Para quem não passou pela experiência, é difícil entender.”

Em 1939, a Segunda Grande Guerra eclodiu mundo afora. Foi o conflito de maior abrangência, que resultou no maior número de mortos da História. Os países diretamente envolvidos se coligaram em dois grupos: os Aliados e o Eixo. A Hungria se juntou à Alemanha, do lado do Eixo, com o objetivo de reaver os territórios que havia perdido. Com a derrocada do Eixo, a Hungria, dominada pela União Soviética, se transformou em um campo de batalha, que devastou o país e toda sua população.

Em meio a esse cenário, nasceu Eva Julianna Medveczky Meszlenyi, em 1942, na cidade de Budapeste. Sua avó era dançarina e já vivia na América do Sul, por questões profissionais, desde 1938. Trabalhou durante três anos em Buenos Aires, em seguida foi para Montevideu e, só então, veio para o Brasil, trabalhar no Cassino da Urca, no Rio de Janeiro. Como já havia estourado a Guerra, decidiu permanecer aqui.

Toda a comunicação da avó de Eva com a família na Hungria se dava por cartas. Porém, durante a guerra, ela não tinha acesso a notícias de seu país de origem. Ofereceu-se, então, como enfermeira vo-

luntária da Cruz Vermelha. “Na Cruz Vermelha, minha avó conseguiu ter notícias nossas.”, contou Eva. Budapeste havia sido bombardeada e uma parte da casa da família também. “Nossa família sofreu, como toda a Europa, danos físicos e muitos danos materiais.” Segundo ela, sua família teve que viver por um longo período em abrigos, os chamados *bunkers*, durante a Guerra.

Sua avó cogitou então a possibilidade da família emigrar para o Brasil, porque o pós-guerra tornou tudo muito difícil. “Meu pai perdeu a padaria que ele tinha e meu tio, irmão da minha mãe, ficou cinco anos em um campo de concentração, como prisioneiro de Guerra, por causa da derrota da Alemanha, de quem a Hungria era aliada. Estava tudo caótico.” O marido de sua avó era judeu e tinha um comércio na Rua da Alfândega. Os negócios iam bem e, com seus recursos, pôde financiar a vinda de toda a família para o Brasil. “Não saímos fugidos. Deixamos o país na última leva que conseguiu sair legalmente, com passaporte”.

Vieram Eva, seus pais, seus tios e seus dois primos. “Vendemos a casa de

Budapeste e nos desfizemos de todos os nossos bens, porque não podíamos sair com nada além de algumas mudas de roupa e uma quantidade limitada de dinheiro. Não podíamos trazer joias, por exemplo.” Eva lembra que foi muito difícil conseguir todos os documentos legalmente, porque, nessa época, os russos já tinham tomado a Hungria.

Conseguiram sair em março de 1949 e foram direto para Paris. Lá, o visto para o Brasil foi negado, então, a família permaneceu na cidade por dois meses. “Minha avó tinha um conhecido em Paris que nos ajudou com as negociações burocráticas com a Embaixada.” Enfim, embarcaram em um navio para uma viagem de quinze dias até o Brasil, com uma escala em Dakar, na África, antes da chegada ao porto do Rio de Janeiro. “Minha avó havia comprado uma propriedade rural em Ipiabas, em Barra do Piraí, e a fomos todos direto para lá”

Ipiabas, até hoje, é um local de muitos sítios e fazendas. Distrito de Barra do Piraí, no estado do Rio de Janeiro, ainda tem estradas de terra e muitas proprie-

dades rurais. No ano de 1949, as condições eram ainda piores. Eva mora nesse sítio até hoje, com uma de suas duas filhas. “Naquela época, isso aqui era uma selva”, rememorou. “Quando chovia, era impossível passar, tínhamos que ir a cavalo. Mais tarde, minha avó comprou uma charrete, para podermos estudar na escola pública do centro.” O único transporte coletivo da época era o trem da Rede Mineira Viação. Não passavam carros de passeio, só caminhões e jipes. E a luz elétrica ainda não havia chegado na região.

O primeiro passo da adaptação, foi o idioma. Todos tiveram que ser novamente alfabetizados por uma professora particular brasileira, que foi contratada por sua avó. “Lembro que a professora colocava a mão em uma cadeira e dizia ‘cadeira’ e todo mundo repetia. Ia até a janela e dizia ‘janela’ ou ‘abre janela’ e todos falavam igual.” As crianças aprenderam em seis meses. Porém, até dominar de vez a língua portuguesa, ela conta que era discriminada pelos colegas de escola: “Eu sempre fui muito loirinha e falava tudo errado, com sotaque, me chamavam de gringa.”

Outra diferença, que chamava a atenção de Eva para a diferença entre as duas culturas, era a liberdade que ela tinha em sua estrutura familiar e que não via na criação de suas amigas. “Eu, por exemplo, numa cidade do interior, como Barra do Piraí, podia jogar tênis, ou praticar esqui aquático, enquanto nenhuma das minhas amigas podia, porque não podiam colocar short, nem entrar em um barco com uma pessoa desconhecida. Eu achava tudo isso muito repressor.”

Mesmo com a necessidade de se adaptar ao novo lar, a família não deixou os costumes húngaros de lado. Perto de onde viviam, um casal de imigrantes húngaros tinha um hotel, chamado Hotel Veraneio, onde reuniam as outras quatro famílias húngaras das redondezas, além da família, recém-chegada de Eva. Segundo ela, o grupo se encontrava para falar das saudades e comer comida típica. Às vezes, faziam-se festas. “Dançávamos muito na minha casa”, completou Eva. Até hoje, ela fala húngaro e se comunica, pela Internet, com uma parte da família que ainda está lá, em geral alguns primos distantes.

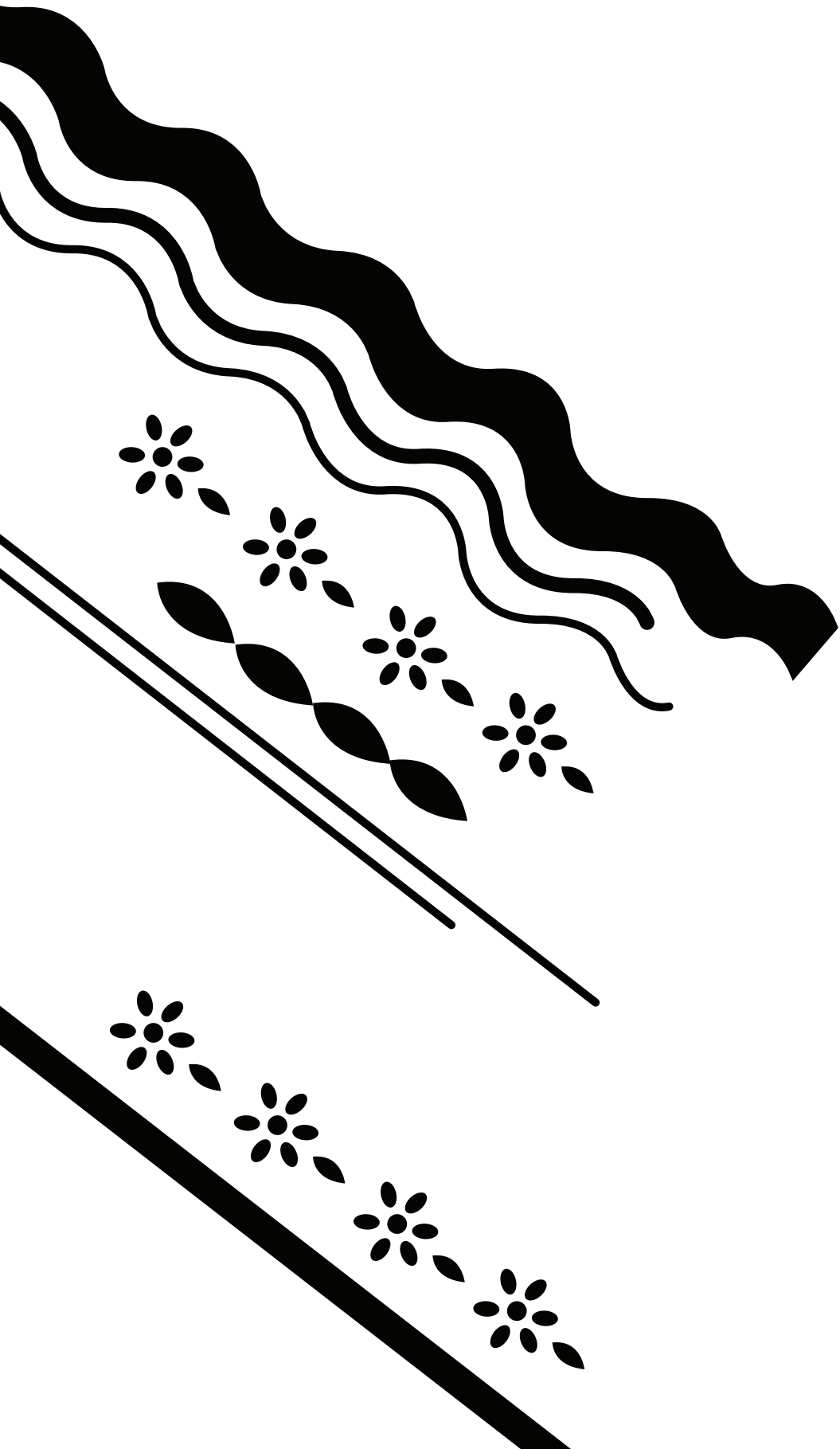
Depois do fim do seu primeiro casamento com um brasileiro com quem teve suas duas

filhas, Eva se casou com um húngaro e os dois foram morar na Suíça, país que abriga uma grande colônia de húngaros. Sua avó, enquanto morava no Rio, também participava de uma comunidade de húngaros judeus. Eva e o marido, durante o período que em moraram na Europa, iam duas vezes ao ano para a Hungria. Sua filha mais nova, Mônica, está na Suíça até hoje, mas Eva voltou ao Brasil, depois de se divorciar. A última vez que foi à Hungria foi há cinco anos. Mesmo assim, Eva participava dos bailes anuais em homenagem à Santa Catalina, organizados pela associação húngara de São Paulo, onde está localizada a maior colônia do país.

“Quando você sai de seu país de origem e vai morar em outro, sente-se estrangeiro, não importa onde seja. Quando eu voltei ao Brasil, depois de 13 anos morando na Suíça, me senti de novo uma estrangeira, e tive a mesma sensação quando voltei à Hungria”, explicou Eva. E conclui: “Ao emigrar, a pessoa perde suas raízes, diferentemente de quando se nasce e morre no país de origem. Para as pessoas que não tiveram essa experiência, é muito difícil entender”.







Finlandeses

por Guilherme Ramalho

Sauna nos trópicos

Tudo começou em 1927, quando um grupo de cinco finlandeses decidiram abandonar o frio nórdico e aportar na cidade do Rio de Janeiro. Quando chegaram, instalaram-se em um local de recepção de alemães. Como o líder do grupo dominava o idioma, buscou ajuda nos círculos alemães, em especial na Associação Alemã, para se situar na nova cidade. Logo no primeiro dia, eles foram ao Instituto Berlitz, para ter aulas de português e circularam pela cidade para conhecerem melhor os hábitos do país. Como estavam à procura de uma fazenda para comprar, visando fundar um novo assentamento finlandês nos trópicos, ficaram em torno de um mês no Rio. Procuraram também o apoio da representação finlandesa no Brasil, porém, a opinião das autoridades era de que os nórdicos não se adaptariam ao nosso clima.

A Finlândia sempre foi um país de emigrantes, devido às difíceis condições de sua geografia. O clima frio, a terra pobre e sem grandes riquezas minerais fez com que seu povo sempre tivesse a necessidade de buscar outras terras para viver. A história da emigração finlandesa para a América teve início no século XVII, com uma corrente migratória vinda da Suécia incluindo finlandeses. A partir do final do século XIX e início do XX, com a dominação Russa na Finlândia, houve uma forte corrente migratória de cunho político e ideológico, muitas pessoas fugiam das políticas repressivas da Rússia. Foi um período em que a emigração em massa passou a ser vista como algo negativo para o país, pois promovia a fuga de pessoas capacitadas para o trabalho. A Finlândia, durante o período de maior movimentação migratória, no século XIX, era um país basicamente agrícola e de extrativismo florestal, além de contar com atividades ligadas à pesca.

Dentre a natureza migratória dos finlandeses, devemos destacar a peculiaridade de grupos de migrantes que almejaram uma transformação mais profunda das sociedades e, para isso, criaram as chamadas Colônias Utópicas Finlandesas. Até chegarem ao Brasil, tiveram experiências em diversos lugares como África, Rússia, Canadá e, na América do Sul, dirigiram-se à Argentina. Todas elas marcaram a busca dos finlandeses por novos ideais, com o objetivo de uma nova vida fora da Europa. O socialismo utópico era a base dessa nova sociedade, aplicada nas colônias.

Uma nova leva de emigração, que ocorreu nos anos 1920, foi chamada de “febre tropical”, pois ia especialmente de encontro com a ideia de lugares voltados para a natureza, com ideais de vida vegetariana e, portanto, situados em locais tropicais. Novas colônias utópicas foram criadas, dentro de um enfoque baseado nesses princípios vegetarianos. Os ideais variavam de socialismo, nacionalismo, cristianismo, teosofia e vegetarianismo e havia também quem buscasse novas chances de trabalho.

Foi nesse contexto que se deu a imigração finlandesa para o Brasil. Ao contrário das imigrações dos povos ibéricos, os finlandeses não vieram “fazer” o Brasil, nem buscavam riquezas materiais. Estavam à procura de uma vida mais simples em contato com a natureza. Trajando vestes mais leves – ou até mesmo nenhum vestuário – aproveitavam os benefícios dos raios solares, se alimentavam de uma dieta vegetariana e pregavam a abstenção de bebidas alcoólicas, chá, leite e café. De raízes protestante-luteranas, eram em sua maioria técnicos agrícolas, construtores, ginastas, lavradores, massagistas, técnicos em desenho de arquitetura ou professores.

Toivo Uuskallio, líder do grupo fundador de Penedo, era uma pessoa altamente mística e visionária. Diz ter recebido um chamado de forma misteriosa, à noite, para deixar sua terra natal e emigrar para o Sul longínquo. Estudioso do solo e

das plantas, encantava-se com a beleza da natureza. Ele, sua esposa, Liisa, e outros três rapazes, Frans Fagerlund, Enok Nyberg e Eino Kajander, compartilhavam os mesmos ideais.

Depois de passarem por Itatiaia e visitarem fazendas em São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, o que realmente lhes apeteceu foi a Fazenda Penedo, parte do município de Resende, no Vale do Paraíba. O terreno, com plantações de café e criações de gado, era recortado por ribeirões e cercado por florestas e montanhas, propiciando a cultura de plantas tropicais e europeias. O local era ideal para o estabelecimento dos ideais dos recém-chegados de fundar uma colônia vegetariana, naturista e ecológica que preservasse a natureza. Os finlandeses buscavam um estilo de vida sem as preocupações próprias de uma sociedade de consumo e longe dos conflitos militares, em que cada família pudesse cultivar e produzir tudo o que precisasse para sua subsistência.

Encantados com o lugar, logo se estabeleceram. Ajudados pelo pastor Pennanen e por Mikko Airila, em 28 de janeiro de 1929, compraram a Fazenda Penedo. Então, vieram mais finlandeses. Entre o dia 1º de setembro de 1927 e 16 de outubro de 1940, 296 finlandeses atravessaram o mar do Norte, singraram o Atlântico e aportaram nos mares do sul. O ano de 1929 foi o período de maior fluxo, quando chegaram 122 colonos. Foi também o ano de reconhecimento das relações diplomáticas entre os dois países. Até que, em 1935, quase todos já tinham suas casas próprias, construídas por eles mesmos, todas idênticas umas às outras – afinal, buscava-se uma sociedade igualitária.

Antes da construção das casas, hospedavam-se em comunidade na Casa Grande, com refeitório e cozinha comuns. O salão do andar térreo ficou sendo a república dos homens e uma sala do sobrado serviu de dormitório para as mulheres. Era necessário preparar a terra para as plantações, construir estradas e começar a edificar as casas. As tarefas eram rigidamente divididas por gênero: mulheres revezavam-se

na cozinha, na lavanderia e na horta; enquanto aos homens cabia cuidar da terra, do plantio, das construções e das compras necessárias em Resende. A base alimentar da colônia residia na agricultura de subsistência, e a principal fonte de renda provinha do cultivo de viveiros de mudas de laranja. Não havia, contudo, mercado para os produtos da colônia e as pragas destruíram as safras. Os imigrantes, de origem de classe média, tampouco tinham experiência na agricultura.

Decepcionados com as duras condições de trabalho, muitos retornaram à Finlândia ainda nos primeiros anos. Outros obtiveram de volta o dinheiro que haviam investido e procuraram terras diferentes. Com a queda da indústria da laranja na Baixada Fluminense, o mercado cessou, e os finlandeses saíram em busca de alternativas. Tentaram o cultivo de tomate, mas as dificuldades de fazer chegar a produção ao mercado fizeram com que alguns se dedicassem à criação de galinhas. Inicialmente vegetarianos puros – hoje conhecidos como vegans –, tiveram que voltar a criar aves e suínos, pois enfrentaram dificuldades na plantação em função do solo pobre. O naturalismo também foi deixado de lado por causa de mosquitos e do sol que queimava a pele.

Recanto de paz

Inundada por problemas financeiros, a Fazenda Penedo foi vendida para uma indústria farmacêutica suíça em 1942, ficando, nos dez anos seguintes, sob sua posse. Foi nesse período que teve início a indústria hoteleira. O turismo receptivo, tal qual conhecemos hoje, surgiu com a Casa Grande, supervisionada por Liisa Uuskallio. Em busca de paz, natureza, águas claras, tortas tradicionais e bolos e pães caseiros, os frequentadores encontravam uma alimentação sadia, bailes, danças e sauna relaxante. Aliás, sauna é a única palavra de origem finlandesa no dicionário brasileiro. Em finlandês, significa banho milenar e foi disseminada pelos finlandeses de Penedo, com o uso do eucalipto, para ativar a circulação do sangue e limpar a pele. A árvore se tornou uma marca registrada não só das saunas como do próprio conceito de

higiene, do cheiro de limpeza. No momento do banho, na Finlândia, era comum que se aquecessem em saunas, batendo suavemente nas costas e no pescoço com um maço de ramos de eucalipto.

Outros finlandeses logo prepararam suas casas como pensões e começaram a abrir suas portas para receber turistas do Rio de Janeiro. Pouco a pouco, a atividade foi se desenvolvendo. Naquela época, havia o hábito de se passar as férias anuais, geralmente de duas semanas, em hotéis-fazenda com regime de pensão completa. As reservas eram feitas por carta, pois o telefone ainda não tinha sido introduzido na região. Inaugurada em 1951, a rodovia Presidente Dutra, que liga o Rio a São Paulo, permitiu o acesso aos automóveis, impulsionando o turismo de fim de semana. As antigas pensões foram ampliadas e se transformaram nos atuais hotéis e pousadas. Em 1970, chegou a iluminação elétrica e, em 1980, o telefone. Aí se deu, então, o auge da hotelaria e da economia local.

Ponto de encontro

Com o objetivo de acolher festas e reuniões, o Clube Finlândia foi inaugurado em 1943 e foi, por muitos anos, administrado com dedicação por Aksel Lehtola. Hoje, é presidido por Otavio Santos. Trata-se de uma entidade cultural sem fins lucrativos, com o objetivo de preservar a cultura e as tradições finlandesas, incluindo as músicas e danças típicas – polkas, jenkas, mazurkas e iancas. Às 21 horas, seja no primeiro sábado do mês ou em feriados e datas especiais, acontece o baile finlandês. A tradição do clube vai além da apresentação de 30 minutos de danças folclóricas: é uma oportunidade de confraternização entre a comunidade finlandesa, turistas e moradores, em um ambiente familiar de alegria contagiante. O grupo de danças típicas finlandesas Penedon Kansantanssin Ystävät, conhecido como PKY – que, traduzindo, quer dizer “Amigos da Dança Folclórica de Penedo” –, também se apresenta regularmente no Clube até hoje com

trajes típicos, que não são mais usados no dia a dia, uma vez que a população camponesa praticamente já não existe.

Desde 1982, o Museu Finlandês Eva Hildén, ao lado do Clube Finlândia, exhibe uma coleção particular aberta para o público. A cultura e a memória dos finlandeses são preservados em meio a uma mostra de artesanato, fotografias, livros, revistas, tapeçarias e outros utensílios antigos e modernos. Em maio de 1993, o local foi doado para o Clube Finlândia, sendo administrado desde então por descendentes.

O clube também foi o responsável pela idealização e realização da Feira da Colônia Finlandesa, que preserva a cultura por meio da exposição e venda de produtos artesanais e de delícias da culinária como pullas, korvappusti, piparkakku, chutneys, geleias, tortas e bolos. O artesanato começou com tapetes e tapeçarias, tecidos nos teares manuais das primeiras imigrantes finlandesas. Elas descreviam a sua vida e a história de sua família em seus bordados. Na Carélia, província do leste da Finlândia, os bordados foram desenvolvidos ao ponto de serem considerados uma forma de arte junto com a poesia e a música. Os desenhos eram passados de mãe para filha através de diversas gerações.

Mais tarde, aumentaram os trabalhos em bucha vegetal, pedra, cerâmica e madeira, além da pintura em tecidos e velas – essa última, por passar sensação de calor e conforto, é muito apreciada na Finlândia. Por isso, em vez dos modernos pisca-piscas, as luzes da árvore de natal tipicamente finlandesa é substituída por pequenas velas colocadas nas pontas dos ramos.

Papai Noel

Hoje, o perfume exalado de plantas frutíferas e a beleza do brilho das plantas ornamentais, aliados à generosa Mata Atlântica da serra da Mantiqueira, tornam Penedo um refúgio de paz e de tranquilidade. O ar puro e o canto dos pássaros em um clima ameno fazem da região um oásis, bem ao gosto de quem procura fugir da

agitação dos grandes centros urbanos. Baseado na herança cultural finlandesa, o turismo de final de semana se tornou um fator de manutenção de identidade na única colônia finlandesa do Brasil. A cidade possui uma variada rede hoteleira, gastronomia de alta qualidade, lojas de artesanato e um comércio local bem diversificado.

Mesmo com a longa distância geográfica entre os dois países, o legado e as tradições finlandesas dos pioneiros são preservados pelos descendentes, mantendo as raízes da colônia. Há quase 600 finlandeses morando permanentemente no Brasil, a maioria no Sul e Sudeste. Penedo já teve uma escola que ensinava finlandês, mas, por ser uma língua considerada difícil, a procura era pequena e as aulas acabaram – hoje, só existem duas escolas paulistas que ensinam finlandês no Brasil. Já que os próprios descendentes não falam o idioma, a aproximação cultural é feita por meio da dança, da arte e das tradições, impulsionadas pelo fator comercial.

“Porque vou fazer uma torta se eu não vou vender? A partir do momento em que aquilo reporta a imagem finlandesa, e o turista chega lá buscando alguma coisa finlandesa, então eu vou fazer a torta, porque vai vender. Eu faço biscoito típico, eu me visto com uma roupa tradicional e vou fazer a dança”, contou Sérgio Fagerlund, arquiteto e descendente direto dos primeiros imigrantes finlandeses.

No início de 1993, preocupados com a preservação da cultura finlandesa em Penedo, um grupo de empresários resolveu investir em algo que viesse a proporcionar uma mostra da Finlândia. Depois de estudos, pesquisas e viagens para que tudo saísse com requintes de fidelidade, foi criado o parque temático Pequena Finlândia (Pikku-Suomi), cuja principal atração é a residência oficial de verão do Papai Noel no Hemisfério Sul. Rodeado de sobrados típicos, pintados em cores variadas, está o anfiteatro, onde são realizadas apresentações de danças folclóricas, corais, bandas e grupos de teatro de rua. As lojas expõem peças artesanais, as placas das ruas são bilíngues e as cercas rústicas de madeira completam o cenário mágico.

Atualmente, o imigrante vem para o Brasil para trabalhar em empresas finlandesas ou em negócios de suas próprias famílias. Os investimentos finlandeses no Brasil cresceram significativamente nos últimos anos. A Nokia, por exemplo, abriu sua fábrica de celulares em Manaus em 1998 e tornou-se rapidamente uma das maiores empresas exportadoras, empregando cerca de 3 mil funcionários.

O desenvolvimento do transporte e da comunicação facilitou a migração e as trocas culturais. “Em relação à comunicação”, exemplificou Sérgio, “o computador é mais usado, hoje em dia. Uma prima, que faleceu esse ano, era jornalista, se aposentou e veio morar em Penedo e usava o computador, de forma que passou 10 anos no Brasil sem falar português. Não conseguia aprender. Ela conseguia viver na colônia, se comunicando com a Finlândia pelo computador”. Com o surgimento de pacotes turísticos para as praias nordestinas, o turismo da Finlândia para o Brasil também tem crescido fortemente nos últimos anos, com quase 4 mil viagens por ano.

Hoje, Penedo cresceu muito e continua sendo uma referência para turistas e imigrantes finlandeses. Segundo Sérgio Fagerlund, “os finlandeses gostam muito de ir para Penedo, vem muita gente para passear, observar a natureza. Eles gostam de lugar pequeno, isolado. Meu pai dizia assim ‘finlandês só busca lugar onde se tem dois já é multidão’”.

Embora Finlândia e Brasil sejam países muito diferentes tanto em tamanho quanto em cultura, muitas famílias se estabeleceram em Penedo, viram seus filhos nascerem e crescerem, construíram seus lares, plantaram árvores e criaram jardins. O grande sonho de Uuskallio não se concretizou, mas com certeza os finlandeses deixaram marcas definitivas no novo lar que escolheram.

MITOS CHINESES

Os sentidos da **diferença**

por Larissa Rangel

“No meu país, sabemos que a cultura brasileira é **diferente**, mas também sabemos que o seu país recebeu nossos povos por vários anos.”

Professor de escola pública, engajado em projeto social que visa à educação no Brasil, Xu Lu é um jovem de origem chinesa que “ensina uma língua e ganha culturas”.

Ele não veio para as plantações de chá nem fugindo da guerra na China, em 1950. Não trabalha nas pastelarias nem nas movimentadas lojas do Brás, em São Paulo. Xu Lu veio para o Brasil no início de 2012, com visto, planos e uma missão: ensinar chinês para os adolescentes de escolas públicas, no Rio de Janeiro.

Sua cidade natal é JinZhou (ou Chinchow), localizada na província de Liaoning – nordeste da China. Fundada no século II A.C, já se chamou Chinsien e hoje possui cerca de 800 mil habitantes. Em 2007, porém, se mudou para a província de Sichuan para concluir os estudos na Universidade local. Considerada uma das maiores províncias da China, está situada na parte ocidental do país e possui 4 milhões de habitantes, aproximadamente. “Foi uma diferença grande sair da minha pequena cidade e ir para

a cidade grande, mas, na China, isso é normal e sabemos que devemos fazer isso para estudar e conseguir um bom trabalho”, explica Xu.

Na universidade, Xu Lu não sabia que carreira gostaria de seguir exatamente. Coursou a chamada “escola de direito e línguas”, mas acabou optando por ser professor de chinês. “Podemos dizer que sou um advogado por formação, só que nunca trabalharia com isso. Gosto do chinês, de línguas”.

De gestos comedidos e um inglês impecável, Xu Lu ri timidamente quando seu português é elogiado. Antes de vir para o Brasil, já sabia como se comunicar em casos de urgência. Aqui, em menos de uma semana, se arriscava pelas ruas para aprender à força como ser entendido. Em um mês, já estava dando aulas em turmas, cuja idade variava entre 14 e 16 anos.

“No meu país, somos ensinados que temos que estudar muito e por conta própria, se queremos alcançar um objetivo. Acho que o que falta um pouco é ensinar o peso da dedicação”. Compa-

rando os dois países, Xu Lu avalia que há uma grande diferença no sistema educacional aplicado em cada um deles, mas que essa diferença parte mais da maneira de viver.

O programa do qual faz parte é financiado pelo governo chinês e visa expandir a cultura chinesa pelo mundo. Antes de vir para o Brasil, Xu já tinha ensinado na Indonésia. Além do Rio de Janeiro, diversas outras cidades receberam professores, como Brasília e São Paulo. E as escolas públicas não são o único alvo: universidades como a PUC também têm pólos de ensino de mandarim, para os estudantes.

Outros países também receberam os chineses, como é o caso de Estados Unidos, Argentina, Canadá. Apesar de não ter escolhido vir para o Brasil, Xu Lu afirma ter ficado bastante satisfeito e que foi até uma “sorte”, já que sempre demonstrara interesse pelas terras tupiniquins.

“No meu país, sabemos que a cultura brasileira é diferente, mas também sabemos que o seu país recebeu nossos povos por vários anos”, relembra sorrindo. Desde que chegou, a maior dificul-

dade para ele é lidar com a ameaça da violência. Assaltado há menos de duas semanas, Xu Lu confessa que o índice de violência na cidade carioca é muito maior que na sua antiga cidade e que, por isso, acaba não prestando atenção como deveria.

Para interagir mais e aprender mais rapidamente a língua e a cultura, o professor de mandarim tratou de logo fazer amizades com brasileiros. Até um grupo de estudos de mandarim-português ele montou. Nas horas livres, procura museus, que, para ele, não faltam no Rio de Janeiro. “Gosto muito de artes e a cidade tem muitos museus e galerias interessantes. Se vocês não concordam, talvez seja porque não conhecem todos”, brinca.

Quando a saudade aperta, porém, procura o restaurante de uma família chinesa que conheceu na Tijuca, bairro onde mora. Apesar de a comida não ser como a de casa, “dá pra sentir um pouco o gostinho da casa da minha mãe”.





Italianos

por Andressa Guerra

Simbioses napolitanas

A história da imigração italiana no Brasil teve início no ano de 1836. Foi nesse ano que as autoridades brasileiras registraram pela primeira vez a entrada de migrantes italianos em território nacional. No entanto, nessa data, apenas 180 italianos desembarcaram no país. O boom da imigração para o Brasil só teve início por volta do ano de 1880. Estima-se que, desse período até 1920, tenham entrado aproximadamente 1,5 milhão de italianos no país. Esse número expressivo é facilmente compreendido quando voltamos um pouco no tempo, pra entender o contexto da Itália na época.

No início do século XIX, não era possível chamar a região que conhecemos hoje como Itália de país. Dividida em inúmeros e independentes reinos e granducados, e com regiões sob o domínio do Império Austro-húngaro, a península se encontrava distante da ideia de prosperidade e união. Mesmo após a sua unificação tardia, em 1861, o país não parecia ter à frente um futuro promissor.

A “criação” da Itália foi, claramente, resultado do esforço político de um parlamento formado pelos ricos e poderosos da região. Os moderados, grupo político formado por importantes burgueses e nobres, ficaram à frente da unificação. Dessa forma, uma enorme parte da população, que incluía os artesãos, camponeses e pequenos burgueses, ficou alheia a todas as atividades e decisões políticas. Para piorar a situação, esse segmento da sociedade italiana também não tinha direito ao voto.

O historiador José Arthur Rios descreveu essa situação em sua fala sobre as correntes imigratórias italianas para o Brasil. “A aldeia constituía o único horizonte desses camponeses”, explicou, durante o Seminário Brasil Itália, em março de

2012. “Viviam de agricultura de subsistência e só tinham notícias do poder central através dos cobradores de impostos. Seus assuntos se limitavam ao tempo e a brigas e fofocas de vizinhos.”

A precariedade também era característica da industrialização italiana, que estava muito atrás de outros países europeus, principalmente os do Norte. O atraso é explicado pela unificação tardia do país. Além disso, a Itália também passou por graves problemas de saúde pública. Malária e Cólera matavam milhares de pessoas e as condições de higiene eram terrivelmente precárias.

Todos esses fatores contribuíram para fazer da população italiana um povo insatisfeito, maltratado e reprimido. Torna-se fácil, portanto, compreender os motivos que despertaram em tantos italianos o desejo de emigrar. A posição do Brasil perante o movimento imigratório também era um atrativo. Pressionado pela Inglaterra a acabar com o comércio de escravos, o país passava por um período abolicionista. Leis como a Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibia o tráfico negreiro, a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), deixavam claro o enfraquecimento do escravismo e anunciavam a proximidade de seu fim. Enquanto isso, as plantações de café em São Paulo cresciam e prosperavam cada vez mais. Era necessário, portanto, a exploração de uma nova fonte de mão de obra.

A imigração europeia, por isso, foi bastante estimulada nesse período. Italianos chegam aos montes no Brasil. De 1864 em diante, o contingente cresceu cada vez mais, chegando a constituir, em certo momento, metade do número total de estrangeiros no país. Nem mesmo o ministro italiano Prinetti, que em 1902 proibiu a vinda de italianos, conseguiu deter essa forte corrente.

Gaúchos e paulistas

A imigração italiana para o Brasil foi um movimento de grande magnitude e importância. No entanto, devido à extensão do território brasileiro, alguns locais do país

receberam pouquíssimos italianos, que deram preferência para destinos específicos, em especial as regiões Sul e Sudeste. Destacam-se dois estados: o Rio Grande do Sul e São Paulo. Em cada um deles, porém, o objetivo dos imigrantes era distinto.

A ocupação do sul do Brasil pelos italianos se deu a partir de uma política do governo brasileiro que visava estimular a habitação daquelas terras por trabalhadores livres, para que fossem criados lá núcleos agrícolas consistentes. A maior parte dos imigrantes da região era de famílias provenientes do Norte da Itália, em geral encabeçadas pela figura do pai, branco e agricultor. Foi a partir desse tipo de imigrante que se formaram as tantas colônias italianas existentes no sul brasileiro.

O Rio Grande do Sul foi o estado que recebeu a maior quantidade. O número de italianos em Santa Catarina também foi expressivo, embora muitos deles tenham passado por problemas de adaptação por conta da competição que travavam com os imigrantes alemães, já presentes ali. É importante ressaltar ainda que boa parte desses italianos não eram camponeses miseráveis, mas sim pequenos proprietários e arrendatários, com condições razoáveis de vida. Sua atividade principal era, e permanece sendo até os dias de hoje, a vinicultura.

São Paulo, por sua vez, foi o estado brasileiro que mais recebeu italianos na época das grandes correntes. Estima-se que 70% do total desses imigrantes tenham ido para o território paulista. O motivo para esse enorme contingente foram as fazendas de café alocadas na região. O café paulista era um produto de muito sucesso e exportado para todo o mundo. O negócio gerava muito capital, crescendo cada vez mais e, assim, necessitava de mais mão-de-obra. “O café era São Paulo e São Paulo era o café. Por isso, esse estado absorvia a maior parte da imigração italiana”, explicou Rios. “As estatísticas oficiais registram a entrada 1,5 milhão de italianos na época das grandes correntes. A alta percentagem de ruralidade tem enorme importância na explicação do comportamento social e político do imigrante italiano.

”Não havia muita discrepância entre os números de italianos do sul e do norte, entre os que vinham para São Paulo: o estado recebia imigrantes de todas as partes da Itália. A diferença se dava, no entanto, na área de atuação. Enquanto os nortistas preferiam as atividades rurais, era comum que os sulistas escolhessem a cidade, para desempenhar trabalhos urbanos, em geral ligados ao comércio.

A imigração de italianos para o Rio de Janeiro, por sua vez, foi menos expressiva na época, o estado não estava entre os destinos mais visados. Inicialmente, Dom Pedro II desencorajava o desembarque de imigrantes na capital. Segundo relatos, o motivo era segregatório, ou seja, o imperador acreditava que misturar os imigrantes, que chamava de “negros de pele branca”, depreciaria o local. Foi apenas depois de seu casamento com Dona Teresa Cristina, italiana, que seu comportamento mudou.

Apesar disso, o contingente de italianos no Rio não pode ser considerado pequeno. Isso porque muitos que chegavam a outras regiões do país, após vivenciarem experiências nesses locais, eram atraídos para a então capital do Brasil, especialmente devido às oportunidades de trabalho. A atração foi tanta que, atualmente, 4% da população fluminense é constituída por italianos e descendentes.

No Rio, assim como em São Paulo, a origem regional dos imigrantes eram as mais diversas. Outra semelhança é o fato de muitos desempenharem funções comerciais. Era muito comum vê-los nos ofícios de jornaleiro, vendedor de pescados, sapateiro e joalheiro, entre outros.

Vestígios cotidianos

A vinda de tantos italianos para o Brasil não foi simplesmente um fato corriqueiro, mas um movimento migratório de notável importância. Dessa maneira, trocas culturais não poderiam ter deixado de acontecer. Tanto os imigrantes italianos sofreram fortes influências da cultura brasileira, quanto os brasileiros foram apresentados a novos aspectos culturais que permanecem em nossa sociedade até hoje. Tal influência ocorreu de maneira massiva e em diversos âmbitos.

A começar pela religião. O catolicismo, principal religião praticada na Itália, foi enraizado em território brasileiro com ajuda de seus imigrantes, que trouxeram ao país diversos hábitos religiosos que aqui não existiam, entre eles, a comemoração de diversas festas e a devoção aos santos.

Até no futebol, esporte de maior prestígio e visibilidade no Brasil atualmente, os italianos deixaram sua marca, criando seu próprio time. Foi em 1914 que italianos de São Paulo decidiram se juntar para – é claro – jogar futebol. O time foi nomeado de Palestra Itália. Durante a Segunda Guerra Mundial, o nome teve que ser trocado, já que o posicionamento do Brasil era contra o Eixo, aliança entre Alemanha, Itália e Japão. O time passou, então, a se chamar Sociedade Esportiva Palmeiras.

Alguns sotaques brasileiros também são resultado da convivência entre italianos e brasileiros. Pode-se dizer que os modos de falar na capital paulista, no sul catarinense, na serra gaúcha e no interior do Espírito Santo foram influenciados pelo sotaque dos italianos quando falavam português.

Não há dúvida, no entanto, que a maior influência foi na área da gastronomia. Hoje, nem percebemos mais que as típicas lasanhas ou macarronadas de domingo são de origem italiana: os pratos já foram completamente incorporados aos hábitos alimentares brasileiros. Mas não foi sempre assim.

Quando chegaram ao Brasil, os italianos que foram para o campo não podiam manter seus hábitos alimentares, já que muitos produtos que cultivavam em sua terra natal não existiam aqui. O milho, no entanto, era um dos alimentos em comum aos dois países, o que permitiu que eles mantivessem o costume de comer as tradicionais broas e polentas. Os imigrantes que rumaram para as cidades, por sua vez, conseguiam encontrar produtos importados de seu país nas vendas e mercados, o que facilitou a manutenção de outros hábitos.

Além disso, muitos voltaram-se para o comércio e, entre eles, uma boa parte apostou no negócio de restaurantes, bares, padarias e açougues. Foi por meio des-

ses estabelecimentos que, lentamente, os pratos italianos foram incorporados ao cardápio dos brasileiros. Hoje, é impossível pensar nos alimentos mais presentes em nosso cotidiano sem lembrar as pizzas, massas e biscoitos trazidos pelos imigrantes. Além disso, no Natal, é tão comum comermos panetone, que esquecemos que a origem desse doce é também italiana.

Vínculos institucionais

As associações italianas são muito presentes no Brasil. Especificamente no Rio, são cerca de 40, espalhadas por todo o estado. Nas cidades de Petrópolis e Nova Friburgo, a quantidade é maior, mas existem também associações em Niterói e Valença, por exemplo.

Uma associação que merece destaque é o Instituto Italiano de Cultura, localizado no bairro Castelo, no centro do Rio, ao lado do Consulado Geral da Itália (Casa Itália). Órgão oficial do governo italiano, seu objetivo é promover e difundir a língua e a cultura do país. No Brasil, a instituição cultural também tem sedes na Bahia e no Espírito Santo.

O Instituto Italiano de Cultura apresenta-se não só como o lugar ideal para encontro e diálogo entre operadores culturais, mas também como um local onde italianos e estrangeiros nativos podem criar e manter vínculos com o país de origem. Seus projetos envolvem dar suporte a atividades realizadas por embaixadas e consulados, organizar eventos culturais de diversos âmbitos e promover cursos de italiano.

Na mídia, o jornal *Comunità Itália* se destaca como veículo de informação destinado a italianos no Brasil. O periódico foi criado em 1994, na cidade de Niterói, por um grupo de intelectuais ítalo-brasileiros que sentia falta de uma publicação destinada a eles. Timidamente, o jornal começou a ser distribuído gratuitamente, em preto e branco, principalmente em associações italianas. O grande empreendedor por trás da ideia foi Domenico Petraglia, na época com apenas 18 anos, auxiliado por Julio Vani, seu sócio, de 67 anos. O jornal foi crescendo e ganhando destaque até que,

em 1999, ganhou sua versão online. Além disso, uma editora com o mesmo nome também foi criada, especialmente voltada para a publicação de textos de escritores ítalo-brasileiros, em italiano.

Hoje, o jornal virou revista, e se transformou no principal veículo de comunicação voltado para os italianos no Brasil, já ultrapassando 100 edições. Outro fato impressionante é a tiragem da revista e o número de páginas com conteúdo, que têm aumentado nos últimos anos. A publicação é bilíngüe, e o idioma da matéria depende do conteúdo abordado, que, por sua vez, é bastante abrangente: as matérias são de assuntos variados, desde que tenham uma influência ou origem na Itália. A Revista Comunità Italiana possui um número de leitores que impressiona, além de ter conseguido publicidade suficiente para se sustentar. O sucesso é tão grande que o editor-chefe afirma que a revista é indispensável para a comunidade.

AMNÉSIA MARROQUINA

Passaporte **falso** desejo **verdadeiro**

por Fernanda Fonseca

“No Marrocos, minhas amigas
queriam crescer para **casar** logo.
Nunca quis isso para mim.”

Quem encontra a senhora Adilah vendendo alegremente seus tecidos no conhecido comércio do Saara, no centro do Rio de Janeiro, nem imagina como, aos 17 anos, uma jovem apaixonada veio parar em terras tupiniquins. Os diretores de filmes americanos que nos desculpem, mas a história de dona Adilah deixa muitos filmes de Hollywood no chinelo.

Nascida em uma família de classe média do Marrocos nos anos 40, na cidade de Meknes, ela não tira o sorriso do rosto nem quando se autointitula “uma revoltada”. Dona Adilah, hoje beirando os 80 anos, diz que nasceu no lugar errado: “Nunca me senti parte daquele lugar, daquela cultura. Alfredo só foi um belo pretexto.” O tal pretexto, de olhos claros e “estrutura óssea perfeita”, tinha 25 anos e estava passando as férias com uns amigos em Meknes. Bastaram poucos minutos – sim, minutos – para que se apaixonassem perdidamente. Ela conta que, dez dias depois do primeiro encontro, recebeu um bilhete em sua janela com

um pedido de casamento e um passaporte falso. Não pensou duas vezes. Saiu de casa com alguns poucos pertences e deixou pra trás a família, com a qual nunca mais teve contato.

Alfredo era mineiro no Chile. Depois de dois anos casados, os dois resolveram que era hora de uma nova vida, mais especificamente no Brasil, onde ela diz ter se encontrado. O motivo? Para ela, o país é uma terra de pessoa alegres e leves. Por isso, se considera brasileira “por insistência e coração”. Diz que não teve dificuldade de adaptação. “Isso eu tinha no Marrocos, onde não me encaixava nos costumes, nas roupas e na maneira de viver”, reclamou. Foi assim que resolveu transcender a expectativas sociais que esperavam por ela – casar-se, ter filhos e ser uma boa dona de casa.

Hoje ela tem seis filhos, nove netos e dois bisnetos. Diz que nunca teve vocação para ser dona de casa, e sim para viver. “No Marrocos, me perguntava porque minhas amigas queriam crescer para casar logo. Queria cres-

cer para ser independente, mas isso eu não conseguiria ficando lá. Principalmente naquela época, quando a mulher não tinha voz, não tinha direito. Nunca quis isso pra mim”, reforçou.

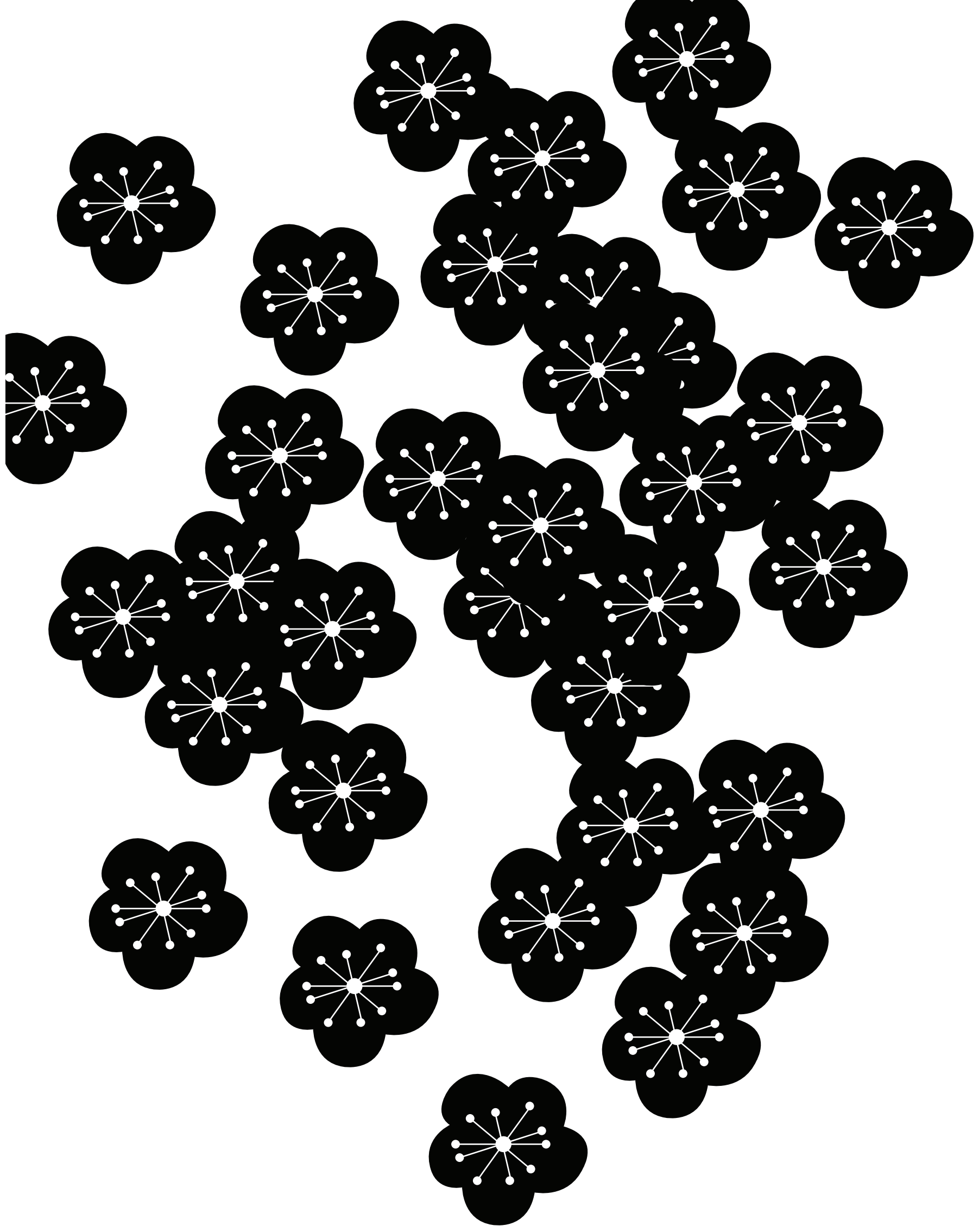
Dona Adilah diz que ganhou aqui muito mais do que perdeu deixando seu país: encontrou a si mesma, além de ganhar uma nova cultura, que ela jura ser sua desde criancinha. “Sinto falta da minha família até hoje, mas sei que, para eles, eu morri. Então, vivo com a minha família de hoje e sou feliz assim.”

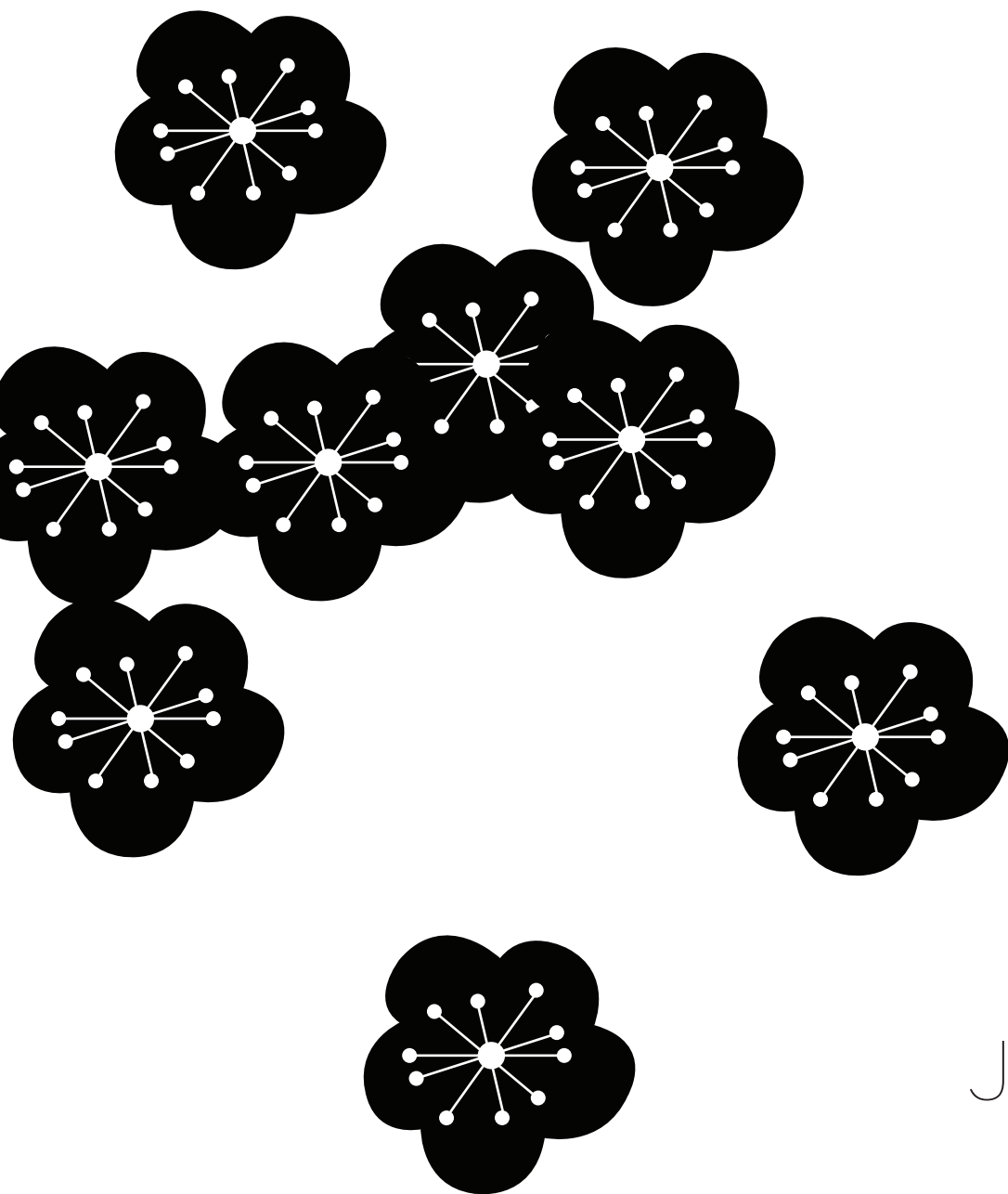
Adilah pode até ser uma imigrante de corpo, mas com certeza sua alma já pairava por essas terras há muito tempo. Diz nunca ter sido alvo de nenhum preconceito e que, justamente por não tê-los, não sofreu com a mudança cultural. “A cultura brasileira é a minha cara”, festejou. E, dito isso, começou a sambar como uma carioca nata. “Gosto de tudo aqui. Da comida, da bebida, das pessoas, da música, das praias. Só sinto falta do meu chá. Mas eu já superei”, brincou.

Ela se diz uma muçulmana “mente aberta”, pois incorporou à sua fé outros tipos de religiões. “Passeio pelo espiritismo e pelo cristianismo também. Tudo o que me traga paz é bem vindo.” Adilah assume que perdeu um pouco da língua por falta de prática, já que não tem o costume de falar árabe. Nunca ensinou aos filhos nem aos netos, até porque seus documentos são de origem chilena. “Sempre tive o cuidado para que meus filhos tivessem a liberdade de ser o que quisessem. E são. Não vou obrigá-los a seguir uma cultura que nem a mãe quis seguir. Não faria sentido, não é?”

Ao final do encontro, uma pergunta seguiu pairando em minha cabeça: seria dona Adilah o caso de uma imigração bem sucedida? Ou um caso de erro de cegonha?







Japoneses

por Gabriela Pantaleão

Dádivas do Oriente

O primeiro registro de japoneses no Brasil foi dos tripulantes do navio Wakamiya Maru. A embarcação naufragou na costa japonesa, em 1803, e seus quatro tripulantes foram salvos por um navio de guerra russo, que aportaria em Santa Catarina, para conserto, em sua rota de volta. Ficaram em Florianópolis de dezembro de 1803 a fevereiro de 1804, tempo em que fizeram importantes registros da vida da população local e da produção agrícola da época. Em 1907, o governo brasileiro publicou a Lei da Imigração e Colonização, permitindo que cada Estado definisse a forma mais conveniente de receber e instalar os imigrantes. Em novembro do mesmo ano, Ryu Mizuno, considerado o pai da imigração, fechou acordo com o secretário da Agricultura de São Paulo, Carlos Arruda Botelho, para a introdução de 3 mil imigrantes japoneses num período de três anos, para trabalhar nas lavouras de café. Assim, no dia 28 de abril de 1908, o navio Kasato Maru deixa o Japão com os primeiros imigrantes rumo ao Brasil. Atraídos pelo sonho de uma vida melhor, os imigrantes aprenderam a conviver com uma cultura totalmente diferente da sua e tiveram que superar várias dificuldades, sobretudo o preconceito.

As motivações vieram de ambos os países. No Japão, a tensão social, consequência de uma densidade demográfica acentuada, precisava ser atenuada. Lá, o governo adotava medidas para incentivar a emigração. O Brasil, por sua vez, precisava de mão-de-obra para trabalhar nas fazendas de café, especialmente em São Paulo e no Paraná. Existem registros de que, em 1894, Tadashi Nemoto chegou a visitar o Brasil para inspecionar e trabalhar em prol da emigração japonesa.

Os 781 japoneses recém-chegados foram distribuídos em seis fazendas paulistas. Enfrentaram, porém, um duro período de adaptação. O grupo contratado pela Companhia Agrícola Fazenda Dumont, por exemplo, não permaneceu ali mais que dois meses. As outras fazendas também foram sendo gradativamente abandonadas. Em setembro de 1909, restavam apenas 191 imigrantes nas fazendas que os contrataram. No ano seguinte, a segunda leva de imigrantes já estava a caminho. E no dia 28 de junho de 1910, o navio Ryojun Maru aportava em Santos com mais 906 trabalhadores a bordo. Aos poucos, porém, os conflitos foram diminuindo e a permanência nos locais de trabalho, mais duradoura.

Durante treze anos, o estado de São Paulo e os fazendeiros de café subsidiaram as passagens dos imigrantes, que deveriam cumprir um contrato de dois a três anos trabalhando nas lavouras. Os japoneses, entretanto, não estavam satisfeitos: vieram incentivados pelo sonho de que no Brasil enriqueceriam rápido e logo voltariam para sua terra, mas encontraram condições de trabalho inadequadas e de pouca salubridade. Notaram, então, que era necessário se unir para conquistar sua própria independência em terras estrangeiras. Começaram a criar parcerias e cooperativas, a fim de defender seus interesses. Além disso, adquiriram pequenas terras, onde desenvolveram técnicas de produção agrícola.

Aos poucos, cada vez menos as fazendas paulistas eram vistas como minas de ouro. Daí o fato da imigração começar a se aproximar do Rio de Janeiro: a baixada fluminense se desenvolvia e o governo do estado acreditava que os japoneses poderiam ajudar na contenção da proliferação de doenças, na criação de indústrias que substituiriam as fazendas de café, em declínio no estado, e no aumento da produção de alimentos.

Rapidamente, o Japão firmou acordo com o presidente do Estado, que disponibilizaria sem custos a Fazenda Santo Antônio, em São Francisco de Paula – atualmente conhecida como Trajano de Moraes, no município de Macaé. E assim foi criada a primeira colônia japonesa no estado do Rio de Janeiro.

Campo de Guerra

São Paulo ainda continuou por algum tempo como o estado preferido dos imigrantes japoneses. Mas, em 1933, estourou uma crise de superprodução na agricultura. Nessa época, Hikaru Saito, japonês que hoje reside no Rio de Janeiro, nem poderia imaginar que seu destino seria vir para o Brasil. Nascido em Tóquio, ficou por lá até a Segunda Guerra Mundial quando a cidade se encheu de fogo e toda sua família, mãe e irmão, fugiram para a província Gunma, onde sua avó morava. O pai de Saito havia morrido no conflito.

No período que antecedeu a guerra, os estabelecimentos comerciais do Rio de Janeiro cresceram rapidamente. Era o momento do alvorecer da imigração japonesa no Rio, e os proprietários nipônicos viam seus negócios prosperar. Ficava claro que nessa época os maiores donos de grandes estabelecimentos comerciais, como a Casa Nippoku, não desejavam fixar-se para sempre em solo brasileiro, seu objetivo ainda era enriquecer e voltar para o país de origem. Não podíamos dizer o mesmo dos seus funcionários, já que muitos casavam com brasileiras e acabavam se naturalizando. Em 1930, hotéis e pensões voltaram a abrir e a ganhar força na cidade, como a Pensão das Laranjeiras e Pensão Japonesa, conhecida também como Pensão Hirose, que era utilizada para reuniões da comunidade. Ambas ofereciam serviço de restaurante, com comidas típicas vindas do oriente. Além das hospedarias, os japoneses também exploraram outras formas de fazer negócio, como a venda de pedras preciosas e abertura de lojas onde ofereciam serviços de tinturaria a lavanderia.

Nota-se que nos primeiros 20 anos subsequentes ao atracamento do navio Kasato Maru no Brasil, os imigrantes que nele vieram tiveram uma vida próspera devido, principalmente, ao sucesso alcançado na agricultura. Durante a guerra, porém, o quadro geral da imigração japonesa sofreu mudanças. O número de imigrantes aumentou e os japoneses que aqui viviam não se consideravam mais apenas “japoneses residentes”: a partir daquele momento, o desejo da grande maioria, que antes era vol-

tar ao Japão, passa a ser a criação de raízes em solo brasileiro. Há, nesse ponto, uma grande diferença entre os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Lá, imigrantes ainda tinham a vontade de voltar para o Japão. Já no Rio, isso não acontecia mais.

Após a Segunda Guerra, houve um congelamento da imigração japonesa. Entre 1940 e 1950, apenas 1,5 mil japoneses imigraram para o território brasileiro. Somente quando a guerra terminou é que a imigração voltou a se intensificar. Foi nesse momento que Hikaru Saito também decidiu explorar as terras brasileiras. Diferente da grande maioria, ele não veio esperando grandes conquistas. Em 1957, ano em que terminou seu colegial, um amigo de seu pai que estava na Guerra voltou e trouxe uma proposta que mudaria a vida de Saito. “Ele trabalhava em uma fundação que enviava rapazes, que terminavam o segundo grau, para o exterior. A Fundação ensinava a língua e também tinha uma igreja para ensinar a religião do país”, contou. “E ele me chamou.”

Depois da autorização de sua mãe, o amigo de seu pai foi conversar com Saito, abriu um mapa do mundo e disse: “Saito, tem um navio que vai para o Brasil e foi fabricado no Japão, é um navio de guerra”. Ishikawajima havia sido um pedido do estaleiro brasileiro no Rio de Janeiro. O governo encomendara três navios de guerra. O primeiro, em 1956, um ano antes, já havia sido mandado para o Brasil. O último navio estava saindo em 1957. Aos 18 anos, Saito não pensou duas vezes.

Os japoneses que permaneceram aqui, então, deixaram de servir apenas como mão-de-obra barata e, por exigência de acordos bilaterais, passaram a ter acesso a diversos setores da sociedade. Em 1958, 50 anos após a chegada dos primeiros imigrantes, o número de japoneses e descendentes no país somava mais de 400 mil pessoas. A partir da década de 60, aumentou o número de famílias japonesas que administravam seus próprios negócios. Os homens trabalhavam como feirantes, quitandeiros e tintureiros. As mulheres, como costureiras e em salões-de-beleza.

Na década de 70, já não era tão estranha a convivência entre as culturas japonesa e brasileira, e o número de casamentos entre etnias diferentes aumentou no país.

Nessa época, o Japão se recuperou da crise econômica e passou ocupar um papel de destaque no cenário mundial. Hoje, 105 após o início da imigração japonesa, o Brasil abriga a maior população japonesa do mundo fora do Japão.

Vida Nikkei

Registros feitos pela Embaixada do Brasil em Tóquio, mostram que, aproximadamente, 190 mil imigrantes chegaram ao Brasil, do período que corresponde da chegada do Kasatu Maru até 1941. Infelizmente, o fluxo migratório cessou quase completamente no final da década de 1950. Mas o Brasil já contava quase 200 mil imigrantes japoneses estabelecidos em suas terras.

Existem hoje, no país, cerca de 1,5 milhão de nipo-brasileiros, espalhados por todo o território brasileiro e em pontos de concentração como Paraná, Mato Grosso do Sul, Pará e Rio de Janeiro. A grande maioria mora e trabalha em São Paulo. Liberdade é um dos bairros de São Paulo de tradição japonesa, porém, hoje só mantém o comércio e restaurantes típicos.

Alguns japoneses chegaram a migrar até mesmo dentro do Brasil, procurando lugares que oferecessem melhores oportunidades de trabalho. Saito foi um desses imigrantes que chegaram ao Brasil e demoraram algum tempo para fixar-se definitivamente em algum estado brasileiro. Primeiro, Saito viveu no Rio de Janeiro por dois anos, depois São Paulo, onde ficou por mais três anos. A falta de dinheiro e oportunidades levou Saito a trabalhar na lavoura, no entanto, sua mãe veio do Japão para trazer dinheiro e matar as saudades de seu filho. “Ela disse que já que seu filho não voltava, ela veio buscar”, lembrou sorrindo.

Com os dois juntos novamente – sua mãe decidiu ficar no Brasil –, eles compraram uma propriedade e iniciaram uma pequena plantação. O negócio não durou muito tempo e os dois acabaram migrando para Minas Gerais. Na época, a construção de usinas estava em alta, e precisavam-se de japoneses como intérpretes, mas Saito

ainda não falava português. “Estavam recrutando japoneses, e, por um acaso, o chefe me conheceu e me deixou um cartão falando que me queria lá, que eu não precisava falar português e tinha um trabalho para mim”, contou. “Um dia, arrumei dinheiro e fui ver o que era. Gostei do trabalho e acabei ficando dez anos”. Depois desse tempo, casou-se e teve seu primeiro filho. Decidiu mudar de emprego, não estava mais satisfeito com a vida em Minas e veio para o Rio de Janeiro, onde mora há 40 anos.

Uma nipo-brasilidade

A comunidade Nikkei - descendentes de japoneses nascidos fora do Japão ou japoneses que vivem regularmente no exterior - algumas vezes pode ser vista como uma extensão do Japão, enquanto outros a veem como um segmento da sociedade brasileira. Outros, ainda, acreditam que ela seja as duas coisas, ou nenhuma delas. Não podemos negar que a cultura japonesa no Brasil é bastante cultivada desde o início do fluxo migratório até os dias de hoje, e que isseis, nisseis, sansseis e yosseis ajudaram a formar uma cultura própria brasileira-nikkei, repleta de peculiaridades.

Para que fosse possível manter a cultura oriental, associações foram sendo criadas. Em 1921, surgiu no Rio a primeira associação japonesa, a “doushikai de japoneses no Rio”, que reunia praticantes de um determinado tipo de Karatê. Em geral, o esporte sempre foi um bom motivo para juntar a comunidade: em 1940 foi realizado o primeiro evento, a undo-Kai, uma gincana esportiva. Também em 1921, eles criaram o time japonês de beisebol e, em 1922, o Clube de Tênis da Fraternidade Nipônica do Rio.

Apesar de já existirem comunidades, foi depois do pós-guerra que as associações nipônicas alargaram seus números no Rio de Janeiro. Em 1947, foi criado o REC, Rio Esporte Club, uma iniciativa tomada por Isamu Onu, Tomojiro Kagami e Hiroshi Ishii, que tinha o objetivo de formar atletas capacitados para jogar beisebol. A grande diferença do REC era que ele foi criado para os estudantes de outros estados, e não somente para imigrantes japoneses que trabalhassem ou estudassem no estado do Rio de Janeiro.

A partir dessas iniciativas, muitas outras associações nikkeis ganharam força e apoio para surgirem, e alguns exemplos são a Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira do Estado do Rio de Janeiro, o Clube de Angra dos Reis, o Itaguaí Bunka Clube, a Associação Nikkei de Niterói e o Esporte Clube Agrícola de Papucaia, entre tantas outras que se espalham hoje por todo estado.

Recanto do Oriente

Obviamente não é só o Rio de Janeiro que abriu espaço para a criação das comunidades nikkieis, no Brasil inteiro é possível encontrá-las. No estado de São Paulo, a cerca de 600 quilômetros da capital, a Associação Comunidade Yuba é famosa pela sua autenticidade japonesa. Em princípio, parece uma simples fazenda, com uma imensa varanda colonial e velhos tratores estacionados ao relento. Ao se aproximar, o cenário se confunde à vista do visitante. Yuba não é apenas uma propriedade rural, nem seus habitantes meros lavradores.

A comunidade cravada no interior do estado ainda preserva costumes milenares e cultiva, além da roça, uma rotina cultural sem paralelos. Não há refrigerante. O que se bebe é chá gelado. Na comunidade Yuba, não basta só cultivar a terra. O refeitório coletivo, repleto de ideogramas, vira uma animada sala de coral e piano. Inteiramente comunitária, a vida em Yuba lembra o sistema social idealizado por Thomas Morus na imaginária Ilha Utopia, com uma diferença: há 72 anos, um grupo de japoneses e descendentes luta para subverter as regras do sistema capitalista e manter coesa uma comunidade rural nos arredores de Mirandópolis. Nenhum de seus moradores goza de regalias ou privilégios, nem mesmo o presidente da associação.

Yuba já foi uma grande comunidade, com quase de 300 integrantes. Hoje, são somente 61, formados basicamente por adultos que não pensam em deixar a terra. A comunidade mantém atados os laços com a herança oriental introduzida

por seu fundador, Isamu Yuba. Os que ficaram sabem que são herdeiros da terra e daquele modo de vida. Pelo menos enquanto a comunidade existir.

Além da comunidade no interior de São Paulo, outra comunidade nipônica bastante influente é a Associação Nikkei do Rio de Janeiro, localizada no bairro do Cosme Velho. A associação foi fundada em 15 de julho de 1972, no Estado da Guanabara. O primeiro Cônsul Geral, Kizo Araki, preocupado com a falta de uma entidade representativa dos japoneses e descendentes, orientou figuras de destaque para o estabelecimento de um centro de intercâmbio. Em março de 1972, foi realizada a primeira reunião oficial para a fundação da entidade. O nome foi escolhido por ser dirigida por descendentes de japoneses e destinada à colônia. O primeiro presidente da instituição foi Hitoshi Fujihara e, apesar das mudanças que ocorreram desde sua criação, a associação continua com seus objetivos e preceitos. Promove a cultura oriental, divulga os costumes e as tradições japonesas e é um ponto de referência reconhecido da comunidade Nikkei no Rio de Janeiro.

Um dos frequentadores da Associação é Saito. Ele conheceu a instituição através da vizinhança logo que chegou ao Rio, em 1973. Saito considera a associação muito importante, já que, dessa forma, ele pode manter o contato com sua cultura de origem. Logo que ele entrou para a comunidade, fazia diversas coisas e tinha muitas funções. Hoje, além de membro da diretoria, se dedica ao tênis de mesa.

A identidade cultural é construída por muitos fatores, e a variante cultural é de extrema importância nesse sentido. Comunidade e cultura necessitam de uma relação mútua de dependência e troca. E o traço comum que leva pessoas a uma mesma comunidade não é somente sua etnia, consanguinidade ou nome de família. A cultura é um fator essencial no elo entre indivíduo e comunidade, pois é ela que legitima a sua pertinência naquele grupo. Para confirmar isso, basta observar brasileiros que possuem, por exemplo, maior domínio do idioma japonês, mais hábitos alimentares e maior adoção de valores tradicionalmente japoneses do que muitos nikkeis.

A abertura das comunidades é benéfica, pois aumentam as chances de sobrevivência e evolução junto ao resto da sociedade, além da promoção do intercâmbio cultural. A comunidade nikkei brasileira está situada em um novo território, formado por pessoas que vivem uma tradição mista, que se identifica ao mesmo tempo com o Brasil e com o Japão, recebendo influências de ambos os países. Seu papel vai muito além da preservação da cultura nipônica entre imigrantes e descendentes no Brasil, já que ela difunde em diferentes níveis essa cultura dentro da sociedade brasileira e também difunde a cultura brasileira no Japão através dos dekasseguis, que são os descendentes de imigrantes que retornam ao Japão.

Ideogramas midiáticos

Em termos de mídia japonesa no Brasil, destacam-se os programas da filosofia Seicho-No-Ie, cujos adeptos são japoneses ou descendentes que se reúnem periodicamente e são bem organizados. Com a sede nacional em São Paulo, e também uma em Copacabana, essa é uma das organizações mais engajadas na produção midiática. Eles são responsáveis por uma produção que vai de jornais e revistas a programas de televisão, distribuídos pelo país inteiro. Com recursos audiovisuais bastante restritos, o programa de televisão consiste na difusão dos conceitos e ideais da religião, que prega a perfeita interação com Deus e com a Natureza. Além disso, também são transmitidas palestras com autoridades da própria Seicho-No-Ie.

São produzidos revistas e boletins diferentes, para tipos específicos de públicos. A revista Fonte de Luz é dirigida aos homens da Seicho-No-Ie e apresenta textos com conteúdo mais reflexivos, já que é dirigida a pais de família e possui propaganda. Já a revista Pomba Branca costuma fazer a cobertura dos eventos da organização, e tem também orações, uma sessão de gastronomia e publicidade. A distribuição é nacional, através das sedes da Seicho-No-Ie ou pelos correios. A revista Mundo Ideal é uma das mais recentes, voltada para o público jovem da Seicho-No-Ie. Possui uma

seção de correspondências, em que jovens de todo o país tiram dúvidas e opinam sobre as mais diversas questões. A revista também tem como objetivo difundir os ensinamentos da Seicho-No-Ie e promover a reflexão entre os jovens.

Existem outros veículos disponíveis para os japoneses e para as comunidades nikkeis, como o Jornal Círculo de Harmonia, uma publicação de circulação nacional que reúne as informações do Seicho-No-Ie, como eventos e orações, além de trazer depoimentos de leitores e o boletim da Associação Rio Nikkei. O boletim do Rio Nikkei é mensal e foi criado em 1972. Com uma tiragem pequena, de aproximadamente 230 exemplares, em função do seu alcance restrito, ele é basicamente distribuído nas colônias japonesas existentes no Rio de Janeiro. Como todos os demais jornais voltados para os descendentes, o boletim da Rio Nikkei é bilíngue, o que gera um atraso na distribuição, já que a versão em japonês precisa ser confeccionada em São Paulo, porque no Rio de Janeiro não há gráficas que possam imprimir os caracteres japoneses.

O Jornal Nippo Brasil é um dos mais importantes e influentes dentro da comunidade oriental. É publicado pela Empresa Jornalística International Press Brasil, fundada em 1992. Com mais de dez anos de atividade, o Jornal tem um grande público Nikkei estabelecido. Sua primeira publicação foi o Jornal “Notícias do Japão”, um semanário voltado às famílias dos dekasseguis. Precursor nesse formato, foi e até hoje continua sendo a única mídia no Brasil a publicar assuntos da comunidade de 250 mil brasileiros no Japão, que remetem anualmente ao país cerca de 2 bilhões de dólares.

Em parceria com o jornal International Press, publicado no Japão e editado totalmente em português, o Jornal Notícias do Japão conseguiu rapidamente conquistar um público cada vez mais fiel. Também foi o pioneiro na mídia para os latino-americanos. Hoje, o seu primeiro exemplar encontra-se arquivado na Biblioteca de Tóquio.

Yoshio Muranaga foi o idealizador do projeto: viajando sempre ao Japão, ele notou a carência de informações, face aos vários problemas, ansiedades e saudades que passavam os brasileiros que residiam lá. Surgiu então o projeto dos dois jornais. Primeiro, o

International Press, direcionado para os trabalhadores brasileiros no Japão e que publicava as notícias do Brasil. O outro, o Jornal Notícias do Japão, publicado no Brasil, tem informações de tudo o que acontece aqui, principalmente com a comunidade nipo-brasileira. Apesar da dificuldade, o investimento feito pelo empresário o tornou o rei da mídia na comunidade nipo-brasileira. O sucesso de ambos os projetos levou também à criação da IPCTV, a única com programação de TV diretamente do Brasil para o Japão.

Em 1999, o Jornal Notícias do Japão reestruturou seu produto e sua marca. Foi aí que nasceu o Jornal Nippo-Brasil. Novas colunas foram incorporadas, seções de cultura japonesa, culinária, saúde, Mangá (revista de quadrinhos japonesa), eventos e entrevistas, entre outras novidades. Hoje, o Jornal Nippo-Brasil é distribuído largamente em forma de assinaturas e vendas em bancas. Está presente na capital paulista, no interior do estado de São de Paulo e em todas as grandes cidades do país.

O Jornal Nippo-Brasil (ex-Notícias do Japão) é o único jornal que dedica espaço permanente a um dos mais importantes fenômenos migratórios vividos pelo nosso país, envolvendo cerca de 260 mil nipo-brasileiros que estão trabalhando no Japão (dekasseguis) e que são responsáveis pela remessa anual para o Brasil de aproximadamente 2,5 bilhões de dólares. O jornal também tem sua versão online. O site se estrutura a partir de uma série de links de notícias, onde encontramos contos sobre o Japão, manchetes das agências internacionais informando os últimos investimentos de empresas japonesas, notícias de esporte e de brasileiros no país. Há também um chat, enquetes, fóruns e um link de comunicação com a redação, onde pode-se pedir informações e sugerir pautas. É dessa maneira que a cultura oriental se difunde no Brasil, através dos sites, informativos e jornais produzidos pela comunidade nipônica.

Peixe cru

É grande a diferença e a diversidade das culturas oriental e ocidental. Com certeza, os imigrantes japoneses levaram algum tempo para se adaptarem, afinal a

comida, a religião, a língua e a forma de vida de ambas as sociedades são diferentes em muitos aspectos. Imaginem como seria morar no Japão, imaginem o tempo e a dificuldade que nós, brasileiros, não levaríamos para entender e falar o idioma em Tóquio, por exemplo. Mesmo com a dificuldade, muitos deles aprenderam.

Para Saito, o idioma foi definitivamente o mais difícil. Segundo ele, a temperatura, o clima e a comida são aspectos relativamente fáceis para se adaptar. Outro fator que Saito apontou como positivo são as pessoas: ele caracterizou o povo brasileiro como um povo grande. “O Brasil é grande, o brasileiro é grande. Tem espaço para todo mundo, aceitam tudo. Japonês é muito desconfiado, brasileiro é muito sincero e aberto”, comparou. Sua mãe, mesmo morando por 50 anos no Brasil, não conseguiu aprender o complexo português. Ela gostava muito de ler, e sua irmã lhe mandava livros em japonês. De qualquer forma, mesmo sem falar português, viajou sozinha até Manaus, Belém e Santa Catarina. “Quando voltava e contava o que tinha gostado, dizia que conversava com as pessoas por linguagem corporal”, lembrou orgulhoso. Sua mãe faleceu aos 94 anos.

A comida japonesa também é bem peculiar se comparada à brasileira. Porém, hoje, andando pelas ruas, encontramos inúmeros restaurantes japoneses. O povo brasileiro incorporou a novidade e se tornou fã desse tipo de culinária, onde o peixe é o principal ingrediente, que normalmente não é cozido. O sashimi, em termos mais simples, o “peixe cru”, é um dos pratos de maior sucesso. Porém, nem sempre foi assim: em 1939, foi inaugurado o primeiro restaurante japonês no Rio, no bairro de São Cristovão, mas o estabelecimento não durou muito tempo.

O Japão é um país que tem uma organização e uma cultura extremamente tradicionais. Manter essa cultura milenar para os imigrantes não é fácil. Além das comunidades e suas mídias, os japoneses mais antigos também tentam passar seus ensinamentos para os mais jovens. O grande obstáculo é a tremenda influência que eles sofrem da cultura ocidental. Saito, que constituiu família no Brasil,

entende como é difícil fazer com que seus filhos e netos, distantes do Japão, lembrem que é de lá que vem sua cultura.

O filho de Saito foram criados dentro das escolas brasileiras, mas mesmo assim ele buscou inserir no comportamento deles as tradições japonesas. Saito contou que tanto seu filho, quanto sua filha são muito pontuais, respeitosos, tradicionais e “certinhos”, como o próprio Saito caracterizou-os. Além dos filhos, Saito tem uma neta, que ainda é criança. Mesmo assim, já é possível ver como é muito mais complicado fazê-la entender a necessidade de cultivar as tradições japonesas. Saito considera sua netinha muito mais brasileira, mas não acha ruim essa mistura. Pelo contrário, para ele, a mistura nipo-brasileira só ajuda na integração Japão-Brasil.

TRILHAS PERUANAS

Identities em **sintonia**

por lamê Barata

“ O Rio de Janeiro não tende
a ser uma cidade **cosmopolita**.
É muito fechado para o samba,
o choro e o funk.”

As 5 horas de uma tarde de sexta-feira, depois de subir alguns lances de escada, o peruano Sergio Valdeos abriu a porta de seu aconchegante apartamento em Laranjeiras. Vestido com uma calça jeans e uma blusa longa vermelha, ele estendeu o braço em um gesto gentil, me convidando para entrar em sua casa. Valdeos cumprimentou carinhosamente um rapazinho com um sorriso encantador, que brincava de cozinhar. É seu filho, Martín, fruto de sua união com sua esposa brasileira. Nas próximas horas, o menino seria o autor do fundo musical – com as suas brincadeiras pela casa – de toda a nossa entrevista.

Sergio Valdeos é peruano, nascido em Lima em 1969. Desde os 17 anos, já se dizia músico. Confessou que, em determinado momento da vida, deixou a música para tentar fazer “alguma coisa séria”. Mas a música falou mais alto. Correu, então, atrás de uma faculdade na área. Argentina, Brasil e Estados Unidos eram os destinos possíveis. Naquela época não havia graduação em música em nenhuma faculdade do Peru. Hoje, algumas instituições, como

a Pontifícia Universidade Católica peruana, oferecem a formação. O desejo por um ambiente na latino fez com que excluísse os Estados Unidos de suas pretensões. Entre os dois restantes, optou pelo Brasil, onde contava com uma amiga que poderia recebê-lo em sua casa.

Aos 22 anos, Sergio desembarcou no Rio de Janeiro. “É a primeira cidade que vem à mente ao falar em Brasil”, explicou. Ainda em Lima, ele fez um curso de língua portuguesa, oferecido por uma instituição vinculada à Embaixada Brasileira, onde também aprendeu um pouco sobre a cultura brasileira. “Eu já adorava a música local, e de repente comecei a entender as letras e, com elas, a conhecer o jeito dos brasileiros”, relembrou. “Aí eu comecei a amar a música, a cultura brasileira.”

Sérgio estudou música na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e completou a faculdade “no tempo certinho”, em quatro anos. Ele vê o Brasil como uma grande potência musical. “Tem muito músico bom aqui”, exclamou. O jeito informal dos cariocas chamou sua atenção. Ao chegar à sala de aula e ver um aluno

vestindo short e chinelo de dedos, com os pés em cima da mesa, foi tomado por uma doce estranheza.

Ele acredita que a informalidade carioca deixa as pessoas muito mais à vontade. O famoso “eu te ligo, vamos marcar de sair” carioca, também foi lembrado por Sérgio, entre risadas. “Você fica amicíssimo de alguém em um bar, pega o telefone, marca de sair no final de semana, a pessoa diz que vai te ligar com certeza e não acontece nada. É impressionante!”

O peruano, embuído do jeitinho carioca, não teve muitos problemas para se adaptar à cidade. A língua, os hábitos e os costumes não foram empecilhos. “Sempre fui um garoto de praia”, diz ele, em tom de brincadeira. No entanto, lembra que o dinheiro foi um problema. “Não queria ficar pedindo para os meus pais, queria ser independente.” Tratou, então, de arrumar pequenos bicos e passou a tocar em hotéis e em bares. Fora os estudos, formou também um grupo de violões chamado Quarteto Maogani, que tocava diversos ritmos de música, como salsa.

Em 1999, voltou ao Peru. A vontade de tocar a música peruana foi o que o levou a retornar ao país. Em sua opinião, o Rio é pouco aberto a novos tipos de música. Lá, o sucesso veio ao seu encontro. Sergio conheceu uma cantora peruana que viajava o mundo todo em turnê, e começou a trabalhar com ela. Ele vivia a metade do ano dentro de um avião.

Em uma dessas viagens, conheceu sua esposa brasileira, Graziella, que ele chama carinhosamente de Grazi. A cidade de encontro foi Lisboa, capital de Portugal. Ele estava em turnê e ela estava realizando uma pesquisa. Os dois tinham um grande amigo em comum, que fora do Quarteto Maogani. O amigo viu um cartaz na saída do aeroporto divulgando um show de Sergio, foi à apresentação e convidou-o para uma visita à sua casa, onde Graziella estava hospedada.

Depois das apresentações, o casal logo passou a sair junto. Por causa das viagens a trabalho inesperadas, as promessas de encontro eram ao estilo carioca, ou seja, quase nunca se efetivavam. “Eu dizia que ia para o Rio encontrar com ela, mas

acabava que não ia, até que eu vim e começamos a namorar.”

Em 2008, um ano após o início do namoro, Sergio se mudou de vez para o Brasil. Afinal, Graziella não só já morava no Rio, como tinha sua rede de contatos laborais, plano de saúde e uma casa mobiliada. E Sergio tinha gostado bastante de sua experiência anterior na cidade.

A decisão não foi fácil. Ele tinha uma vida profissional bastante apreciável no Peru. Realizava um trabalho com música tradicional peruana e estava escrevendo um livro. Vir para Rio deixou Sergio um apreensivo. “O Rio não tem uma tendência a ser uma cidade cosmopolita, é muito fechado para o samba, para o choro, para o funk. Talvez, para isso, São Paulo seja um pouco mais aberta”, ponderou. “É uma cidade maior.”

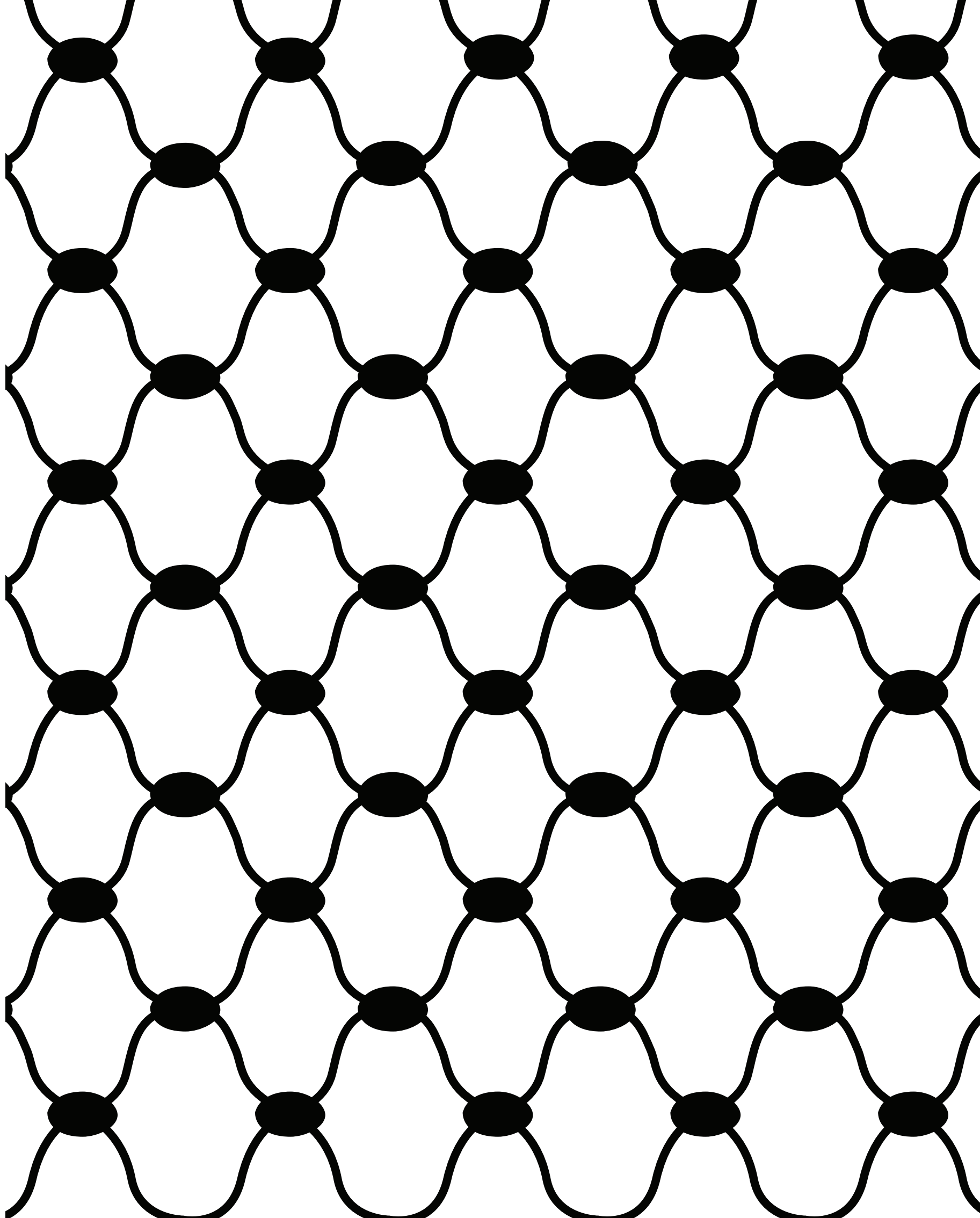
Sergio criou um grupo e hoje também escrevendo sobre música. A internet é uma grande aliada. “É muito mais fácil, eu gravo de casa”, contou. Os contatos adquiridos ao longo da vida também ajudam. Ele ressalta que são poucas as pessoas que trabalham com música peruana. Para não

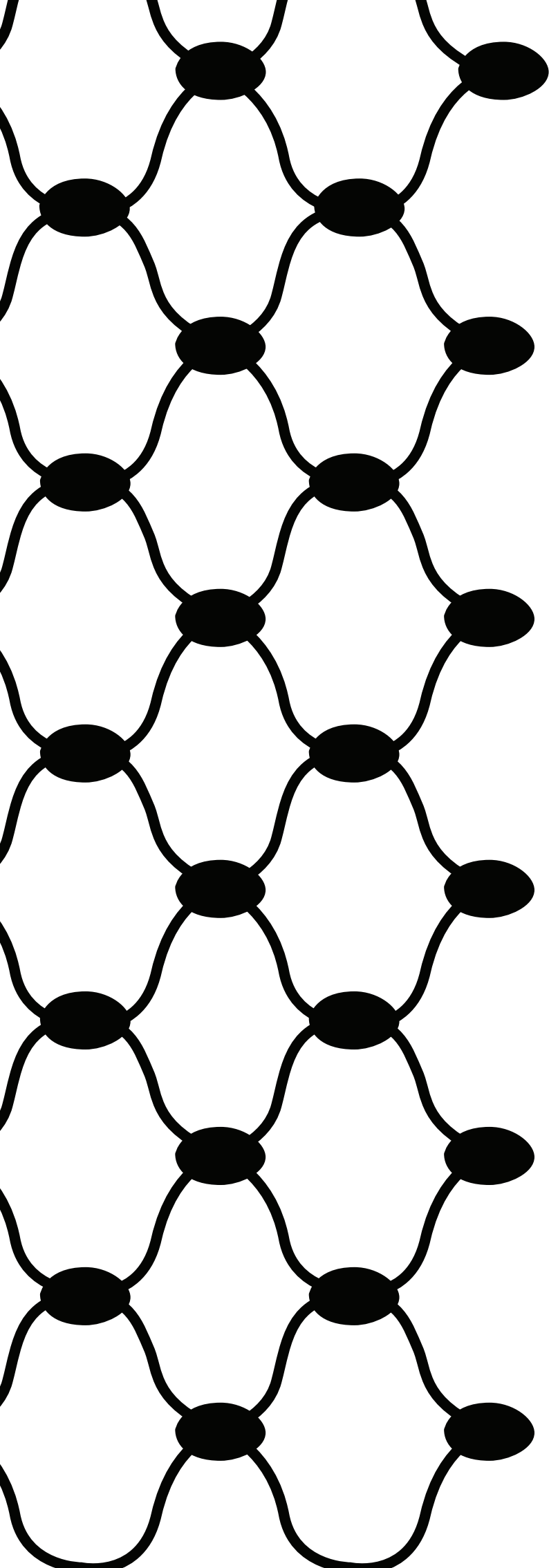
restringir a carreira, abriu seu leque às músicas latino-americanas. E também toca choro.

Para Sergio, a língua é um elemento bastante importante no processo de adaptação em uma nova cidade. É por meio dela que podemos nos aproximar da cultura local. “O idioma é muito forte e a cultura vem junto.” Em seu caso, o português foi completamente internalizado. “Quase não falo espanhol com meu filho”, ele cita como exemplo. “Falar português se tornou muito natural para mim. A minha relação com a Grazi foi em português. Na faculdade, eram todos brasileiros, não havia peruanos ou latino-americanos. Apenas um panamenho.”

Para ele, a naturalização do idioma ajudou-o a ter uma relação próxima com os hábitos da cidade. Sergio gosta de ir à praia, gosta do calor da cidade, de jogar conversa fora com uma cerveja gelada e ainda enche a boca para elogiar a cidade. “O Rio de Janeiro é lindo”, festeja. Todas as sextas-feiras oferece aos amigos um jantar em sua casa. No entanto, há um detalhe muito especial nessa reunião: o prato principal é sempre o *ceviche*, uma comida tradicional peruana.







Muçulmanos

por Ruana Corrêa

Calçando os sapatos

Pensar em migração, nos leva aos primórdios da humanidade, quando migrávamos em busca de solos mais férteis, em busca de alimentos, ou fugindo de alguma tormenta da natureza. O Brasil conseguiu impor certa imagem (muitas vezes apenas a imagem) de país receptivo aos imigrantes, independente de qual fosse a motivação da imigração ou origem do imigrante. De qualquer forma, ao longo de sua história recente, foram se constituindo várias comunidades de imigrantes; sendo uma delas a comunidade muçulmana.

Mas, antes de tratar da imigração muçulmana em si, seria oportuno diferenciar as noções “árabe” e “muçulmanos” – geralmente usados como sinônimos ou equivalentes no dia-a-dia, causando constrangimentos e reforçando preconceitos. Na verdade, “árabe” se refere aos povos que falam a língua ou pertencem ao chamado mundo árabe – ainda que existam fortes minorias não árabes como os curdos, armênios e berberes nessa área geográfica que cobre o Oriente Próximo e África do Norte. Enquanto é “muçulmano” quem segue os preceitos da religião islâmica, seja qual for a sua língua, raça ou etnia. Assim, quase 90% dos muçulmanos do mundo não são árabes, mas sim asiáticos e africanos. A maioria dos árabes, em compensação, é de religião islâmica; fato que não se reflete na imigração árabe para o Brasil, já que esta é composta por mais de 90% de cristãos.

No que diz respeito à fé islâmica, lembremos que ela se inscreve na pura tradição abraâmica e se autodefine como continuação do judaísmo e cristianismo. Seus princípios básicos são o testemunho da fé, isto é, admitir Deus como única e exclusiva divindade (Alá é o equivalente árabe da palavra Deus é não um deus específico); as cinco preces diárias; a caridade (zakat); a observação do jejum e abstinência sexual

da alvorada até o pôr do sol durante todo o mês de Ramadã (o nono mês do calendário islâmico); e a peregrinação (haj) para Meca, pelo menos uma vez durante a vida de todo crente que goze de boas condições físicas e disponha de meios financeiros suficientes para a sua realização.

Vale insistir também sobre o fato que muitas das práticas associadas ao islamismo, como a vestimenta feminina, são mais de ordem cultural e conformes às tradições locais dos povos de obediência islâmica, do que normas religiosas expressas no Alcorão – o livro sagrado dos muçulmanos, revelado a seu profeta Maomé, segundo as crenças da segunda maior religião do mundo.

Nas caravelas portuguesas

No registro simbólico, a presença islâmica no Brasil se confunde com a própria chegada da esquadra de Álvares Cabral a Porto Seguro, no dia 22 de abril de 1500. Entre seus navegadores, se encontravam alguns muçulmanos de origem árabe ou ibérica como Chuhabiddin Bem Májid e Mussad Bem Saté - fato comum naquela época, devido à importância dos navegadores e cientistas muçulmanos, como pode ser atestado pelos arquivos da Escola de Sagres, em Portugal. O comércio com as Índias, em particular, tornava imprescindível a presença de navegadores que dominavam a língua árabe, muitos deles muçulmanos. Porém, como na época a Igreja Católica impunha a conversão ao catolicismo, especula-se que os muçulmanos (árabes ou africanos) que chegaram ao Brasil, tiveram que se converter e mudar de nome para poder sobreviver.

O próximo registro encontrado sobre a presença muçulmana em terras brasileiras data do início do século XIX, época da Guerra Santa no Sudão Central, quando guerreiros adversários capturados eram vendidos como escravos. Assim, vieram para cá grupos de diversas vertentes do islã, inclusive da menos envolvida nos conflitos, segundo o secretário-geral da Academia Brasileira de Letras, Alberto da Costa e Silva (JB 14/11/2001).

Muitos, dos que aqui chegaram, logo se assimilaram ou disfarçaram a sua fé. Outros, porém, principalmente os que dominavam a leitura e escrita em árabe e possuíam importante conhecimento da religião, mantiveram a prática da religião e gozavam de forte prestígio, tanto entre a população de origem africana, quanto aos olhos dos próprios colonos lusos. Conforme analisou Gilberto Freire em *Casa-grande e Senzala* (1933): “verdade é que importaram-se para o Brasil, da área mais penetrada pelo Islamismo, negros maometanos de cultura superior não só à dos indígenas como à da grande maioria dos colonos brancos — portugueses e filhos de portugueses quase sem instrução nenhuma, analfabetos uns, semianalfabetos na maior parte.”

Contudo, como as escritas sagradas do islamismo proibiam a escravidão dos muçulmanos, esse grupo, conhecido como “malês”, acabou promovendo vários levantes contra os senhores escravocratas e teve papel determinante no sucesso de vários quilombos do país. O mais conhecido desses movimentos foi a “Revolta dos Malês”, consequência direta da expansão da religião islâmica entre os escravos africanos, principalmente na Bahia. Uma vez reprimida a revolta, muitos participantes, para fugir da perseguição implacável empreendida pelas autoridades na Bahia, vieram para a capital, o Rio de Janeiro.

Em plena *belle époque* carioca, a presença de muçulmanos não provocava qualquer tipo de alarde, mesmo com seus costumes peculiares. Existiam na cidade várias *machacalis* (mesquitas domésticas) e apenas no primeiro ano de presença muçulmana no Rio de Janeiro foram vendidos cerca de 100 exemplares do Alcorão para escravos e libertos. Mas, por ser uma comunidade pequena e com poucos sacerdotes, seus descendentes acabaram se integrando, aos poucos, à paisagem religiosa local. Não seria, portanto, pertinente ligar genealogicamente a atual presença islâmica no Brasil a esse episódio, de certo marcante, na formação da cultura brasileira e afro-brasileira em particular. Hábitos e práticas foram incorporados e continuam vivos no imaginário popular, pela força da miscigenação e

dos sincretismos constitutivos da identidade brasileira, mas não são mais reconhecidos ou rotulados como islâmicos ou de matriz muçulmana.

A identidade e cultura muçulmanas voltam ao Brasil a partir do início do século XX, quando o governo brasileiro, promovendo a “purificação da raça” com o estímulo à vinda de europeus, fez tanta propaganda das benesses nacionais, que o país acabou recebendo imigrantes de outros povos e regiões, como do Império Turco-Otomano. Ainda que a maioria fosse cristã, alguns eram muçulmanos, mas, outra vez, a força de assimilação brasileira acabou apagando grandes segmentos dessa comunidade, antes mesmo que conseguisse se organizar e se auto-identificar como tal. Lesser (2001) relata que, muitas vezes, os nomes dos muçulmanos foram traduzidos para o português ou aportuguesados, transformando os “Taufik” e “Taufil” em “Teófilo” e “Mohammed” em “Manuel”; o que impede o esboço de uma cronologia contínua da presença islâmica no Brasil.

Todavia, um marco significativo no processo de constituição de uma comunidade religiosa islâmica no Brasil pode ser encontrado na fundação da primeira sociedade beneficente muçulmana e na construção oficial da primeira mesquita no Brasil. Durante a Primeira Guerra Mundial, no final do século XIX e início do XX, com a vinda de imigrantes sírios e libaneses para o Brasil, aumentou o número de muçulmanos. Em 1927, foi fundada a Sociedade de Bem-Estar Palestina Muçulmana, em São Paulo, que, com a chegada de outros povos seguidores do islã, teve seu nome modificado em 1929 para Sociedade do Bem-Estar Muçulmano.

Sua primeira sede foi instalada na Rua da Mooca e as orações eram realizadas em algumas salas alugadas na Avenida Rangel Pestana e Barão de Duprat. Dez anos após a sua fundação, a SBM adquiriu o terreno na Avenida do Estado onde foi construída a primeira mesquita do Brasil, inaugurada em 1952. Hoje, são mais de 50 mesquitas e uma centena de centros islâmicos espalhados pelo Brasil.

Mais recentemente, o fluxo migratório oriundo do Oriente Médio, originalmente de maioria cristã, inverteu-se e passou a ser, majoritariamente, islâmico.

Oswaldo Truzzi explica, a este propósito, que “desde a Guerra Civil do Líbano se tem a tendência a receber árabes de crença muçulmana no Brasil, em particular em São Paulo”. Nem todos os que imigraram mais recentemente, porém, são libaneses. Também vieram muitos sírios e palestinos.

De acordo com Truzzi, os muçulmanos, assim como os cristãos, procuraram o Brasil para crescer financeiramente. “Eles encaram o Brasil como um país propício para ganhar dinheiro”, afirma ele. Mas, diferente dos primeiros, muitos dos que chegaram depois vieram ancorados por parentes que já estavam por aqui. Para completar o cenário de possibilidade de crescimento econômico, a questão social também ajudou. “No Brasil, eles não têm os problemas de discriminação como em outros lugares, como Europa e Estados Unidos”.

A tendência entre esses novos imigrantes foi se aglomerar em regiões onde havia uma comunidade islâmica ou árabe formada, como em São Bernardo do Campo, onde funciona uma mesquita, ou mesmo nas proximidades da Oriente, rua de comércio árabe, no Brás, na capital paulista. A maioria teve ajuda da comunidade já instalada. “Havia uma rede já constituída que pôde providenciar emprego, escola, mercadoria adiantada para comercializar”, constata o pesquisador.

A população islâmica no Brasil não é, todavia, exclusivamente árabe. As recentes e atuais levas de imigrantes oriundas da África vêm se juntando à tradicional fonte médio-oriental e reforçando a comunidade islâmica. No Rio de Janeiro, por exemplo, o sermão de sexta-feira não é mais feito em árabe, mas sim em português, devido à forte presença de senegaleses e outras nacionalidades da África Ocidental e Austral. Provavelmente mais um dado que dificulta a quantificação dessa presença entre nós. Assim, se o IBGE estima a menos de 40 mil seguidores da religião islâmica no Brasil, a Federação Islâmica Brasil avalia que essa comunidade tenha em torno de 1,5 milhão de fiéis.

‘É tudo igual’

Foi justamente na mesquita do Rio de Janeiro que encontrei o presidente da Sociedade Beneficente Muçulmana da mesma cidade – o egípcio Mohamed. O amplo salão destinado às orações é dividido por duas portas: uma para homens e outra para mulheres. Um grande tapete recobre parte do chão e leva às cadeiras, todas voltadas para o altar, é direcionado para Meca, à exceção da cadeira do sheik, voltada para os fiéis.

Enquanto me apresentava ao responsável, todos que passavam no recinto me cumprimentavam com “*Salam Aleikoum*”. Como era a hora das preces, Mohamed pediu que eu o aguardasse um instante. Foi até um armário e procurou um par de chinelos que coubesse em seus pés e foi fazer suas orações. Todos que chegavam passavam pelo mesmo ritual da troca dos sapatos.

No Brasil há dezenove anos, Mohamed escolheu morar no país quando residia na Espanha e se casou com uma brasileira de São Luiz do Maranhão. Dificuldades de adaptação? Nenhuma. Apenas alguns probleminhas com o idioma, mas como já falava francês e espanhol, não demorou a aprender o português.

Ele considera a Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro (SB-MRJ) muito importante para o cultivo de seus costumes e a prática da religião islâmica. Em geral, para manter contato com seus conterrâneos, usa telefone, internet e, ocasionalmente, viaja para o Egito, “ou eles vêm para cá”. Para saber das notícias, informa-se pela internet, por canais de TV a cabo e jornais. “Sinto mais liberdade no Brasil. De resto, é tudo igual. Tudo. Tudo igual ao Egito”, explicou ele, apoiando a sua fala por gestos e tons de exclamação. Quando indagado sobre o aspecto da cultura brasileira que incorporou com mais facilidade, logo respondeu: “A simplicidade em viver, a facilidade de lidar com as pessoas. A alegria do povo brasileiro”. Clichê? Talvez. Mas soava sincero.

Segundo ele, apesar de existir um forte apelo da mídia em associar os muçulmanos ao terrorismo, que é terminantemente proibido pelas escrituras sagradas islâmicas, o brasileiro se mostra muito aberto a novas informações, novos jeitos de agir, pensar e se vestir. Da mesma forma, ele diz que também há abertura entre os muçulmanos para se adaptarem ao jeito brasileiro de ser.

Conforme o tempo passava e o horário da oração se aproximava, o salão enchia mais e mais. Mulheres chegavam sem o tradicional véu esperado, usando calças compridas, sapatilhas e blusas de manga. Iam, então, até o banheiro e trocavam-se. Minutos depois, apareciam no salão de saias, blusas longas, véu e chinelo.

Alguns, aparentemente novos, procuravam informações sobre a religião ou se direcionavam até o local da oração e sentavam, apenas observando. “Muitos brasileiros passaram a procurar mesquitas e sociedades muçulmanas depois que o Islã virou capa frequente de jornais, manchete diária dos telejornais e tema de telenovelas. A maioria chega com curiosidade, e alguns acabam se convertendo”, contou Mohamed.

Imagem do islã

O senso comum associa a mulher muçulmana à imagem de extrema submissão ao homem e à violência a que são submetidas, diferente do que está nos preceitos o islã. Segundo Armstrong (“Em nome de Deus”, 2001), o Profeta Maomé tinha como projeto a emancipação das mulheres, visto que elas tinham direito ao divórcio e à herança. Além de assegurar-las os seguintes direitos:

- 1) Educação e instrução. Homens e mulheres são iguais e o crescimento intelectual não pode estar preso a uma possível relação de submissão;
- 2) Individualidade. A mulher é independente e sua personalidade também. Não são inferiores nem superiores aos homens. Para o islã, Adão e Eva erraram e foram perdoados, diferente do que é pregado pelo Cristianismo (onde Eva é considerada pecadora, pois não seguiu o que foi dito pelo criador);

3) Contratar. O islã garante direito em assumir empreendimentos, ter ganhos e posses independente dos homens;

4) Expressão. As mulheres participavam de discussões com o Profeta, suas opiniões eram levadas em consideração e não podiam ser desrespeitadas;

5) Sexualidade. As mulheres muçulmanas são sexualmente ativas e isso justificaria práticas de confinamento e uso do véu.

Pode-se relacionar o modo como o senso comum lê o comportamento da mulher muçulmana à emergência da vertente fundamentalista no século XX. Tal termo é usado para se referir àqueles que seguem literalmente o que está no livro sagrado. Hoje em dia, o termo é associado aos muçulmanos que tentam implementar um estado islâmico.

A religião muçulmana requer dedicação de seus fiéis e é, tradicionalmente, oposta aos costumes brasileiros. Provoca certo choque andar no centro da cidade durante o verão e se deparar com uma mulher usando saias longas, blusas de manga comprida e véu. Nada disso, porém, impediu que os praticantes do Islã se fixassem no Brasil, se adaptassem a nós e nós nos adaptássemos a eles – mesmo sem percebermos.

TEMPERO ESPANHOL

**O tempo
que passa**

por Gabriela Xavier

“Tive uma educação europeia bastante **tradicional**, mas às vezes até esqueço que sou espanhola.”

A história de Dolores Lozada dos Santos começa na Espanha dos anos 40, governada pelo ditador Francisco Franco, que permaneceu como regente do Reino da Espanha até 1975. Lolita – como é apelidada por alguns – é filha de Joaquim Lozada Fouces e Maria Balbina del Pilar Ferro Fernandes, e nasceu em Monforte de Lemos, um município da província de Lugo. Foram os anos de guerra civil que trouxeram Dolores – de apenas oito anos –, os pais e mais dois de seus três irmãos para o Brasil. Sua irmã mais velha continuou morando com os avós, e se mudou mais tarde, quando a família conseguiu estabilizar-se financeiramente.

O destino Brasil foi indicação de um padre, responsável pela educação formal do pai de Dolores, e que já conhecia o país. Joaquim tinha posicionamentos políticos contrários ao autoritarismo de Franco, e quis buscar outro local para que sua família pudesse vi-

ver com mais liberdade, qualidade de vida e oportunidades de emprego.

Assim, no ano de 1953, a família foi parar em Volta Redonda, no interior do Rio de Janeiro, onde dividiam a casa com outros quatro espanhóis de Monforte de Lemos. A cidade era muito atrasada – havia sido criada há pouquíssimo tempo. “As ruas não tinham asfalto, o comércio era escasso e havia poucas escolas”, lembrou Dolores. Quando um colégio de freiras, da congregação espanhola Nossa Senhora do Rosário foi inaugurado, Dolores foi a primeira aluna a ser matriculada. “Sentia-me muito bem lá.”

Maria Balbina, a mãe de Dolores, foi quem demonstrou mais dificuldades de adaptação com o idioma. Até hoje, conserva um sotaque notável. Já o pai, que também falava inglês e francês, não teve problemas. Seus irmãos mais velhos também continuam com sotaque, enquanto Lolita e o irmão

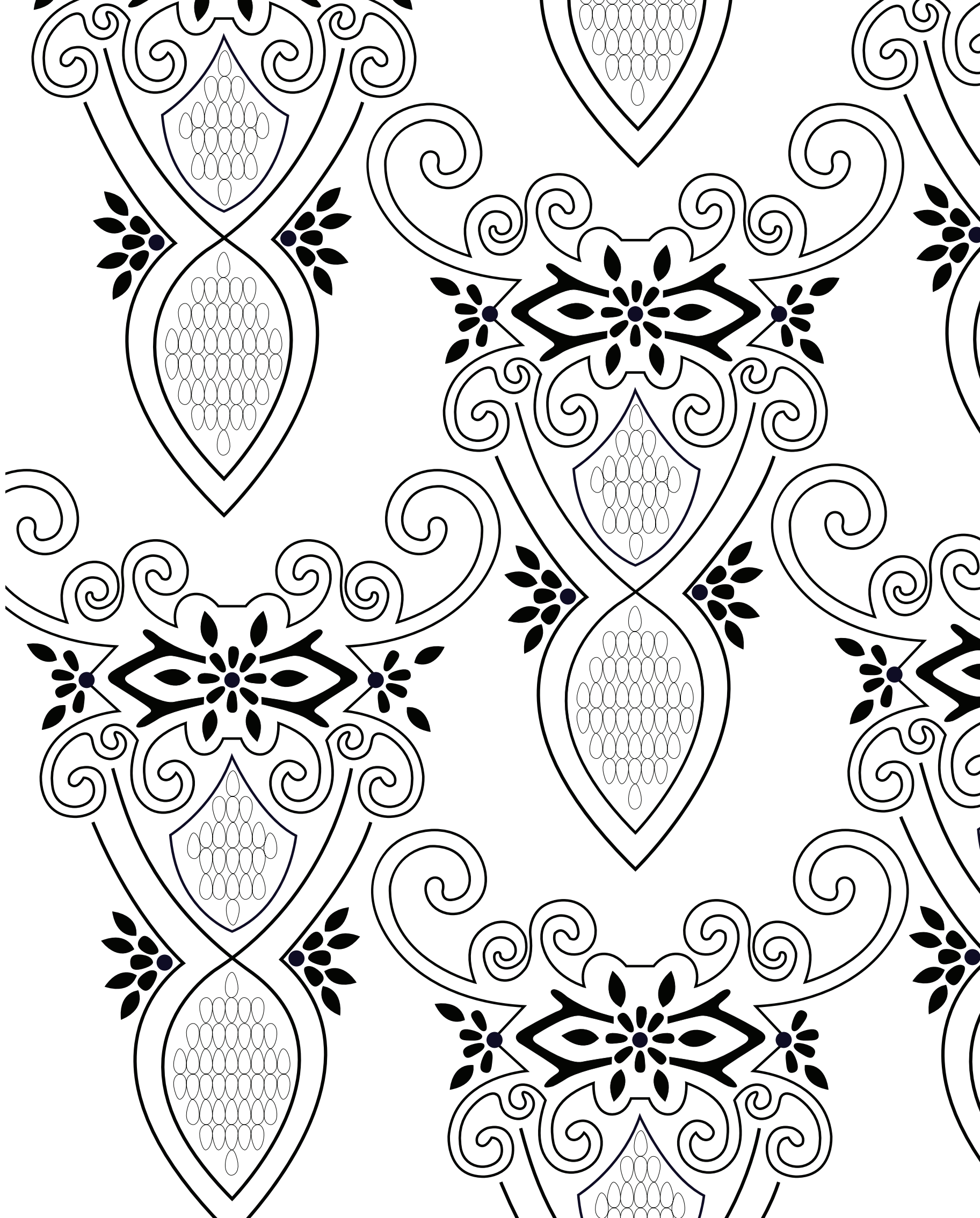
caçula perderam completamente os traços espanhóis na fala.

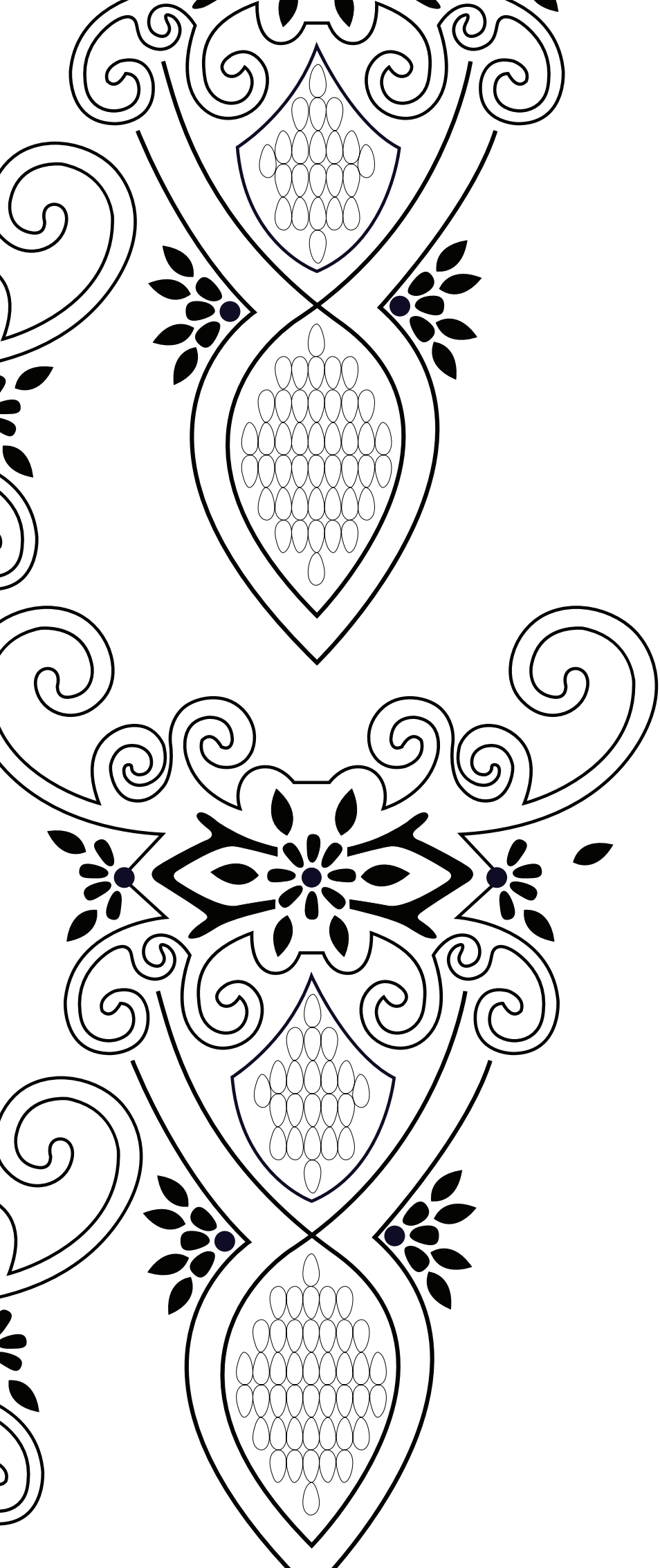
A culinária espanhola continuou presente na casa da família de Dolores. A batata é a base de todas as refeições. Pratos típicos, como a *paella*, *empanadas*, *tortillas* e alguns *embutidos* servem a mesa até hoje, sessenta anos depois de deixaram a Espanha. O pai de Lolita faleceu aos 96 anos, em 2010, e sua mãe está com 95 anos. As duas, bem como o resto da família, não frequentam nenhuma comunidade ou grupo de espanhóis e os que conheciam, em Volta Redonda, já são quase todos falecidos.

Dolores foi a única de sua casa que se naturalizou brasileira. “Adotei o Brasil como meu país”, explicou. “Fui muito bem recebida e nunca passei por nenhum constrangimento por ser estrangeira.” Casou-se com um brasileiro, teve dois filhos e hoje já é avó. “Tive uma educação europeia bastante tradicional, mas

às vezes até esqueço que sou espanhola”, brinca ela, que sabe falar o espanhol perfeitamente até hoje.

Atualmente, Dolores mora em Tangará da Serra, cidade do interior do Mato Grosso, com o marido. A mudança foi decorrente de uma boa proposta de emprego. Coursou duas faculdades – matemática e pedagogia, ambas em Volta Redonda – e trabalha na área de educação e recursos humanos. A estimativa era permanecer no Mato Grosso por apenas um ano, mas o tempo se estendeu e, hoje, sente-se plenamente adaptada ao clima e à rotina da região. Mas continua com planos de voltar para perto dos filhos.





Libaneses

por Fernanda Fonseca

Raízes fenícias

Já havia se passado mais de duas horas de conversa e Miguel ainda caminhava de um lado para o outro, explicando todas as curiosidades sobre a Liga Libanesa. Filho de imigrantes libaneses, Miguel é categórico ao afirmar que o Brasil é um destino óbvio para o povo. “É um país acolhedor, o mais acolhedor do mundo”, elogiou. Nascido no Brasil, contou que seus pais – assim como tantos outros – deixaram o Líbano pelas muitas guerras e conflitos que marcaram a história do país.

Os libaneses descendem do povo Fenício. Considerados um grande enigma da história da humanidade, os fenícios sempre foram reconhecidos como excelentes escribas, que deixaram como herança ao mundo ocidental nosso alfabeto. Além disso, seriam exímios navegadores, inventores da vela nos barcos. O que não se sabe é se, de fato, esse povo, como é conhecido hoje, identificava-se a partir de alguma identidade étnica. Como suas cidades eram muradas e raramente estabeleciam relações entre si, os fenícios podem ser considerados mais uma confederação de mercadores do que um país definido por limites territoriais. É possível afirmar, portanto, que o comércio marítimo, e não o território, seria o fator de coesão capaz de defini-los.

Ao longo de muito tempo, os fenícios ficaram sob domínio estrangeiro, devido a sucessivas invasões aos seus territórios. Mesmo assim, mantinham a soberania pelo controle marítimo. Esse cenário se alterou quando os persas e os gregos iniciaram uma série de disputas por terras. Isso levou as cidades fenícias a, compulsoriamente, apoiar os persas. Os fenícios cederam seus navios às batalhas, perdendo grande parte de sua frota e, conseqüentemente, o controle sobre o mar.

Em 333 a.C., os persas foram derrotados pelo grego Alexandre, o Grande. Sob o comando de Alexandre e seus sucessores, as cidades fenícias se viram incapazes de

recuperar sua antiga posição comercial e política. Os gregos se alojaram em grande número no território e a língua fenícia foi desaparecendo aos poucos.

Ruínas otomanas

Já no século XIII, as minorias cristãs e muçulmanas, fugindo dos conflitos do Oriente, instalaram-se nas montanhas libanesas, dando início à diversidade religiosa encontrada hoje no país. Na mesma época, os guerreiros mamelucos – escravos muçulmanos a serviço do exército do grande Império Turco-Otomano –, conseguiram vitória sobre diversos outros povos que disputavam o domínio do Líbano e assumiram o controle do país.

No século XV, o Império Otomano se consolidou e intensificou seu plano de expansão. A presença dos mamelucos, do século XIII, deu lugar à dominação do Império Otomano até meados do século XIX – quando, na Primeira Guerra Mundial, foi destruído. É deste longo período, de seis séculos de dominação, que vêm a tradição e a fama de árabe dos libaneses.

Com o fim do Império Otomano, em 1918, a Liga das Nações atribuiu o mandato do Líbano à França. Em 1920, o Líbano ainda estava anexado à Síria, constituindo assim o Grande Líbano, que só se transformou em República do Líbano, em 1926, quando teve sua constituição promulgada. Para tentar equilibrar as forças religiosas presentes no país, em 1943, houve a Proclamação do Pacto Nacional. As regras foram estabelecidas, de modo que o presidente deveria ser cristão maronita; o primeiro ministro, um muçulmano sunita; e o porta-voz da Câmara dos Deputados, um muçulmano xiita. No mesmo ano, é proclamada, oficialmente, a Independência do país, em relação ao domínio francês, porém, as tropas francesas só deixam o território libanês três anos mais tarde, em 1946.

De 1975 a 1990, o Líbano enfrentou 15 anos de uma sangrenta guerra civil. Os libaneses dividiam-se em uma minoria de cristãos maronitas e muçulmanos.

Cada região era governada por um grupo, cristão ou islâmico, que organizava a defesa, cobrava tributos e exercia a justiça de acordo com seus interesses. Antagonismos entre os dois grupos religiosos libaneses sempre houve, mas, após a criação do Estado de Israel, as sucessivas guerras entre árabes e israelenses, no Oriente Médio, criaram um cenário propício à eclosão de uma guerra civil no Líbano.

A ocupação israelense sobre a quase totalidade do território palestino obrigou um número muito grande de pessoas a buscar refúgio nos países vizinhos. Milhares de palestinos migraram para o sul do Líbano, onde passaram a viver em situação precária e, o que é pior, de onde grupos radicais islâmicos – dentre eles, o Hizbollah – iniciaram ataques militares contra o norte de Israel. Todos esses conflitos fizeram com que houvesse uma migração em massa de libaneses.

Destinos múltiplos

Atualmente, Líbano possui uma população de, aproximadamente, 4 milhões de habitantes e o número de libaneses e seus descendentes fora do país é de 14 milhões. Quase a metade deles vive no Brasil – “o melhor país do mundo”, segundo Miguel.

A imigração libanesa teve quatro fases. A primeira fase se deu de 1850 a 1900. É o período de aventuras, onde a América era um mistério para o povo libanês, sem autonomia própria e ainda dependentes do Império Otomano. O objetivo dos primeiros migrantes era a obtenção de riqueza fácil. A borracha, o café e as riquezas minerais, indiretamente, determinaram a dispersão dos primeiros árabes aqui chegados. O sucesso econômico obtido pelos primeiros árabes foi responsável pela vinda de outros. Os lucros rápidos e fáceis da Amazônia criaram lendas e incentivaram a imigração. Formaram-se agrupamentos de parentes, amigos ou conterrâneos, porém, o desejo de todos era retornar ao seu país de origem.

A segunda onda migratória vai de 1900 a 1918. Com a aceleração da imigração neste período, já se podia falar na formação de “colônias árabes”. O imigrante recém

chegado já estava com seu emprego garantido. As casas comerciais de libaneses, já estabelecidos no Brasil, agenciavam os mascates e lhes forneciam as mercadorias. Estabelecidos, num primeiro momento, na faixa litorânea brasileira, os libaneses, sentindo a concorrência dos mascates italianos e portugueses, se dirigiram para o interior do país vencendo, assim, essa concorrência.

Por volta de 1908, a obrigatoriedade de os jovens servirem o exército otomano fez com que muitos deles desertassem e viessem para a América. Mais instruídos e com um pequeno capital, estes novos imigrantes tenderam a abandonar a vida de mascate e a se estabelecerem comercialmente nas pequenas cidades do interior. Quando venciam e obtinham lucros, os libaneses sempre mandavam expressivas somas em dinheiro para seu país de origem, contribuindo assim para a intensificação do movimento imigratório.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, inicia-se a terceira onda de imigrantes árabes para o Brasil. Dos primeiros imigrantes libaneses aqui radicados, alguns já haviam falecido, porém, deixaram inúmeros descendentes com famílias constituídas. Em 1914, já era considerável o número de fábricas pilotadas por sírios e libaneses. Só em São Paulo, o número delas chegava a 47, onde se fabricavam os mais diversos produtos.

A crise de 1929 e o contínuo progresso da indústria nacional levaram os ricos libaneses e sírios para a criação de novas indústrias e à abertura de novos estabelecimentos comerciais. Começaram, também, a adquirir propriedades, ao invés de mandar toda a soma de dinheiro adquirida para seu país de origem.

Sentindo que sua fixação no Brasil não é mais provisória, os árabes passaram a assumir novas posturas econômicas e sociais. Nesta fase, famílias inteiras chegaram ao Brasil, porém, não tinham qualquer proteção das leis de imigração do governo brasileiro. No plano social também já se sente uma mudança no comportamento das famílias de imigrantes: diminuiu o número de jovens que voltam para a terra natal para se casarem com parentes ou conhecidos, porque neste período a família vinha inteira.

O terceiro período termina com a segunda guerra mundial. Depois de 1945 os árabes-brasileiros consolidaram sua posição de comerciantes e industriais e abriram novas relações diplomáticas com o Brasil, principalmente com as mudanças introduzidas nas leis migratórias.

Culinária e língua natal

Ao mesmo tempo em que ia enchendo os braços de montes e mais montes de revistas libanesas, Miguel contava, com muita empolgação, que, entre 1890 e 1950, a imprensa árabe foi muito importante para a união dos imigrantes da época. Eram cerca de 50 jornais e havia, inclusive, um sindicato dos jornalistas árabes. Esses periódicos eram escritos em árabe e foi o que permitiu, em grande parte, que se criasse uma comunidade no Rio de Janeiro. As revistas tratavam dos mais diversos assuntos, entre cultura, história e modernidade. “Nada de cursos e fotos de dançarinas de dança do ventre, embora até houvesse alguns”, advertiu Miguel, antes de uma pausa constrangida. Enquanto revivia momentos familiares em suas memórias, ele sentou e encheu um copo d’água.

A identidade dos que, hoje, formam a comunidade de descendentes de árabes é múltipla. Os laços com as suas origens se mantêm pela relação afetiva com algum membro da família, pela culinária e pelo aprendizado da língua natal. Mas o conteúdo cultural, em cada membro da comunidade árabe, foi mudando com o passar do tempo, e também com a vinda das novas gerações. “A primeira geração sabia falar e escrever em árabe, a segunda geração fala, mas não escreve e a terceira geração, dos netos de árabes, não fala nada. Muito se perde da cultura árabe. Os árabes estão muito brasileiros”, observou, enquanto mostrava as bandeiras libanesas espalhadas pelo salão da Liga.

Algumas pessoas se consideram árabes pela tradição familiar, alguns por participarem de instituições árabes – como é o caso da Liga Libanesa – e outros

usam a origem como fonte de inspiração – a exemplo de escritores e atores de ascendência libanesa. No entanto, para se registrar, de fato, como libanês, o descendente tem que ter todas as suas raízes no Líbano, ou seja, toda a sua família tem que ser de origem libanesa. Não pode haver casamentos com brasileiros, por exemplo.

Miguel se autointitula o “faz tudo” da Liga Libanesa – localizada no bairro da Tijuca no Rio de Janeiro – e mostra orgulho ao contar que a Liga foi fundada em maio de 1958, com o objetivo político de apoiar o Líbano contra o governo, que não queria incluir o país no então chamado Estado Árabe.

Aos seus 70 anos, Miguel tem os pais falecidos, mas lembra deles tão constantemente que é quase como se estivessem na sala ao lado. Fala também dos cinco irmãos, todos bem sucedidos, e conta dos demais Libaneses pelo país. Discursa com propriedade sobre tudo a que se propõe. Diz inclusive que, diferentemente de outras comunidades, a imigração árabe é múltipla e particular. Afinal, seus motivos são vários e não é possível caracterizar nenhuma motivação como hegemônica. Enquanto muitos imigrantes deixaram seus países de origem motivados pela crise econômica da indústria da seda, alguns também vieram como parte das ações de escolas missionárias protestantes. Outros, como seus pais, fugiam da Primeira Guerra Mundial, que gerou muita destruição, pobreza e epidemias.

Nem turco nem sírio

No dia em que entrevistei Miguel, sem querer, alguém o chamou de sírio, ao que ele, nem um pouco zangado, respondeu: “Libanês. Não sírio, e muito menos os dois”. E bateu na mesa, explicando atentamente que, quando os imigrantes árabes vieram para o Brasil, Síria e Líbano faziam parte do então Império Otomano – composto pelo atual Iraque, Síria, Israel, Jordânia, Líbano, pelos territórios palestinos e por parte do sul da Turquia –, governado pelos turcos desde 1519. Todos os imigrantes árabes, quando vieram para o Brasil, possuíam passaportes

turcos, independente do seu país de origem. Foram então chamados de turcos durante muitos anos e, posteriormente, chamados de sírio-libaneses. “Pura preguiça de explicar se eram um ou outro”, brincou.

Não é por acaso que a Liga Libanesa se localiza na Tijuca. Até 1920, os imigrantes árabes (em sua maioria comerciante) se estabeleceram na região da Rua da Alfândega, no centro do Rio. Depois começaram a se interiorizar. Na capital, seguiram o ritmo de crescimento da cidade. Então, nos anos 30, foram para a Tijuca e depois para Copacabana. Quando os árabes chegaram, o centro da cidade já era um núcleo de comércio popular, que eles acabaram abraçando. “Eles possuíam estratégias eficazes, como a venda a crédito, em grande escala”, relembrou Miguel. Há alguns anos, quem passasse pela região da Saara, local ecumênico de comércio popular, de varejo e atacado, só escutaria sotaques árabes.

Embora a comunidade libanesa no Brasil seja muito bem-sucedida nos dias de hoje, existe um estereótipo bastante negativo do árabe muçulmano divulgado pela imprensa, relacionando o Islã ao terrorismo e à barbárie. O primeiro erro é: árabe não quer dizer muçulmano. A maioria dos árabes que imigrou para terras brasileiras é cristão maronita. Os muçulmanos fazem parte de uma parcela de seguidores de Maomé, que podem ser árabes ou não.

“As pessoas pensam que todo árabe é o Osama e que nossa religião é explodir torres”, e pela primeira vez na entrevista, Miguel não está sorrindo. Ele fez referência aos atentados de 11 de setembro, nos Estados Unidos, afirmando que os árabes sofreram muito preconceito depois daquele dia e continuam sofrendo até hoje.

Os imigrantes que vieram para o Rio, possuem características particulares. Na época, a cidade era a capital do Império e, mesmo depois, continuou sendo capital da República. Diferentemente de São Paulo, centro econômico do país, no Rio estava a representação diplomática de vários países e, por meio dela, os imigrantes puderam manter o diálogo com suas pátrias-mães, ficando antenados com o que ocorria em seus países.

Miguel é bastante branquinho e desfila com os olhos claros, o que causa certo espanto dos leigos, quanto à sua descendência. “Esteticamente, quando se diz que é árabe, as pessoas imaginam logo mulheres trajando burcas, dos pés a cabeça, e homens morenos, com bigodes e cara de terrorista”, reclamou. Segundo ele, há duas gerações, isso poderia até ser uma possibilidade, mas não atualmente, quando existe muita miscigenação de etnias, culturas e, consequentemente, de fenótipos estéticos.

Hoje, os próprios imigrantes já chegam globalizados. No Líbano atual, todos os jovens querem se parecer esteticamente com europeus, guiam-se pela moda européia, querem carros italianos, ouvem música de toda parte do mundo e falam diversos idiomas. Porém, um dos costumes dos jovens, bem diferente do Brasil, é que lá, a diversão típica é sair para comer frutas e fumar Narguilé. Independente do quão miscigenada está a cultura libanesa, a noção de comunidade ainda é muito forte. O nome e a família ainda guiam todas as relações, como foi desde o início da vinda desse grupo para o Brasil.

DESILUSÕES HAITIANAS

Quando tudo é promessa

por Camila Werneck

“O racismo, a violência e a burocrasia limitam as **chances** dos estrangeiros.”

A pesar de ter sido conquistado pelo carisma do povo brasileiro antes mesmo de chegar ao país, o haitiano E.C., que preferiu não ser identificado, vive hoje uma desilusão com sua vida profissional na cidade maravilhosa. Formado em economia pela Université d'Etat d'Haïti, E.C. deixou sua terra natal com destino à República Dominicana em 2004. Nessa época, além de imersos em uma intensa revolta social, a população haitiana vivenciava um período de perseguições contra estudantes por parte do governo. Ao chegar ao país vizinho, E.C. estudou e trabalhou com turismo, além de atuar também como professor particular de francês, espanhol e inglês.

Foi nessa época que surgiu seu encantamento pelo Brasil, ao ouvir, de turistas brasileiros, que o país abrigava um povo acolhedor, receptivo e alegre, ao contrário do que ele experimentava na Repúbli-

ca Dominicana, onde conviviam diariamente com o preconceito racial. Quando soube das ótimas oportunidades de trabalho na área de turismo, principalmente em destinos cobiçados como Copacabana e Búzios, seu interesse aumentou ainda mais. Mas a primeira decepção tardou pouco: seu pedido de visto foi negado pelas autoridades brasileiras.

Pouco depois, E.C. recebeu a notícia de que, por causa do terremoto que atingiu o Haiti em 2010, o Brasil abriria as portas para acolher haitianos. Isso alimentou sua esperança e logo fez planos de migrar pela fronteira peruana. Viajou ao Peru com o visto de trabalho que já possuía e chegou à fronteira com o Brasil no dia 20 de outubro de 2011. Depois de ter o pedido de visto negado mais uma vez, ele e mais seis haitianos atravessaram a fronteira em uma viagem de dois dias, passando pelas cidades de Santo Domingo, Lima e

IQUITOS, de onde, finalmente, atravessaram o rio Amazonas de barco, desembarcando em Tabatinga.

E.C. logo se decepcionou com as condições de higiene na casa onde os haitianos estavam alojados e resolveu alugar um quarto, enquanto esperava para seguir ao destino final, o Rio de Janeiro. Com o passar dos dias, a desilusão do haitiano só aumentava ao ver imigrantes vindos do seu país serem enganados por traficantes que prometiam todo tipo de sonhos. “Muitos venderam tudo o que tinham para conseguir pagar a viagem”, contou. “Ao chegar, não tinham comida, o espaço era pequeno e ainda sofriam com deboches e preconceito.” E.C. lembra que enquanto sacerdotes da paróquia que os acolhera filmavam e riam dos haitianos lutando pra conseguir o pouco de comida que havia, os jornais de Manaus divulgavam que a população do Haiti estava trazendo cólera para o Brasil.

Muitos viveram com a ajuda da paróquia, e outros viviam de ajudas da família – algumas no Haiti, outras em lugares diversos, como Estados Unidos e Europa. E.C., no entanto, não contava com nada além do dinheiro que havia guardado. A situação dos imigrantes era tão grave que tiveram que formar um comitê, do qual E. C. era porta-voz, para ajudar a resolver os problemas.

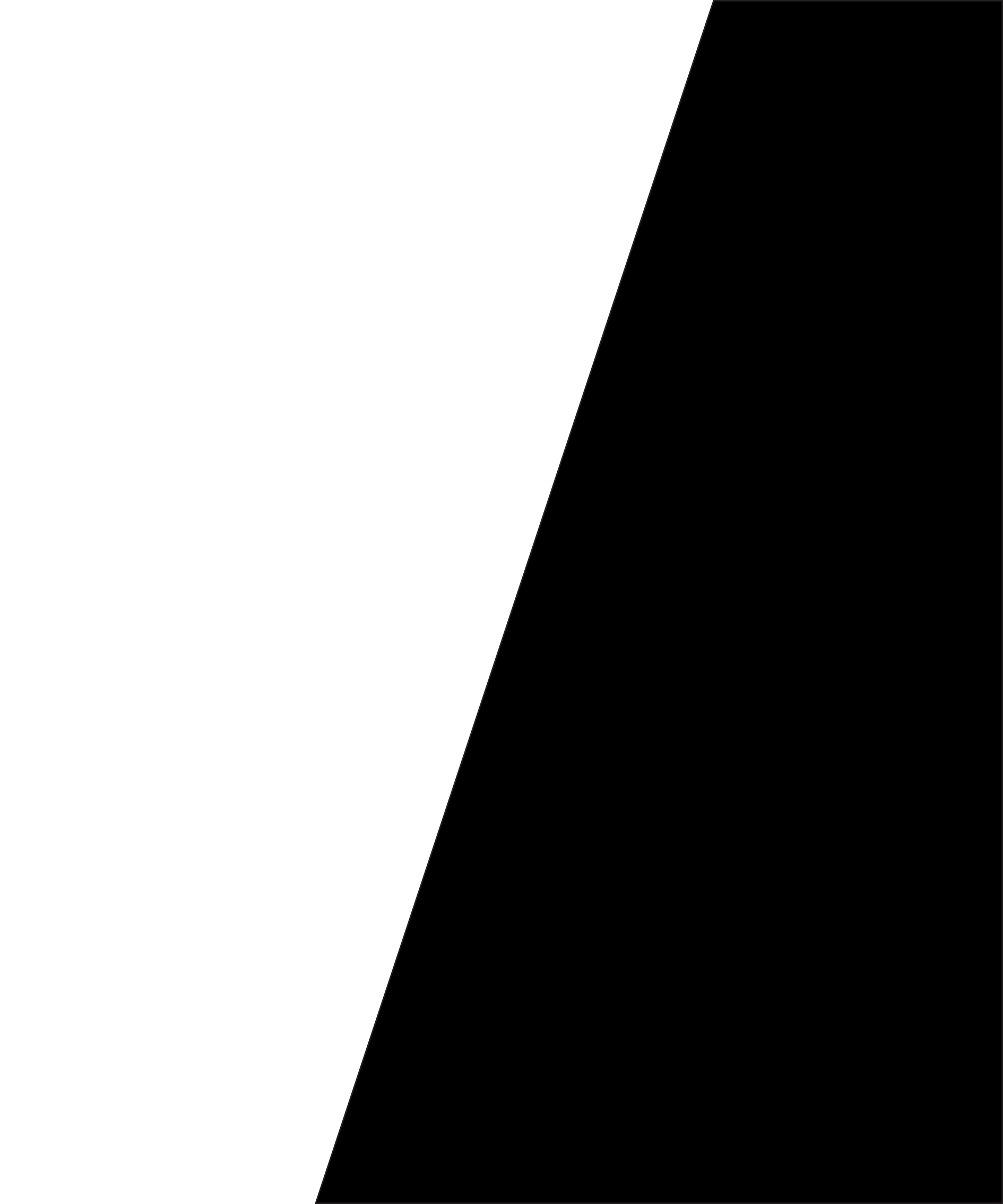
O grupo conseguiu levar o caso à Polícia Federal, à Câmara, à imprensa e a ativistas dos Direitos Humanos. No fim, conseguiram que a TV Globo noticiasse a situação pela qual os haitianos passavam. A transmissão deu resultado: o governo brasileiro fechou a fronteira e criou a lei que garantia visto de cinco anos aos haitianos que já estavam no Brasil, além de 110 vistos mensais que deveriam ser concedidos pelo Consulado Brasileiro de Porto Príncipe.

Hoje, aos 30 anos, E.C. vive no Rio de Janeiro com uma condição de vida “ainda não satisfatória” e “muito diferente do prometido”. Os brasileiros, que conheceu na República Dominicana, divulgavam oportunidades de crescimento profissional e afirmavam que seria fácil para ele conseguir emprego na área de turismo, por ser poliglota – E.C. domina inglês, francês, espanhol, crioulo haitiano, português e alemão. Ele, no entanto, nunca recebeu uma proposta formal para trabalhar desde que chegou ao Brasil.

Antes de chegar ao Rio, E.C. sonhava com a possibilidade de abrir um restaurante de comida caribenha, ou ainda uma agência de viagens na cidade de que ouvia tanto falar. “O racismo, a violência e a burocracia limitam as chances de crescimento dos estrangeiros no país”, disse. O haitiano concorda que o povo brasileiro seja muito gentil e acolhedor, mas afirma que

o país ainda não está preparado – principalmente em termos institucionais – para receber imigrantes estrangeiros e visitantes.

O economista haitiano não pretende ficar por mais de quatro anos no Brasil, mas ainda não sabe se voltará para casa ou se migrará para outro lugar. Ele frisou que não veio como refugiado, mas em busca do que era prometido pelos brasileiros que conheceu: um futuro melhor em um país que, além de estar crescendo, tem uma economia muito mais desenvolvida que a de seu país de nascimento. Mas o tão esperado sucesso profissional no Brasil ficou apenas em seus sonhos e ilusões.





Judeus

por lamê Barata

Choque de calor

Era uma tarde de domingo quando o telefone tocou. Do outro lado da linha, a neta de Rachel Abezguaz e Zalka Abezguaz confirmava a entrevista com seus avós. Como combinado, fui ao apartamento do casal – juntos há 63 anos. Logo na entrada do apartamento, era possível ver os traços judaicos. No umbral direito da porta, havia uma mezuzá – um pequeno estojo que guarda um pergaminho, onde está gravada uma oração para proteger todo lar ou estabelecimento pertencente a judeus. Dentro da casa não era diferente: quadros, objetos sagrados, como a menorá (um candelabro de sete braços) e muitas fotos não deixavam dúvida quanto à origem do casal.

Rachel estava sentada no sofá da sala principal, comendo seus chocolates da tarde enquanto seu marido fazia a sua sesta habitual no quarto. Com um sorriso no rosto, ela indagava sobre o quê exatamente seria a entrevista e quais eram os objetivos. Enquanto seu marido não despertava, ela começou a contar a história de sua família, detalhando as atividades de cada um dos filhos e mostrando, com largo sorriso, o calendário feito por sua neta repleto de fotos dos seus “lindos” bisnetos.

Rachel nasceu na Polônia, em 1929, e veio para o Brasil ainda bebê, mas, devido a sua pouca idade e à urgência em sair da Polônia, não chegou a ser registrada lá; o registro foi feito em terras brasileiras. Por isso, em sua certidão consta a nacionalidade brasileira e não polonesa. Veio com seus pais e irmãos e, assim que chegaram, encontraram como lugar de moradia o centro da cidade do Rio de Janeiro.

Antes deste período, um intenso fluxo de migração judaica para o Brasil já tinha se iniciado. Ao final do século XIX, a população judaica residente no país já era de, aproximadamente 3 mil pessoas. Alguns eram marroquinos, que migraram para

Amazônia com o intuito de participar da emergente economia da borracha. Outros, eram homens solteiros provenientes da Bessarábia rural, que vinham com o objetivo de ganhar dinheiro e regressar para casa. Os judeus da Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e Alsácia-Lorena faziam parte de uma classe média de comerciantes, trabalhadores especializados e profissionais que dominavam o comércio e a manufatura do Rio de Janeiro.

Por causa desse grande número de judeus que deixavam a Europa após 1900, um filantropo judeu de origem alemã, Barão Maurice de Hirsch de Gereuth, fundou a Jewish Colonization Association ou a ICA (em ídiche, Yidishe Kolonizatsye Gezelshaft), com o propósito de auxiliar as comunidades pobres da Europa Oriental e dos Balcãs através do estabelecimento de colônias agrícolas judaicas na América. Entre 1904 e 1924, a ICA fundou duas colônias agrícolas judaicas na fronteira do Rio Grande do Sul.

Anos depois, em 1938, ocorreu uma nova eleição presidencial para o Brasil, que influenciou toda a história da imigração no geral e da imigração judaica, em particular. O então Presidente Getúlio Vargas, alegando a existência de um complô comunista, o Plano Cohen, deu um golpe de Estado em 10 de novembro de 1937, contando com o apoio massivo da classe média, que partilhavam o medo dos comunistas e dos militares. Após o golpe, Vargas fechou o Congresso Nacional e implantou uma nova Constituição, denominada de Polaca, devido às influências da Constituição da Polônia, com tendências fascistas e antidemocráticas.

Em meio a essa atmosfera, os políticos modificaram os seus discursos sobre a imigração e os imigrantes. O nacionalismo levou a políticas de cunho federal de abasileiramento do país. Consequentemente, desenvolveu-se um movimento xenófobo no Brasil.

Terceira Classe

O processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro, nesta época, objetivava criar uma rodovia que melhorasse o acesso do centro da cidade à Zona Norte. No projeto, a

rua Senador Euzébio e Visconde de Itaúna seriam demolidas para dar lugar a atual avenida Presidente Vargas. Em 1941, começaram as demolições, e milhares de famílias, a maioria de origem judaica, foram desalojadas. Entre elas, a família de Rachel.

Assim, o advento do Estado Novo deixou os judeus do Brasil em uma situação bastante precária. A discussão a respeito de políticas antijudaicas mais abrangentes era promovida por Francisco Campos, o novo ministro da Justiça, fundador da Legião Liberal Mineira - de aspirações fascistas - e defensor de uma política autoritária para remodelar o Brasil.

Neste momento, Rachel foi, então, morar em São Cristóvão, um bairro nem um pouco parecido com o de sua residência anterior. Se no Centro havia uma população judaica de número elevado, forte e coesa, em São Cristóvão o número era bastante reduzido, a comunidade era praticamente ausente. Além disso, no Centro, a família de Rachel tinha uma forte afirmação de sua identidade religiosa, enquanto em São Cristóvão, eles acabaram se distanciando das tradições judaicas e tiveram que se adaptar aos costumes locais. É por isso que ela categoriza a sua família como não-religiosa. Mesmo assim, pensando em manter a união com a comunidade, a família de Rachel passou a reunir-se quinzenalmente com as outras quatro famílias judaicas de origem polonesa do bairro.

A identidade judaica-brasileira era muito difícil de ser pensada devido à falta de contato entre os diversos grupos de imigrantes que optaram pelo Brasil. No entanto, organizações como a Alliance Israélite Universelle procuravam auxiliá-los na inserção comunitária e no desenvolvimento de laços mais firmes entre os grupos instalados aqui.

Após 45 dias do golpe de Estado, o governo provisório estabeleceu uma legislação antimigratória, na qual os passageiros que viajassem na terceira classe seriam impedidos de entrar no país, independente dos seus reais motivos de viagem. A entrada era apenas concedida nos casos de residentes que estivessem retornando ao país: lavradores com os devidos documentos regulamentados (permissão especial e apoio

de família já residente), ou família de imigrantes lavradores trazidas por empresas ou associações autorizadas, como a ICA.

Nesta nova legislação, a classe da passagem era uma medida definidora de status de uma pessoa como turista ou imigrante. Esta relação sugere uma associação entre imigração e pobreza. A relação com o dinheiro foi bastante intensa nesta legislação imigratória, permeando diversos outros pontos e criando entraves para outros grupos estrangeiros.

Uma inovação da legislação de 1930 foi a criação das Cartas de Chamadas. As Chamadas, como eram conhecidas na época, eram formulários oficiais que permitiam aos residentes do Brasil chamar seus parentes, fornecendo-lhes declarações juramentadas de apoio e ajuda. Este sistema serviu para aumentar as barreiras e dificultar a entrada de imigrantes no país, pois este era um processo extremamente burocrático e demorado.

Foi por meio das Chamadas que Zalka, marido de Rachel, veio para o Brasil com sua família. Ele veio de navio, em 1934, em uma viagem de “13 dias e 13 noites”, como ele mesmo diz. A escolha de se mudar foi uma decisão de seu pai, que já vivia aqui por motivos de trabalho. Na época, o Brasil era visto pelos imigrantes como um bom lugar para viver, devido às possibilidades de emprego.

Antes de vir para o Brasil, Zalka não teve contato algum com o país nem com a cultura nacional. Ele explicou que morava na Polônia em um lugar bem pequeno, “dentro da roça”, lembra ele. Quando ele e sua família chegaram ao Brasil, seu pai já os esperava. Eles desembarcaram no centro da cidade e escolheram o lugar como moradia.

Embora houvesse inúmeras barreiras e dificuldades para desembarcar em solo brasileiro, a entrada de judeus cresceu bastante após 1932. Este acontecimento é explicado pelo fato de que a comunidade judaica não se desencorajou frente às novas restrições. Eles procuraram meios mais eficientes para atuar dentro do sistema. As agências judaicas de ajuda redobram seus esforços para ensinar os residentes a chamar os seus parentes para o Brasil.

A ICA auxiliava cada vez mais os imigrantes a superar as diversas burocracias impostas pelo governo. Além disso, os líderes judeus estavam conseguindo reverter as atitudes contrárias aos imigrantes entre os políticos influentes. Meses após o golpe de estado, Isaiah Raffalovich, da ICA, convenceu o ministro do trabalho, Lindolfo Collor, a reconhecer a Jewish Colonization Association como uma empresa de imigração credenciada.

Boa vizinhança

A partir de 1938, os estereótipos acerca dos judeus começaram a ser percebidos cada vez mais como indicadores de auxílio para o desenvolvimento do Brasil, à medida que alguns judeus iam se destacando no cenário financeiro ou político, o que reverteu a imagem negativa que se tinha dessa população e, com isso, o incentivo à imigração dessa comunidade começou a despontar.

A questão da imigração judaica tornava-se cada vez mais complexa, conforme aumentava a quantidade de judeus da Europa Central que chegava ao Brasil. Diversas pessoas dos altos escalões, nesse momento, apoiavam uma imigração judaica ampliada, apesar das restrições permanecerem. No entanto, essa iniciativa favorável não tinha como base a defesa de princípios humanitários. Semelhantemente a algumas políticas nazistas, o que se defendia era apenas a entrada de pessoas ricas e que pudessem contribuir de alguma forma para o desenvolvimento econômico do país. Por isso, os judeus da Europa Central eram tão bem vistos, já que eles eram tidos como os detentores de experiência técnica, industrial e agrícola.

Zalka conta que nunca sofreu nenhum tipo de discriminação antissemita, racista ou preconceituosa. Sempre teve um bom relacionamento com seus vizinhos e colegas, decorrente, em sua opinião, das trocas e aproximação com seus colegas na escola. Ele estudou em um colégio público, próximo ao Campo de Santana e, tendo o contato diário com alunos brasileiros, descobriu a cultura do país. Os hábitos e costumes de seus colegas de turma não foram, de forma alguma, uma barreira para

ele. Nem mesmo seus hábitos próprios, relacionados à religião judaica – sua família era bastante religiosa –, interferiram em sua integração. Na região em que morava, havia uma sinagoga (chamada O Templo), que ficava perto da atual Cruz Vermelha, onde a grande maioria das pessoas era judia, o que facilitava manutenção dos seus hábitos culturais.

Quando os diversos imigrantes judeus chegaram ao Brasil, eles criaram instituições de caráter econômico, social, comunitário e político, como bibliotecas, organizações de ajuda, asilos para idosos, casas funerárias e restaurantes. Houve também a criação das *Landmannshaffen*, organizações de pessoas vindas de diversas cidades da Europa Oriental. O principal objetivo era manter o grupo cada dia mais unido e coeso. Desde esse período, já havia uma consciência de solidariedade e um senso de responsabilidade pela sobrevivência do povo judeu. Um fator ilustrativo da força da comunidade judaica brasileira é o grande número de organizações em relação ao contingente populacional.

Para Zalka, o elemento primordial para sua integração fácil foi o rápido aprendizado da língua portuguesa. “Aprender o português foi fácil, bem fácil”, afirmou ele. “As letras do polonês são iguais as do latim.” O único fator de estranhamento no Brasil foi o clima: na Polônia, os termômetros marcavam 39 graus negativos, enquanto aqui, a temperatura beirava 40 graus – positivos, claro.

Posteriormente, alguns fatores ajudaram a descentralizar esse senso de comunidade tão forte. Dentre eles, pode-se citar as organizações sionistas e não sionistas e principalmente os clubes recreativos e culturais. O peso dos leigos na estrutura organizacional do Grupo é relevante, na medida em que possibilitou maior abertura nas relações com judeus de outras vertentes e até mesmo com não-judeus.

No Brasil, assim como nos Estados Unidos, Argentina e Palestina, o ano de 1939 representou o ápice da entrada de judeus, por causa do início da Segunda Guerra Mundial. A partir daí, os números foram declinando até o final de 1944. Este fato é

decorrente da grande dificuldade encontrada pelas pessoas em sair da Europa, a expansão do controle nazista pela Europa do Leste (e, assim, a impossibilidade de os judeus fugirem) e a falta generalizada de interesse das grandes potências não pertencentes ao Eixo (inclusive dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá) em tornar prioritária a salvação dos refugiados. Esses desdobramentos também desanimaram as agências de suporte aos refugiados.

Em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, os ideais democráticos voltaram prevalecer, o que possibilitou um entusiasmo na comunidade judaica para retomar as suas vidas de uma forma mais justa e decente. O assassinato de milhares de judeus durante a Guerra despertou uma consciência de solidariedade e um senso de responsabilidade pela sobrevivência do Grupo, pela própria comunidade judaica. Por isso, diversas instituições foram criadas e/ou reorganizadas com o objetivo de auxiliar os prováveis imigrantes da Europa a manter o grupo cada dia mais unido e coeso.

Criando o hífen

Zalka deixou familiares e amigos na Polônia. Hoje já não tem mais notícias deles, e acredita que muitos tenham falecido. Supõe que apenas seus familiares russos – seu pai era natural da Rússia – estejam vivos. Atualmente, não tem nenhum contato com o país de origem, seja por meio de jornais, canais de televisão ou telefone.

Mesmo assim, de uma forma geral os jornais tiveram um papel importantíssimo na transmissão de informações para a crescente comunidade judaica na época de sua chegada. O primeiro jornal brasileiro em iídiche – idioma tradicional judaico, atualmente mais utilizado pelos judeus ortodoxos -, *Di Menscheit* (Humanidade), foi publicado em 1915, em Porto Alegre, para atender a crescente comunidade de ex-colonos da ICA. Os jornais em iídiche ligavam a comunidade judaico-brasileira, em expansão, com os judeus espalhados pelo resto do mundo. A criação desses jornais é um indício de que os imigrantes já estavam tomando o Brasil como lar.

A imprensa em ídiche também ressurgiu com bastante força em 1947, com a *Idishe Presse* e a *Idishe Tzaitung*, no Rio de Janeiro, e *Undzer Shtime* e *Der Naier Moment*, em São Paulo, além de uma série de outros jornais judaicos escritos em português. A produção literária também ascendeu de forma significativa com diversos livros publicados, tanto em português quanto em ídiche, sobre temas relativos ao judaísmo.

Hoje em dia, Zalka e Rachel frequentam a sinagoga Beit Yehuda, no clube Monte Sinai, no bairro da Tijuca, região que escolheram para morar. A questão judaica está presente na vida deste casal, não apenas em suas origens e costumes, mas aparece em cada canto de seu apartamento, materializada em objetos sagrados por toda a casa. São marcas de uma identidade que continua viva. Em constante negociação, mais para sempre viva.

SOTAQUE PARAGUAIO

O próximo distante

por Gabriela Xavier

“Nunca passei por nenhuma situação de preconceito. Recebo vários elogios pela minha **fluência** no português.”

Javier Enrique Godoy Carceres é um paraguaio plenamente adaptado à vida no Brasil, hoje casado e pai de quatro filhos – todos brasileiros. Apesar da estabilidade financeira e emocional atual, sua imigração não foi um mar de rosas. Javier precisou lidar com as dificuldades ao desvendar um novo idioma e legalizar sua situação no novo país.

Javier saiu deixando a cidade de Coronel Oviedo – a 132 quilômetros da capital Asunción – para trabalhar na Cimel, uma empresa do ramo de montagem elétrica e automação em Bauru, no interior de São Paulo. O novo trabalho exigia que ele viajasse constantemente para outros estados, e inclusive para a Bolívia, onde esteve por seis meses.

A mudança para o Mato Grosso, onde reside atualmente, aconteceu em 1995, quando a Cimel teve seus serviços terceirizados pela Usinas Itamarati, indústria do setor sucroenergético do interior do Mato Grosso.

Mais tarde, em 1998, Javier foi contratado pela sua antiga empresa, onde está há 14 anos.

Vindo de um país menor, Javier viu no Brasil um país próspero e com maiores oportunidades que o Paraguai. Ele tem profunda admiração pelo povo brasileiro, que acredita ser composto por trabalhadores e vitoriosos. Apesar disso, ele observou que, com uma população muito grande, ainda falta espaço para que todos consigam crescer profissionalmente.

Uma significativa distinção entre o Brasil e o Paraguai, segundo Javier, é que a menor quantidade de pessoas no Paraguai resulta em maior oportunidade de crescimento à maioria. Além disso, a pobreza nos campos é minimizada pelo fato de que se pode cultivar o próprio alimento mais facilmente e evitar a fome, através de um sistema de subsistência.

A língua portuguesa representou um obstáculo para a adaptação ao Brasil. Mesmo semelhante ao espanhol, o português apresenta um

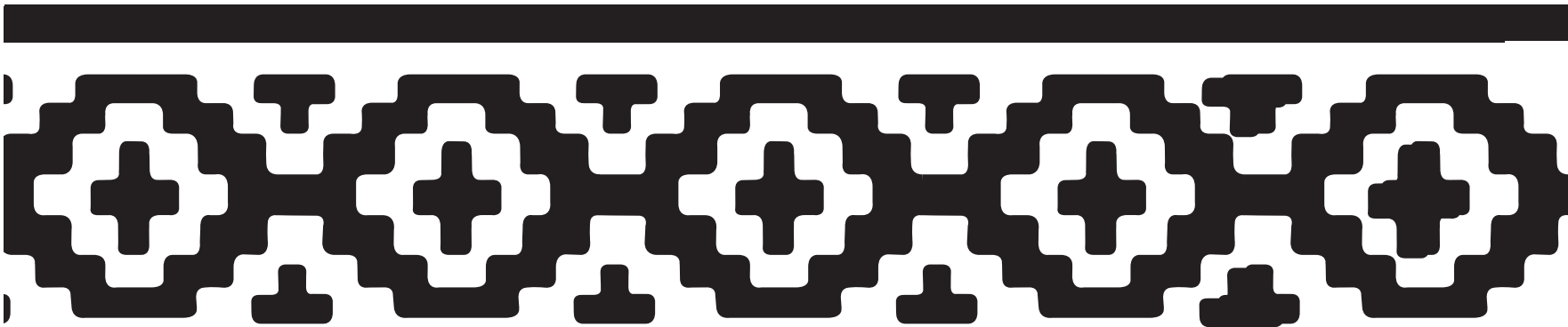
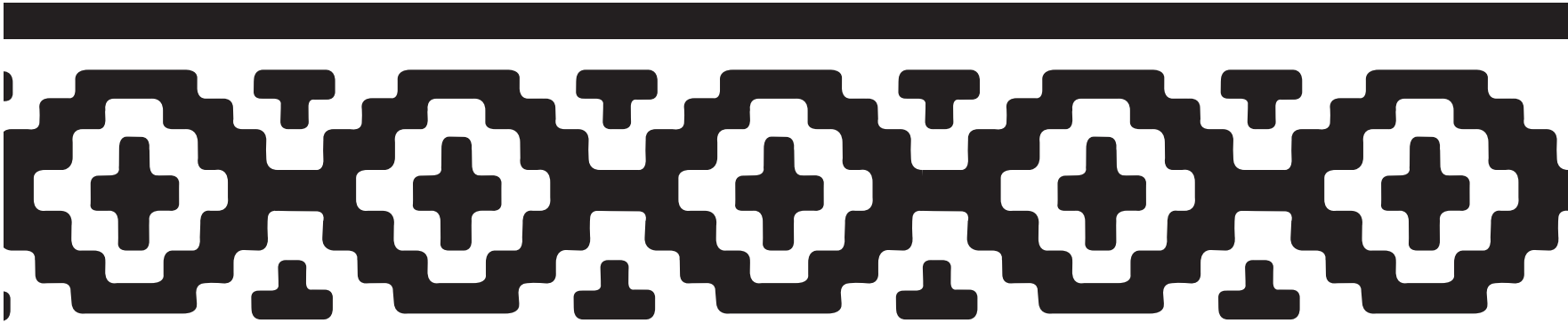
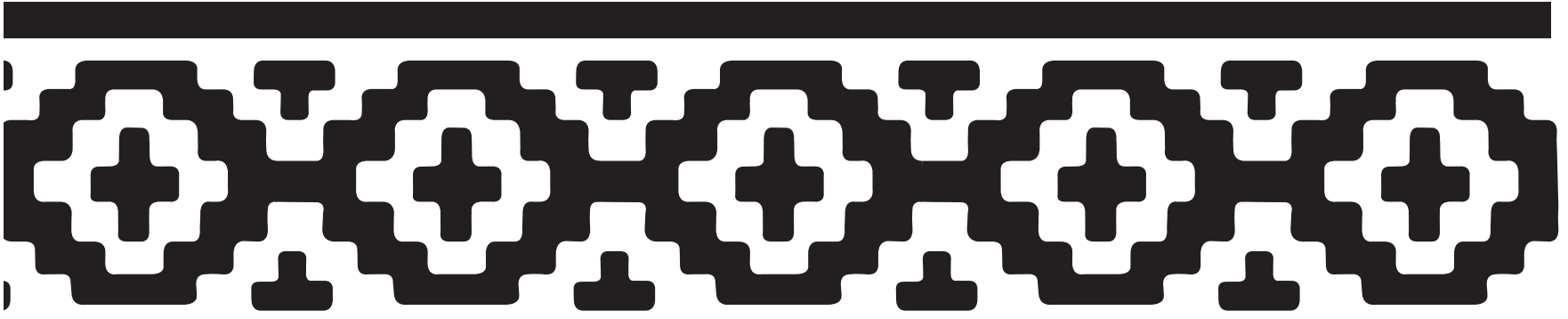
vocabulário extenso e com palavras necessárias ao dia-a-dia muito diferentes daquelas de seu idioma de origem. O sabonete daqui lá é *jabón* e a escova de dentes que compramos aqui no Brasil, no Paraguai se chama *cepillo*. Javier foi ajudado por muitos amigos brasileiros, que lhe auxiliaram no aprendizado da nova língua, sempre com generosidade. “Nunca passei por nenhuma situação de preconceito”, afirmou.

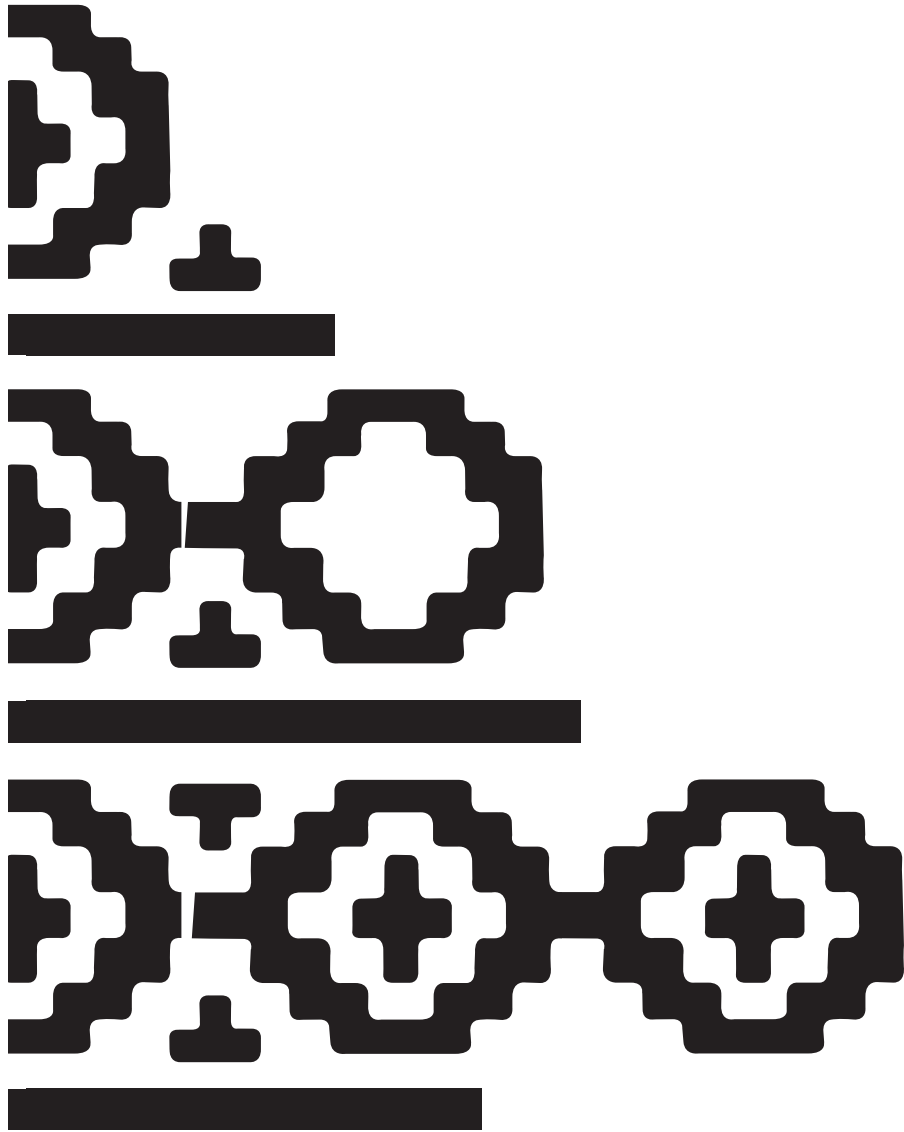
Foi no Brasil, também, que Javier constituiu sua família. Casou-se duas vezes e reuniu um novo círculo de amigos, em um território inteiramente novo. Seus parentes permanecem no Paraguai, para onde ele costuma viajar com a família nas férias. Seus filhos estão acostumados com o espanhol, mas o Guaraní – outra língua também falada no país – não é usual para eles.

A cultura paraguaia não abandonou Javier, nem Javier a ela. Datas especiais, como o Dia das Mães e o Dia dos Pais, são comemoradas

por ele de acordo com o calendário de lá, e não daqui. A saudade bate ao falar da culinária típica de seu país: a sopa paraguaia, *chipa, bori bori*, caldo de carne, *chipa guazú* e tantas outras delícias que sua mãe prepara e não estão presentes no cardápio brasileiro.

Javier quase não é mais reconhecido como estrangeiro. “Recebo vários elogios pela minha fluência no português, quase não tenho sotaque”, comemorou. “Sinto-me muitíssimo bem tratado, querido e pretendo continuar no Brasil, orgulhoso de tudo que construí desde que cheguei aqui.” Seu orgulho pelo Paraguai, porém, jamais será deixado de lado, mesmo não voltando a viver por lá.





Chilenos

por Raphaella Arrais

Fuga do terror

Em 1970, Salvador Allende foi eleito presidente da República do Chile. Marxista, sofreu forte oposição principalmente de burgueses e proprietários rurais das classes médias e altas, que contavam com o apoio da CIA. Todas as tentativas de derrubar o governo de forma democrática falharam, graças ao grande apelo popular de Allende.

Foi então que tiveram início as sabotagens no setor econômico, que foi quase integralmente paralisado até 1973, gerando uma alta estrondosa da inflação, desemprego e forte queda no valor da moeda chilena. Somado a isso, os Estados Unidos submeteram o Chile a um bloqueio econômico. A população começou a se voltar contra o governo de Allende. Até que, em 11 de setembro de 1973, o país foi palco de um violento Golpe de Estado, que acabou com o período presidencialista do Chile e deu início à ditadura de Augusto Pinochet, considerado um dos mais cruéis períodos da história latino-americana.

Por causa da conjuntura política da época ditatorial, a emigração chilena foi massiva. Eram exilados, foragidos ou apenas cidadãos insatisfeitos com o contexto em que viviam. Cerca de 500 mil pessoas deixaram o Chile nas três últimas décadas do século XX e parte delas veio para o Brasil. Segundo o IBGE, o número de chilenos residentes no Brasil era de 1,9 mil em 1970. Dez anos depois, em 1980, chegou a 17,8 mil. E em 1991, chegou a 20,4 mil. A escolha pelo Brasil tinha três motivos principais: as possibilidades de trabalho em muitas áreas; a oportunidade de virem com a documentação já regularizada; e as redes de imigrantes que vinham sendo constituídas no país, entre familiares, amigos etc.

Entretanto, no decorrer da década de 90 houve um declínio no número de imigrantes chilenos no Brasil. Muitos deles voltaram ao país transandino, que vivia um momento de prosperidade, com a queda do desemprego e o restabelecimento da democracia.

Foi nesse contexto geral que Merced de Lemos Urtubia chegou ao país. Chilena, morou em Santiago por 12 de seus 49 anos. Veio para o Brasil por causa de seu pai, um jornalista brasileiro que se viu ameaçado quando o golpe de 1973 estourou. Mesmo não estando diretamente envolvido, ele se sentiu inseguro, ainda que não tenha recebido nenhuma ameaça concreta. O fato, porém, é que na década de 70 havia muitos brasileiros, estudantes e militantes, no Chile. Foi o caso de atuais políticos como Fernando Gabeira e César Maia. Como não se sabia exatamente quem militava e quem não, quando Pinochet chegou ao poder, vários brasileiros começaram a desaparecer. Daí o medo generalizado. Em setembro de 1974, então, Merced e sua família se vieram para o país.

Ela lembra com emoção o quanto a geração chilena daquela época era madura, e afirma que muitas crianças daquele tempo sofreram mais do que muitos adultos jamais sofreram. Ainda pequena, Merced só concordou com a vinda para o Brasil depois que o pai prometeu a ela que aqui não existiam terremotos. Ela havia ficado traumatizada com um abalo sísmico no início da década de 70. “Se no Brasil não tem, então vamos logo, papai”, dizia sempre.

O vínculo com o Brasil já existia antes da mudança, já que a família costumava passar férias e comemorar certas datas com os parentes brasileiros. Felizmente, a avó tinha um antigo casarão fechado no Méier, que serviu de lar a Merced e os quatro irmãos até se casarem. Na época, era um bairro familiar, sereno, com árvores frutíferas, muito diferente do lugar agitado onde viviam no Chile.

Foi também por causa da ditadura que Berta Rosa Morales deixou o Chile. Ela chegou ao Brasil em junho de 1978, ou seja, viveu cinco anos sob o regime militar. Na realidade, foi seu marido quem mais sofreu com o governo, pois, na época, era muito engajado em políticas partidárias e tinha um cargo em uma empresa do governo. Por isso, foi perseguido e exonerado. Berta lembra que sofreram muito com a ditadura: por mais que trabalhassem, o dinheiro mal dava para pagar as contas.

Quando criança, Berta foi criada em ambiente católico. Ela lembra exatamente as palavras trocadas com seu pároco no dia de seu embarque: “Piensas en volver algún día?”, perguntou-lhe o clérigo. “Sólo cuando los cuatro jinetes salgan de aqui”, respondeu prontamente, em referência aos quatro comandantes das forças armadas que capitanearam o golpe. “Não queria mais trabalhar e pagar impostos para manter aquele governo podre”, pondera hoje, ao lembrar a situação. “Não queria contribuir de forma alguma para que eles se mantivessem no poder”.

Berta chegou aqui aos 31 anos e hoje tem 65. Passou mais da metade da vida no Brasil, um país que a acolheu, mas que tampouco facilitou sua vida. Morando de aluguel, viveu algumas experiências muito amargas. Por duas vezes fez compras de imóveis e levou golpes. “São essas experiências que têm me dado motivos para querer deixar o Brasil, mas eu tenho dois filhos e uma neta aqui.”

Os primeiros seis meses de sua adaptação foram os mais difíceis: não sabia falar português e sentia muita falta de seu lugar de origem. Passava os dias escrevendo cartas de seis ou sete páginas para os parentes e amigos chilenos. Até hoje, quando lembra da época, fica muito emocionada.

Construindo laços

Os números em relação aos imigrantes chilenos no Brasil não são exatos, pois não há uma atualização constante por parte das autoridades de imigração. Nesse sentido, é muito difícil precisar o tamanho da população chilena que vive em um país continental e com várias fronteiras como Brasil. Além disso, o fluxo diário e os acordos para outorgar a residência temporária aumentaram o número de cidadãos do país vizinho que ainda está regularizando sua situação legal. A Polícia Federal não fornece os números, mas a estimativa do Consulado do Chile no Rio de Janeiro é de 35 mil chilenos residentes no Brasil, cerca de cinco mil deles no estado do Rio. São Paulo, por sua vez, tem a maior concentração de imigrantes, com cerca de 25 mil.

Merced é presidente da Associação de Chilenos Residentes no Rio de Janeiro, além de ser diretora de Assuntos Culturais no Consulado do Chile, na capital fluminense. Ela contou que quando chegou ao Brasil, era muito jovem e não freqüentava, nem sequer conhecia, nenhum encontro de chilenos. Alguns anos depois, porém, o Consulado passou a oferecer festas anuais que reuniam muita gente. “Mas eram apenas eventos pontuais, não havia propriamente uma comunidade”, explicou.

No final dos anos 90, então, se juntou com outros amigos chilenos para organizar encontros bimestrais. Nessas reuniões, havia música e dança, além de comidas e bebidas típicas. Como o projeto foi um sucesso, criaram a Associação de Chilenos Residentes do Rio de Janeiro e passaram a dar suporte a imigrantes que precisavam de ajuda. Além disso, formaram também um grupo de dança chilena.

Berta, por sua vez, é uma das fundadoras da Associação Pablo Neruda de Chilenos Residentes em Campinas e Região. Trabalha também na Divisão Cultural do Consulado Ad Honore do Chile em Campinas. Foi em meados do ano de 1992 que nasceu a ideia de formar uma associação sem fins lucrativos na cidade de Campinas, para preservar o vínculo que, através dos séculos, vem unindo Brasil e Chile. Ela conta que aprendeu mais coisas sobre o Chile em seu envolvimento com a associação do que aprenderia se estivesse ficado lá. “Acho que isso é uma das riquezas do exilado econômico, do emigrante, daquele que sai de sua terra, que começa a valorizar e a ver quanta coisa importante existe dentro de sua pátria”, disse.

Ambas as associações têm o objetivo de reunir imigrantes chilenos e seus descendentes e trabalham pela divulgação da cultura do país, dos costumes, da língua, do folclore e da culinária, além de darem suporte social aos imigrantes recém-chegados. Promovem também grandes festas pátrias, que ocorrem em datas comemorativas chilenas. A mais importante delas é o Dieciocho de Septiembre, em que um grande número de pessoas, inclusive brasileiros, celebram a batalha do povo chileno pela independência.

Um problema que Berta aponta é a não fidelização dos chilenos à associação. Segundo ela, eles costumam aparecer apenas para as grandes festas e somem durante o resto do ano, o que dificulta a manutenção do grupo. As mídias comunitárias tampouco são muitas, mas as existentes procuram auxiliar os emigrantes no processo de chegada e adaptação, além de mantê-los atualizados sobre as principais notícias do país natal. Os mais importantes são o jornal impresso “Chile en Evidencia”, que circula em São Paulo, e a revista “Folklore Chileno”.

Fora os tradicionais vinhos chilenos, é difícil perceber a presença de traços marcantes da cultura do país andino no Brasil. Além de a imigração chilena ter sido relativamente pequena e tardia, segundo aponta Merced, Brasil e Chile têm culturas híbridas. “Obviamente o folclore de raiz do Chile e o do Brasil são totalmente diferentes, mas ambos foram influenciados pelo mundo inteiro, cada um teve um mix de culturas para criar e renovar a sua própria”, discorreu. “O Chile influenciou Brasil ou vice-versa? Não. Eu diria que o mundo inteiro influenciou os dois ao mesmo tempo, e muitas dessas influências são similares.”

Berta também concorda que mesmo a distância pequena entre Brasil e Chile não ajudou muito no intercâmbio cultural. Ela lembra que, quando chegou, muitos brasileiros sequer sabiam onde ficava o Chile. “Eu também não sabia muito daqui. Nessa época, a única coisa que sabíamos do Brasil era sobre a seleção de futebol, que inclusive esteve na minha cidade durante a Copa de 1960”, relembra.

O marido de Merced é chileno e, por isso, de vez em quando, eles viajam para o Chile. Nessas viagens, ela conta ter percebido que, em muitos aspectos, o país continua igual, mas em outros, muito diferente. “Essas mudanças acontecem rapidamente. Santiago está em pleno desenvolvimento”, afirmou. “Ver isso me devolve um pouco da seriedade chilena, pois percebo que, lá, as coisas realmente funcionam, enquanto aqui no Brasil, não. Porém, existe uma informalidade brasileira que o chileno nunca terá”.

‘O melhor de cada cultura’

A identidade é uma construção, e cada pessoa tem várias identidades. Para os imigrantes, é complicado, porque a identidade nacional, que era natural quando viviam em seu país, agora entra em choque com a nova realidade em que vivem. Eles precisam, então, se “reconstruir”, tendo como base a sua pátria-mãe e o país em que estão vivendo. Esses dois pólos precisam ser negociados por cada imigrante, de modo que, nem seja esquecido o país de origem, nem seja colocada uma barreira no contato com o novo país.

No caso de Merced e Berta, a ligação com o Chile ainda é muito forte. Ambas cuidam de associações para a manutenção da cultura chilena, trabalham nos consulados em suas respectivas cidades e fazem visitas anuais aos familiares e amigos que vivem no Chile.

Quando perguntada sobre a questão da identidade do imigrante, Merced respondeu, em tom de brincadeira, que não tem mais identidade. Ela diz que nem é cem por cento chilena, nem brasileira, mas que procura viver o melhor de cada cultura, mantendo o vínculo com o país de origem, algo que considera extremamente importante.

Berta, por sua vez, avalia sua experiência migrante de forma positiva: suas experiências foram muito ricas e ela afirma ter tido um grande crescimento pessoal. “Somente sinto dor no coração ao pensar que privei meus filhos do contato com a família, os avós, tios, primos...”, revelou. Mas garantiu que isso deu forças para a construção e a manutenção da sua comunidade em Campinas e que, mesmo não tendo laços de sangue com os integrantes, eles se sentem parte de uma família pelo fato de serem chilenos.

SONHOS LIBANESES

Choques e fantasias

por Luana Balthazar

“Eu consegui me **adaptar**, mas as coisas brasileiras não superaram as coisas libanesas que eu tenho.”

A Igreja maronita, tradicional no Líbano, é uma igreja cristã de rito oriental, que reconhece a autoridade do Papa e prevê a realização de seus ritos em aramaico – segundo os fieis, língua falada por Jesus Cristo. A Igreja Maronita Nossa Senhora do Líbano, na Tijuca, Rio de Janeiro, desde sua construção, em 1960, tem como função fundamental a reunião da comunidade libanesa no Rio e, especialmente, dos cristãos maronitas.

Nami Hanna, 46 anos, é libanês da região de Monte Líbano e residia em Beirute, onde se formou na Faculdade Libanesa de Ciências Políticas e Administrativas. Trabalhou, durante um período, com contabilidade e política, ao mesmo tempo. Em 2000, ele migrou para a Bulgária para trabalhar com uns amigos libaneses que já estavam lá e, em 2001, recebeu um convite do tio de sua esposa, Carmen, para trabalhar no Rio de Janeiro. Logo após, foi convidado para trabalhar na Igreja Nossa Senhora do Líbano, onde desenvolve muitos projetos até hoje, sendo um deles, dar aulas de árabe. “Vim com visto de turista, normal,

mas a parte política também pesou. Eu cheguei a dar entrada no pedido de refúgio político, na Cáritas, mas logo depois veio a anistia aos imigrantes e eu não precisei”, lembra Nami.

Ele só trouxe a esposa e seus dois filhos - todos libaneses -, para o Brasil, em 2003. Não conheciam nada da cultura brasileira, a não ser o que passava na televisão. “A mídia participa muito da formação da educação das pessoas, e a mídia do Brasil quer transformar tudo que é errado em certo. Para mim, o maior inimigo dos brasileiros é a Globo”, diz ele. Nami chegou na época do carnaval e disse que se chocou muito com o que ele chamou de “educação social” dos brasileiros, e diz que ele e a esposa se chocam até hoje. “Eu fui criado na rua. Não sou tão ligado à família, como a Carmen. Ela é de família tradicional do Líbano, ligada à montanha, e eu sempre gostei de ser livre. E mesmo assim eu me choco. Imagina ela”.

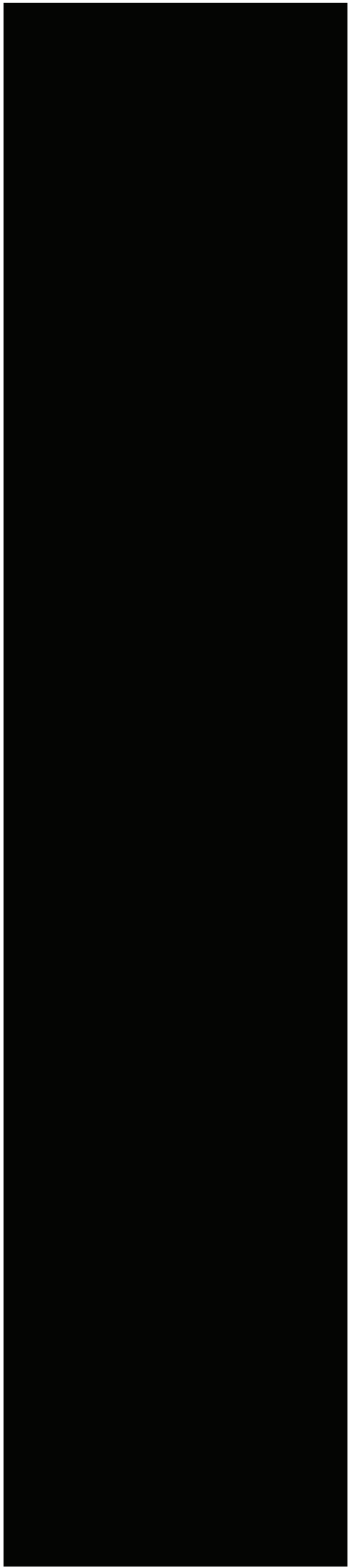
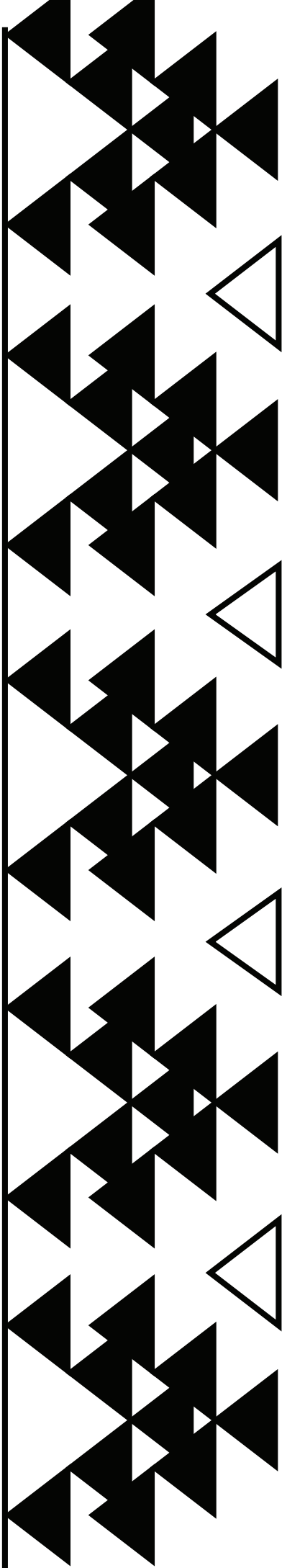
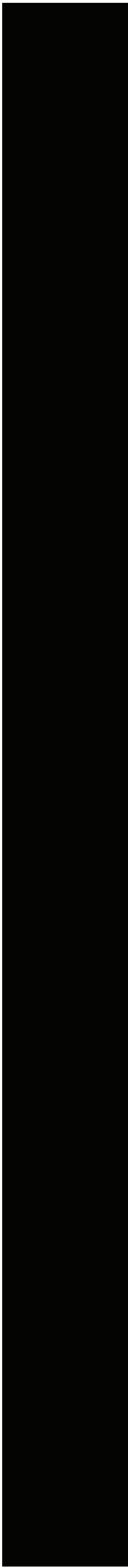
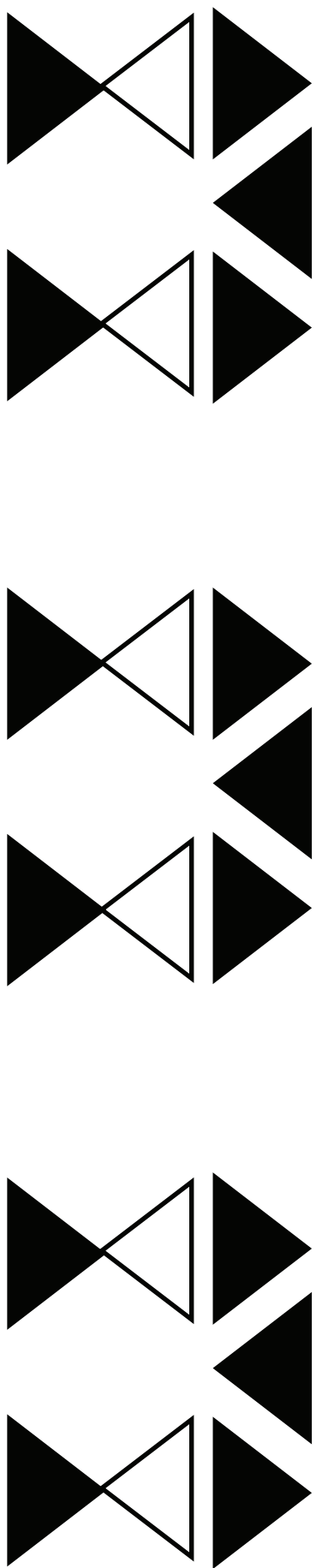
Quanto à adaptação, Nami não falava nada em português. “No início, eu tive problemas, porque não queria aprender.

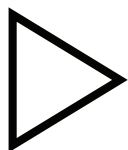
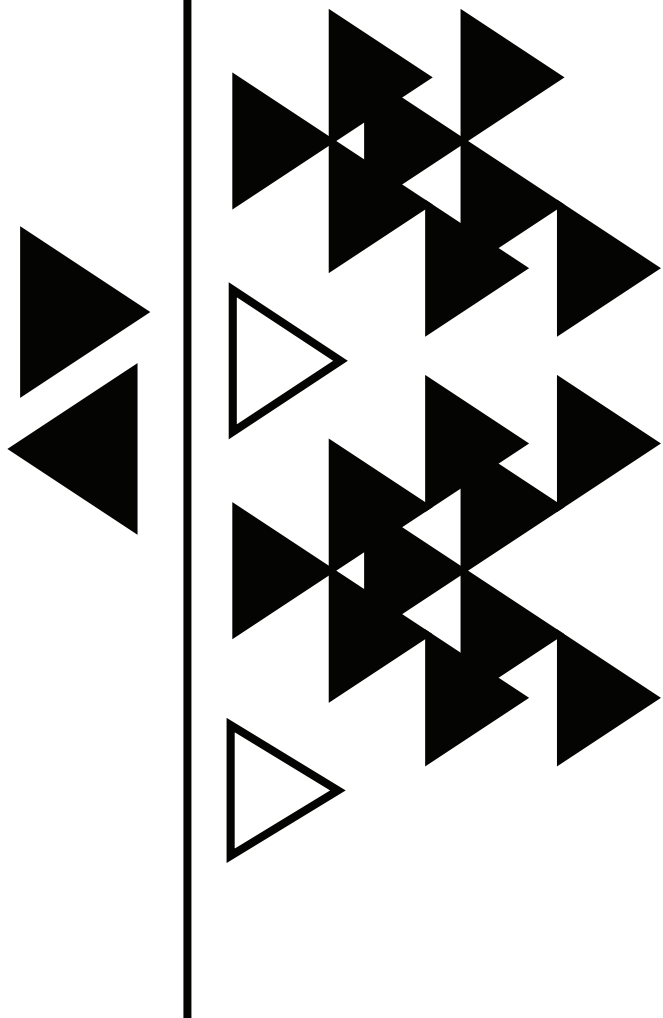
Por um ano, eu queria sair daqui”, confessa Nami. Com o tio de sua esposa, só falava árabe, mas foi ele que deu dicas preciosas para Nami começar a entender o idioma. “Eu já falava inglês e francês, então não foi muito difícil. O tio da Carmen me disse que, quando eu olhasse para a palavra, todas as letras deveriam ser lidas, que não era como no francês, que tem combinações de letras para formar o som”. Além disso, ele conta que assistia programas em português, com legenda no mesmo idioma, e tentava ler jornais brasileiros.

Nami ainda tenta manter costumes libaneses no Brasil, porém, diz que é muito difícil, dada a diferença entre as culturas. “Nossos costumes são muito diferentes, principalmente, no que diz respeito à família. No Líbano, toda a família fica junta, participa das alegrias e tristezas todos juntos. Isso não acontece na maioria das famílias brasileiras. Aqui, fecham a porta e ninguém sabe o que está acontecendo”. Porém, completa: “Meus filhos chegaram aqui com três e cinco anos e estão crescendo com uma mentalidade

carioca, então, se eu for pensar só como libanês, eles vão se sentir diferentes e eu quero que eles se sintam brasileiros, porque estamos morando aqui, mas sem esquecer as origens libanesas”. Os filhos de Nami aprenderam árabe e se comunicam com a família no Líbano, através da Internet, com frequência, além de frequentarem a missa maronita, em árabe, com os pais, aos domingos.

Em 2012, nasceu o terceiro filho do casal. “Esse é carioca”, diz Nami. Segundo ele, pela ligação de sua esposa com a família, que ficou no Líbano, ela gostaria de poder voltar e criar seu caçula no país de onde vieram. Mesmo sem impedimentos legais ou pressão política, Nami não pretende voltar para ainda trabalhar lá. No entanto, diz: “No dia em que eu me aposentar, quero voltar para o Líbano. Eu me considero libanês. Eu consegui me adaptar, mas as coisas brasileiras não superaram as coisas libanesas que eu tenho”.





Angolanos

por Larissa Rangel

Destino surpresa

Sua pele negra contrastava com os brincos brancos expostos na calçada, que por sua vez lembravam os olhos grandes e expressivos desse senhor que naquele momento hesitava entre responder-me ou não. “Senhor, por que veio para o Brasil?” Apesar do tom amigável que minha voz tentava passar, o angolano era irredutível e temeroso. Com o quê? Eu não sabia. Talvez nem ele soubesse ao certo.

O primeiro movimento de migração mais recente de seus conterrâneos foi logo depois da independência de Angola, em 1975. O que deveria ser motivo de orgulho e festa, logo se transformou em disputas e guerra civil num território fragilizado por uma colonização tardia e desequilibrada. A disputa pelo poder agravou a situação depois das eleições livres no país, em 1992. A partir dessa década, o Rio passou a receber, além de angolanos, milhares de outros africanos que viam a cidade como um El Dorado.

Apesar de todas as expectativas – ou esperanças –, o medo era grande. Medo dos riscos que sofriam ao sair do país. Medo de ficar no país. Medo do que iriam encontrar no novo “lar”. Esse medo atravessou fronteiras e se instalou no Brasil junto com os novos moradores. “Os angolanos têm fama de desconfiados porque já sofreram muito e, quando ouviram promessas de ajuda, elas não se cumpriram”.

As rugas na testa então se curvaram, como na primeira resposta que dera. Já tinha respondido que estava aqui há pouco mais de sete meses, que tinha vindo de avião – “como todo mundo vem, ora” –, que ainda não sabia onde iria morar nem o que iria fazer. Sem precisar de uma segunda ou terceira pergunta, o ambulante

inclinou-se para me responder. Como numa confissão, com um tom de voz mais baixo e ar pensativo, desabafou: “A gente às vezes sabe para onde vem e para quê vem. Mas essas vezes são muito raras. A gente só quer fugir”.

Se os livros da escola chamam a nossa atenção para o drama africano dos navios negreiros durante o Brasil Colônia, esquecem de atualizar que outros dramas afligem os africanos nos aviões de hoje em dia. A vinda como escravos no século XVI transformou-se na busca por melhores opções no século XX, mas as condições de vida desses imigrantes ainda estão longe de serem ideais.

Cronologicamente, podemos entender que foram cinco fases da vinda dos africanos para o Brasil. Primeiro, os escravos que chegaram aqui junto com os colonizadores. Em seguida, os escravos trazidos diretamente das colônias portuguesas na África. Só mais tarde, na segunda metade do século XX, vieram os estudantes e jovens dos novos países africanos, que foram seguidos pelos refugiados angolanos e moçambicanos, fugidos das guerras de libertação. Por último, vivemos agora a fase dos jovens africanos que desembarcam no país por engano, ou que buscam o Brasil como projeto transitório, seja por já ter uma rede de conhecimentos aqui, seja pela familiaridade com a língua e costumes, proporcionada pela globalização da nossa música e telenovelas.

“É tudo um negócio, você agarra a primeira chance que tem de fugir, sem saber nem para onde”, contou Carlos, que depois de pouco mais de vinte minutos de conversa, olhares atravessados e gestos contidos, concordou em dizer o nome. Ele representa essa nova onda de angolanos que vêm caindo no Brasil.

Os africanos vêm de muitos países diferentes. Nos 30 primeiros anos do século XIX, o Rio de Janeiro abrigava o maior porto de recebimento dessa população no mundo. Hoje, a única diferença da recepção do fluxo migratório é que o porto deu lugar ao Aeroporto Internacional do Galeão. Nigerianos, camaroneses, moçambicanos e quenianos são alguns desses povos que adotaram o Rio como

moradia. No entanto, as comunidades de maior concentração na cidade são os nativos de Angola e Cabo Verde, dois países em que a língua oficial é o português.

Não há dados oficiais e precisos sobre o número de angolanos no Rio, principalmente porque alguns permanecem no Brasil em situação irregular, por não se enquadrarem nos critérios para concessão de refúgio. São os indocumentados, que não têm apoio da ONU, nem dos governos angolano ou brasileiro. Mesmo assim, estima-se que haja cerca de três mil no Rio de Janeiro.

Entre o fluxo migratório de africanos para o Brasil, podemos destacar duas naturezas diferentes: os imigrantes e os refugiados. Refugiados são estrangeiros que se veem obrigados a deixar seu país de origem, por motivo de conflitos ou perseguições, ou seja, pessoas que pedem asilo ao Brasil, por estarem em risco em seus países. Imigrantes, no entanto, são aqueles que traçam seu destino, motivados por questões econômicas, sociais, culturais ou subjetivas.

O Brasil foi o primeiro a criar, em 1997, uma legislação própria sobre o tema do refúgio. Foi também o primeiro país da região a ter um órgão especialmente destinado à análise e julgamento de pedidos de refúgio: o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), criado em 1998.

Desde 1998, ano em que foi criado, até o primeiro semestre de 2010, o CONARE julgou aproximadamente 5,2 mil pedidos, dos quais pouco menos da metade foram deferidos. Muitos refugiados foram admitidos pelo governo brasileiro, atendendo à recomendação do ACNUR, antes da vigência da atual lei e antes da implantação do CONARE. Oficialmente, portanto, o Brasil tem um número de refugiados maior do que os aprovados pelo CONARE: são 4.305 refugiados, de 78 diferentes nacionalidades, sendo que ao menos 2,8 mil (65%) são provenientes do continente africano, com destaque para os angolanos, que representam quase metade dos africanos (mais de 1,6 mil).

Outro principal fluxo de refugiados no Brasil hoje é composto por congolezes da República Democrática do Congo. Os congolezes refugiados no Brasil – cuja maioria

vive no Rio de Janeiro – são militantes de oposição perseguidos pelo governo, jovens recrutados à força por rebeldes, mulheres vítimas de estupro, jornalistas ameaçados, comerciantes que tiveram suas vilas saqueadas etc. O país é considerado o pior lugar do mundo para uma mulher viver, uma vez que o estupro é usado como arma de guerra tanto pelos rebeldes como pelas forças do governo. Além dos congolezes, há ainda casos recentes de refugiados da Somália, Costa do Marfim, Nigéria, entre outros.

A maioria dos imigrantes angolanos hoje, no Brasil, é de jovens com pouco mais de 20 anos, sem qualificação ou oportunidades profissionais no país de origem. Toda essa falta de perspectiva deve-se principalmente às guerras travadas em Angola nos últimos 40 anos. Eles vêm de um país em que a expectativa de vida é de 46 anos e mais da metade da população não é alfabetizada.

A facilidade de vir para o Brasil ganhou também com o surgimento da conexão Angola-Rio, um voo direto da TAAG, as Linhas Aéreas de Angola, que liga o país africano ao Galeão. Além disso, a força do mercado informal no Rio parece ser um forte atrativo para os angolanos. E a especulação em torno das terras tupiniquins graças aos eventos esportivos abrigados pelo Brasil nos próximos anos não deixa de ser levada em consideração na hora de tomar a decisão.

A preferência pelo Brasil explica-se, em parte, pela familiaridade com a língua: todos fomos colônia de Portugal e a língua portuguesa tornou-se um elo entre as culturas. E o Rio, mais especialmente o carioca, acabou por se assemelhar mais ao modo de vida angolano. “Uma coisa que fez a gente vir para cá são as coisas que assistimos na televisão. É tudo muito bonito, mas quando chegamos aqui a gente se decepciona”, explicou Carlos. “A mídia mostra Copacabana e Leblon, mas quando chegamos aqui não vamos morar nesses lugares. Eu não sabia que no Brasil tinha favela, quando cheguei aqui fiquei surpreso.”

Cidade (quase) maravilhosa

Eram quase cinco horas da manhã quando o vôo de Fatou aterrissou no aeroporto Internacional Tom Jobim. De cima, ela avistara o Complexo da Maré. “Ah, eu não quero morar aí não”, foi sua primeira reação. Cinco semanas mais tarde, aquele seria seu novo lar. No avião, quando sabem para onde estão indo – o Brasil –, as expectativas dos imigrantes são grandes. Assim como um turista que sonha com a miscigenação brasileira e com o clima ameno que parece contagiar os moradores, os africanos também sonham em fazer do Rio a sua cidade maravilhosa.

Em Angola, Fatou era esposa de um político que vinha sofrendo constantes ameaças. Apesar da distância e da dor em deixar o marido para trás, o papel de mãe a fez procurar um lugar seguro para criar seus dois filhos, um de quase sete anos, cujo olhar se tornava mais triste a cada dia; e uma menina recém-nascida. Em seu país, levava uma vida estável, tinha uma casa e uma família. Aqui, tinha apenas a esperança frágil escondida na postura de quem sabe o que quer.

Desde a segunda guerra mundial, a África sofreu o que os historiadores preferem chamar de “descolonização”. Após a saída dos europeus, as terras foram redistribuídas entre os africanos, o que causou disputas de poder em quase todo continente. Em 1994, o massacre de Ruanda foi, por exemplo, o resultado de uma guerra civil entre hutus e tutsis, travada com base na vingança da classe camponesa sobre os antigos detentores da terra.

Atualmente, dentre os fatores de expulsão do país de origem, podemos destacar o desemprego; a baixa escolaridade, devido à falta de vagas em escolas públicas de ensino médio; a precariedade das condições de vida; e, nas áreas mais pobres, a ausência de serviços urbanos coletivos de infraestrutura (rede elétrica, abastecimento de água, rede de esgotos e ruas asfaltadas, por exemplo).

No Rio de Janeiro, os imigrantes de Angola vivem, em sua maioria, na Maré, em São Gonçalo e no Estácio. Há ainda alguns que se instalam em Duque de Caxias e

Gramacho. Mas é no complexo da Maré que a maior parte encontra seu novo lar. O processo, porém, não é tão simples. Sentadas num banco desconfortável e se abanando do calor que fazia no pátio da Associação Cáritas, Fatou e sua cunhada contam que no começo tiveram de ficar em um hotel no centro da cidade e só depois conseguira alugar uma casa. “A gente tinha que morar em um hotel junto com outras moças que você sabe o que fazem da vida. Foi muito difícil. Ainda está sendo, mas naquela época era pior”, relembrou Fatou, com os olhos vidrados nos próprios sapatos.

A Cáritas surgiu no Brasil no ano de 1956, com foco na “defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário”. No entanto, um dos objetivos mais claros acabou sendo o de ajudar refugiados e imigrantes que chegam ao Brasil. Apesar de ser uma instituição religiosa, ligada à Igreja Católica, ela atende aos recém-chegados independente da religião.

Segundo a diretora da organização no Rio de Janeiro, do total de refugiados ou candidatos a refúgio atendidos, 70% são angolanos. Nos cinco primeiros meses do refugiado, a organização lhe provê um auxílio de 300 reais por mês. A quantia ajuda a sobrevivência no período inicial na cidade.

Joana de 29 anos, se formou em ciências sociais com o objetivo de ajudar as pessoas, ainda que ela não soubesse exatamente como. Acabou entrando para a Cáritas. No início, não tinha um escritório para si e trabalhava no que precisavam. Na tarde em que lhe entrevistei, estava em uma sala refrigerada cuidando da papelada dos refugiados. “Quando comecei a trabalhar aqui, tive que lidar com um drama que não podemos nem imaginar. Não sabemos o quão difícil é chegar num país novo, sem conhecer ninguém, sem saber o que fazer e, na maioria das vezes, sem poder ter qualquer contato com o país de origem. São poucos os que falam português. É um desespero não ter ninguém para ajudar nos primeiros dias. E nós estamos aqui para isso”, concluiu.

Enquanto falava, Joana esfregava as mãos e olhava para cada uma das pessoas que esperavam no pátio sob o sol que se punha. Eram congolezes, angolanos, cabover-

dianos, alguns bolivianos – nacionalidade que vinha chegando em grande quantidade nos meses anteriores – e um cubano, cuja história renderia um capítulo à parte. Apesar das fisionomias, origens e histórias completamente diferentes, havia algo em comum no olhar de cada um deles: uma mistura entre medo e esperança.

A Cáritas trabalha em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e com o Comitê Nacional para os Refugiados, o CONARE. Quando algum imigrante é barrado no aeroporto, é para a Cáritas que ele será enviado e cabe à organização resolver o problema. Atrás da mesa de Joana, uma estante estava repleta de pastas azuis, que iam do teto ao chão. Ali, como ela me contou com um sorriso orgulhoso, estão as histórias de todos aqueles refugiados. “Cada pasta dessas daria um bom livro. Ah, daria”, suspirou.

Localizada na Tijuca, a organização tem uma estrutura que lembra a de uma casa comum. A cozinha é equipada com fogões industriais, grandes mesas e bancos para refeições coletivas. Na sala, estão expostos bonecas de pano, bolsas e quadros, todos confeccionados durante as aulas de artesanato, voltadas sobretudo para as mulheres. Também são oferecidas aulas de português. Do lado de fora, um grande pátio lembra uma varanda, com longos bancos de madeira e muretas baixas que também servem de assento. Quando lhe perguntei se a escolha do lugar fora intencional, Joanna respondeu que não. “De fato a construção abrigava uma casa, mas não era o objetivo. Mas é assim, a Cáritas é uma grande casa. Da mesma forma que recebem mesada, esses filhos crescidos também recebem orientações e puxões de orelha quando é preciso”, brincou.

Racismo e preconceito

O caso da intervenção da Polícia Militar no Complexo da Maré, em 2000, no Rio de Janeiro, é um exemplo de racismo escancarado por parte dos brasileiros. A operação, como a população lembra até hoje, foi motivada pela suspeita do envolvimento

de guerrilheiros angolanos no tráfico e drogas e no assassinato de seis pessoas na favela Nova Holanda. Famílias inteiras, mulheres e crianças foram levadas à delegacia e vários angolanos foram presos, sob a alegação de serem mercenários, mesmo sem nenhuma prova. Protestos da Embaixada de Angola levaram à pressão do Itamaraty e do pedido de desculpas das autoridades cariocas.

É por essas e outras que Carlos às vezes rejeita trabalho para não deixar seu filho, de 10 anos, em casa sozinho. “Estou aqui há quase dois anos, e todo dia peço que meu filho não se envolva com o crime. Preto no Brasil é culpado por tudo. Preto, pobre e africano, então, tem que passar longe de qualquer suspeita”, desabafou. Como a maioria dos imigrantes vêm sem família, não têm com quem contar em horas como essas. Os vizinhos, em grande parte, também os tratam com preconceito. Com a foto do filho nas mãos Carlos afirmou que “no fim das contas, a gente tenta sobreviver entre a gente mesmo, mas é muito difícil”.

Em abril de 2010, um incêndio atingiu o chamado “corredor dos angolanos”, na Central do Brasil. No local, ficavam salões de beleza onde africanos iam para – além de cortar o cabelo – se encontrar e socializar, muitas vezes com o objetivo de se reencontrarem com a sua cultura de origem, por meio da música, da comida e da dança. A polícia ainda não conseguiu identificar as razões do acidente.

Os angolanos que vêm legalmente para o Brasil e que mantêm contato com o Consulado, ainda conseguem criar um laço na cidade com certa facilidade. Encontros são promovidos com frequência e existe também a revista *Diáspora*, produzida na Angola distribuída pelas comunidades de angolanos pelo mundo.

No entanto, os indocumentados, ou aqueles que preferem não ter qualquer contato com o país de origem, acabam tendo que encontrar maneiras alternativas de promover a reintegração do seu povo na cidade do Rio de Janeiro. Sem o antigo corredor para os encontros, eles se camuflam no entorno da Central do Brasil. Quem chega ao local, encontra facilmente os salões. Basta perguntar que

qualquer um sabe indicar. Com atenção, rapidamente identificamos as placas que procuram justamente reforçar a identidade hifenizada: “Salão Africano”, diz uma delas. “No corredor era mais fácil. Aqui, a gente tem que pagar muito pra ficar nos fundos de uma garagem. E cada salão está num canto diferente, é difícil nos reunirmos como antes”, explicou a cabeleireira Victoria.

O bem humorado Dadá vive na contramão dessa realidade. Dono do “Salão do Dadá”, o angolano – que vive no Brasil há 10 anos – faz do seu negócio uma reconstrução do ambiente do corredor. Situado na esquina da Rua Visconde da Gávea, o salão tem como slogan “Especialista em cabelo afro”. No dia em que lhe fiz uma visita, um cartaz com fotos de artistas afrodescendentes na porta chamava a atenção de quem passasse. Do lado de fora, algumas cadeiras na calçada abrigavam um papo descontraído entre dois negros, que usavam um dialeto africano entre si, mas que me responderam com um português impecável.

Da esquina, a música dos congolezes Papa Wemba e Koffi Olomide embalava os vizinhos. “Nos fins de semana, dá até inveja quando eles começam a cozinhar e dançar nessa alegria toda”, brincou o dono do açougue da frente. E Dadá confirmou: “Na África, a gente aprende que, mesmo sofrendo, é preciso ter alegria. Aqui, todo fim de semana tem festa com muita música, que é pra espantar os maus espíritos”.

Há dez anos, ele e sua esposa vieram em busca de uma vida melhor. Deixaram para trás toda a família e o que tinham construído. Dono de um pequeno apartamento no Santo Cristo, Dadá afirmou que, apesar de todas as dificuldades que os imigrantes angolanos têm que passar ao chegar, nada se compara à realidade nas “musseques” (favelas) de Luanda. “A guerra não destrói só um país. Destrói o futuro daquele país.”

O salão estava lotado naquela manhã de sexta-feira. A maioria era de africanos, mas Dadá atendia a um brasileiro, enquanto respondia minhas perguntas. “O pessoal gosta do estilo africano, os jovens e as mulheres então!” Para não perder

trabalho, falava com a navalha na mão, sempre olhando para o cliente – para saber se ele estava de acordo com a entrevista.

Diferente dos seus conterrâneos presentes no salão, ele confirmava que não tinha problema nenhum em dar entrevista e aparecer em livro ou pesquisa. Queria mais é que o mundo – “ou o Brasil, pelo menos” – prestasse mais atenção em sua terra, na “África esquecida”.

“Não posso falar que não sofro preconceito. Sofro sim, principalmente na hora de conseguir emprego. E se tiver qualquer confusão, eu tenho que sair sempre, senão sobra pra mim”, revelou. Dadá tem dois filhos nascidos no Brasil: uma menina de dois anos e um recém-nascido de apenas alguns meses. Os dois têm, legalmente, o direito à cidadania brasileira, mas o desejo do pai é que essa cidadania vá além do nome e de um passaporte. Com o olhar no espelho, ele contou que quer que os filhos façam faculdade e sejam motivo de orgulho para a sociedade brasileira. “Mas também quero que eles conheçam a Angola, para saber de onde vieram, e valorizar a cultura que é dos pais deles e deles também”, acrescentou.

Depois de terminar o corte, Dadá recebeu o pagamento com um sorriso e brincou dizendo que iria gastar tudo na feira mais tarde. A tal feira é a Feira do Nordeste, em São Cristóvão, lugar que muitos angolanos costumam frequentar nos fins de semana. Lá é possível encontrar comidas típicas de Angola, dançar ao som do kuduro e até mesmo encontrar compatriotas para atualizar as informações sobre a terra natal.

É na Feira também que as notícias são transmitidas. Mas, para saber do que acontece na África, os angolanos contam com uma ajuda na comunicação: o cartão AfriCard. Distribuído em parceria com uma empresa de telecomunicações africana, ele oferece tarifas melhores que as das telefonias brasileiras. É possível encontrar o cartão em alguns pontos específicos no país – e o salão do Dadá é um deles.

O cabeleireiro é bastante otimista com o futuro no país. “A gente ouve todo mundo falar em crescimento do Brasil. Acho que pode ter mais emprego sim, tem muito

estudante africano vindo para estudar. Mas os brasileiros têm que aceitar mais o africano que vem. Respeitar mais”, ressaltou. Na parede, a bandeira de Angola fica ao lado do certificado de cabeleireiro que Dadá recebeu em um curso profissionalizante que fez aqui mesmo.

O próximo passo de Dadá será aumentar o salão e empregar mais gente – “africano, de preferência, para ajudar com trabalho”. Além da preocupação com o futuro dos filhos, Dadá confessou com um sorriso que quer causar orgulho na mãe, que está vindo para o Brasil para ficar. “No fim, todo mundo sabe que é tudo para a mama. A minha mama África.”

Referências

Dança Húngara, p. 15

Entrevista com Eva Julianna Medveczky Meszlenyi

Finlandeses, p. 21

Entrevista com Sérgio Fagerlande

A utopia e a formação urbana de Penedo: a criação, em 1929, e o desenvolvimento de uma colônia utópica finlandesa no estado do Rio de Janeiro/ Sergio Moraes Rego

Fagerlande. - Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2007

Site de Penedo – Colônia Finlandesa no Brasil: www.penedo.com

Mitos Chineses, p. 31

Entrevista com Xu Lu

Italianos, p. 35

<http://www.etni-cidade.net/br/territorios/italianos-territorios/>

Amnésia Marroquina, p. 45

Entrevista com Dona Adilah

Japoneses, p. 49

Entrevista com Hikaru Saito

Site oficial da ACCIJB (Associação para a Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil): www.centenario2008.org.br

<http://www.etni-cidade.net/br/territorios/japoneses-territorios>

Trilhas Peruanas, p. 65

Entrevista com Sergio Valdeos

Muçulmanos, p. 71

Entrevista com Mohamed

Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro - <http://www.smbrij.com.br>

Instituto da Cultura Árabe: <http://www.icarabe.org/>

FREIRE, Gilberto. Casa-grande e senzala. Editora: Global. 51ª Edição 2006

Tempero Espanhol, p. 81

Entrevista com Dolores Lozada dos Santos

Libaneses, p. 85

Entrevista com Miguel

Entrevista com Elizabeth Abi Mery Abbud

Site da Embaixada do Líbano no Brasil: www.libano.org.br

Desilusões Haitianas, p. 95

Entrevista com E.C., que preferiu não se identificar.

Judeus, p. 101

Entrevista com Zalka e Rachel Abezguaz

“O Brasil e a Questão Judaica” - Jeffrey Lesser

<http://www.etni-cidade.net/br/territorios/judeus-territorios/>

Sotaque Paraguaio, p. 111

Entrevista com Javier Enrique Godoy Carceres

Chilenos, p. 115

Entrevista com Merced Lemos Urtubia

Entrevista com Berta Rosas Morales

Artigo “O processo de integração de imigrantes hispânico-americanos: análises e perspectivas”. PUC-RS

Une-Chile: <http://www.unechile.com.br/>

Associação Pablo Neruda: <http://www.pablonerudacampinas.xpg.com.br/>

Sonhos Libaneses, p. 123

Entrevista com Nami Hanna

Angolanos, p. 141

Entrevista com imigrante Dadá

Entrevista com imigrante Fatou

Entrevista com imigrante Carlos

Entrevista com Joana, Assistente Social da Cáritas

Artigo “Os refugiados no mundo em crise.” Fabrício Toledo de Souza.

A Angola Carioca, por Fernanda Pereira Ferreira. Julho de 2008

LESSER, Jeffrey. A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta. São

Paulo: Editora UNESP, 2001.

<http://www.etni-cidade.net/br/territorios/africanos-territorios/>

Esta obra foi composta, originalmente,
com as fontes Helvetica Neue e Museo,
em papel Polén Soft 80g/m² para o
miolo e Papel Kraft 240g/m² para a capa.